

i

Cyntia Mirella Cangussu Fernandes Sales

**PLURALIDADE FAMILIAR CONSTANTE NA CONSTITUIÇÃO DE
1988: REALIDADE NA ZONA RURAL DE MONTES CLAROS/MG?**

**Montes Claros, MG
2019**

Cyntia Mirella Cangussu Fernandes Sales

**PLURALIDADE FAMILIAR CONSTANTE NA CONSTITUIÇÃO DE
1988: REALIDADE NA ZONA RURAL DE MONTES CLAROS/MG?**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, da Associação entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Roberto do Nascimento Rodrigues

Montes Claros, MG
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Estadual de Montes Claros
2019

Ficha Catalográfica

Folha de Aprovação

Dedico este trabalho à minha família e a todas as outras com as quais convivi, trabalhei ou participaram na realização deste trabalho, doando seu tempo para prestar as informações solicitadas, e que de alguma forma moldaram a minha percepção acerca da extensão do que hoje compreendo como família.

Agradecimentos

Agradeço a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta na elaboração deste trabalho.

Agradeço aos meus pais que gentilmente cederam o tempo de partilha e convivência para que a dedicação fosse integral à realização desta pesquisa.

Especial agradecimento confiro aos meus filhos, Clara e Pedro, que me acompanharam nesta trajetória, ora com a simples aceitação da minha ausência, inclusive consentindo com a supressão dos passeios e viagens no período de férias, ora me auxiliando no desenvolvimento dos trabalhos, com fotografias, gravações das entrevistas e companhia nas observações em campo.

Ao meu marido Handerson, amor e companheiro de toda a vida, agradeço o apoio incondicional e incentivo de sempre.

À minha irmã Fabíola agradeço por tomar meu lugar no hospital nas noites de internação de pai no período da coleta de dados, para me facultar estudar no dia seguinte e por me acompanhar nas entrevistas, emprestando-me seu talento no registro das imagens.

Agradeço às amigas pelo incentivo, principalmente a irmã escolhida Kátia Vanessa pelo apoio, suporte e considerações desde o projeto até a construção final do trabalho. E, à Tatiana Antunes, agradeço pela apurada técnica civilista colocada a disposição nas discussões iniciais e principalmente no capítulo dedicado às famílias e seus direitos.

A Rafael Moura agradeço pelo incentivo quase ordenado para ingresso no programa e pela flexibilização no cumprimento da jornada de trabalho para facultar a frequência nas aulas.

Ao meu orientador, prof. Roberto Nascimento, que com sabedoria, paciência, dedicação e doçura me conduziu com segurança nesta jornada, meus maiores agradecimentos.

E finalmente, às famílias que participaram da pesquisa, agradeço na pessoa do Sr. João Simael, que com muita alegria, dedicou seu tempo, abdicando de seus afazeres diários para me apresentar e conduzir na comunidade.

Epígrafe

Família é prato difícil de preparar. São muitos ingredientes. Reunir todos é um problema, principalmente no Natal e no Ano Novo. Pouco importa a qualidade da panela, fazer uma família exige coragem, devoção e paciência. Não é para qualquer um. (...) O tempo põe a mesa, determina o número de cadeiras e os lugares. Súbito, feito milagre, a família está servida.

(...) Primeiro cuidado: temperos exóticos alteram o sabor do parentesco. Mas, se misturadas com delicadeza, estas especiarias, que quase sempre vêm da África e do Oriente e nos parecem estranhas ao paladar, tornam a família muito mais colorida, interessante e saborosa. Atenção também com os pesos e as medidas. Uma pitada a mais disso ou daquilo e, pronto, é um verdadeiro desastre. Família é prato extremamente sensível. Tudo tem de ser muito bem pesado, muito bem medido.

(...) Família é afinidade, é “à moda da casa”. E cada casa gosta de preparar a família a seu jeito.

Francisco Azevedo. Família é Prato Difícil de Preparar, de O Arroz de Palma.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCB/02	Código Civil Brasileiro de 2002
CPB/1940	Código Penal Brasileiro de 1940
CRFB/88	Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
PL	Projeto de Lei
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

RESUMO

As transformações na forma como as pessoas se organizam em família no Brasil vêm ganhando relevo na sociedade e na percepção jurídica acerca dos novos tipos de arranjos familiares fixados no país. Essas transformações são impulsionadas pelas mudanças no comportamento sociocultural que moldam valores e interferem na relação entre as pessoas. Apesar de o casamento figurar como o modelo hegemônico na forma como as famílias se estruturam no Brasil, a partir da Constituição de 1988 a união não formal de pessoas firmada no afeto tem sido reconhecida como entidade familiar, o que promoveu a possibilidade de reconhecimento jurídico para os inúmeros arranjos familiares, anteriormente colocados à margem pela legislação brasileira. Mas será que a perspectiva plural das famílias é encontrada nos espaços rurais, principalmente naqueles voltados para o modo de vida tradicional estabelecido na agricultura familiar? Essa questão tem sido muito pouco investigada no Brasil. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo identificar os arranjos familiares existentes na Região do Pentáurea, na comunidade Santa Rita Rural, pertencente ao município de Montes Claros, e verificar se há conformação com a pluralidade familiar apregoada pela Constituição de 1988. Como a inclusão de novos arranjos no rol dos juridicamente legitimados oportuniza o acesso a direitos já garantidos às entidades familiares, outra questão é verificar em que medida esse ordenamento jurídico é de conhecimento da população rural. A investigação ancorou-se em abordagem qualitativa e contou com a aplicação de entrevistas semiestruturadas a uma amostra de 30 residentes na comunidade de Santa Rita Rural. Os resultados evidenciaram a existência de uma pluralidade de entidades familiares no espaço rural pesquisado, mas com a predominância da família tradicional matrimonializada. Apesar de a comunidade Santa Rita Rural conservar modo de vida tradicional e ter no casamento a principal forma de constituição das famílias lá fixadas, restou identificada a pluralidade de arranjos familiares representados pelas famílias constituídas pela união estável, famílias reconstituídas e famílias monoparentais, reconhecidas pela Constituição de 1988 como entidades familiares dignas de proteção do Estado. Ficou evidente, também, que a proximidade com a sede municipal não alterou a percepção dos moradores quanto aos direitos que possuem quando se organizam em família. As famílias constituídas pelo casamento entendem que possuem direitos de natureza pessoal e patrimonial, mas os que convivem em união estável não têm a mesma percepção enquanto sujeitos de direitos. Há ainda evidências de que o conceito de família vigente na comunidade é peculiar. Embora os moradores tenham a percepção do núcleo familiar a que pertencem e a forma como se estruturam, a consideração do que seja família é mais ampla do que a mera relação de sangue ou com a relação que mantém com cônjuges ou companheiros. As pessoas entrevistadas consideram os vizinhos como integrantes do seu próprio núcleo familiar, de maneira a configurar na comunidade uma única e grande família extensa.

Palavras-chave: Tipos de Família. Modelos de Família. Arranjos Familiares Rurais. Santa Rita Rural. Montes Claros. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The transformations in the way people organize themselves as family members in Brazil have gained prominence in society and in the legal perception about the new types of family arrangements established in the country. These transformations are driven by changes in sociocultural behavior that shape values and interfere in the relationship between people. Although marriage appears as the hegemonic model in the way that families are structured in Brazil, since the 1988 Constitution the non-formal union of persons signed in the affection has been recognized as a family entity, which has promoted the possibility of legal recognition for the numerous family arrangements, previously set aside by Brazilian legislation. But is the plural perspective of families also found in rural areas, especially in the traditional way of life established in family agriculture? This question has been little investigated in Brazil. In this context, the present study aims to identify the existing family arrangements in the Pentáurea Region, in the Santa Rita Rural community, belonging to the municipality of Montes Claros, and to verify if there is conformation with the family plurality praised by the 1988 Brazilian Constitution. As the inclusion of new arrangements in the legally legitimized role gives access to rights already guaranteed to family entities, another question is to verify to what extent this legal system is known to the rural population. The research was anchored in a qualitative approach and counted on the application of semi-structured interviews to a sample of 30 residents in the community of Santa Rita Rural. The results evidenced the existence of a plurality of family entities in the researched rural area, but with the predominance of the traditional married family. Although the Santa Rita Rural community preserves a traditional way of life and has in marriage the main form of constitution of the families established there, there remains identified the plurality of family arrangements represented by the families constituted by the stable union, reconstituted families and single parents, recognized by the Brazilian Constitution of 1988 as family entities worthy of state protection. It was also evident that the proximity to the municipal seat did not change the residents' perception of the rights they have when organizing themselves as a family. Marriage families understand that they have personal and patrimonial rights, but those who live in a stable union do not have the same perception as subjects of rights. There is also evidence that the concept of family in the community is peculiar. Although residents have a sense of the family nucleus to which they belong and the way in which they are structured, the consideration of the family is broader than the mere relation of blood or the relationship that it maintains with spouses or companions. The people interviewed consider the neighbors as members of their own family nucleus, in order to configure a single large extended family in the community.

Key words: Types of Family. Family Models. Rural Family Arrangements. Santa Rita Rural. Montes Claros. Family-Based Agriculture.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. FAMÍLIAS PLURAIS NO BRASIL ATÉ O PERÍODO REPUBLICANO: CONCEITOS, FORMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO JURÍDICA.....	21
2.1 Famílias, Como Defini-las?	21
2.2 Família à Brasileira: Como se Chegou a Elas?	28
2.3 Legitimação Jurídica Republicana da Família Patriarcal.....	40
3. FAMÍLIAS PLURAIS NO BRASIL PÓS 1988: MODELOS PRINCIPAIS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS	47
3.1 Aspectos Gerais do Reconhecimento Jurídico da Família Plural.....	48
3.2 União Estável: da Rejeição à Legitimação Jurídica	52
3.3 Família Homoafetiva: Legitimação Jurídica Ainda que Tardia	57
3.4 Famílias Paralelas: Realidade Invisível que se Descortina nos Tribunais Brasileiros	61
3.5 Famílias Poliamorísticas: Novidade Evidenciada pelos Canais de Comunicação.....	66
3.6 Família Monoparental: Consequência e ou Escolha Pessoal	70
3.7 Família Reconstituída: Pluralidade de Vínculos	71
3.8. Família Anaparental: Falta de Regulamentação que Implica em Prejuízos.....	74
4. ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: DIVERSIFICAÇÃO E PECULIARIDADES.....	77
4.1 Breve Resumo sobre a Conformação do Espaço Rural Brasileiro	78
4.2 Do Campesinato à Agricultura Familiar.....	86
4.3 A Configuração Recente do Espaço Rural Brasileiro.....	94

5. AS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE DE SANTA RITA RURAL	102
5.1 Metodologia Adotada para Coleta dos Dados.....	102
5.1.1 O lugar da pesquisa	103
5.1.2 Sujeitos da pesquisa	103
5.1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa	105
5.2 Caracterização Demográfica da Comunidade Santa Rita Rural	108
5.3 Organização Familiar dos Habitantes de Santa Rita Rural	112
5.4 Arranjos Familiares Plurais em Santa Rita Rural	117
5.4.1 Famílias matrimonializadas.....	117
5.4.2 Uniões estáveis e famílias reconstituídas	119
5.4.3 Família monoparental e homoafetiva	120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS.....	134
I: ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	136
II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	140

1. INTRODUÇÃO

A família colonial patriarcal durante muitos anos, na história do Brasil, figurou como modelo único na estruturação desse instituto no país. A verdade assentada por Gilberto Freire inspirou os que lhe sucederam a exaltar o modelo encontrado nas fazendas açucareiras como o padrão de família brasileira. Difundida amplamente pelos historiadores de forma exclusiva, a família patriarcal observada nas elites coloniais passou a ser considerada como um retrato de toda a realidade social do Brasil, tornando praticamente invisível as demais formas de constituição de família já presentes na sociedade brasileira da época.

Contudo, a historiografia produzida no Brasil a partir dos anos 1980 demonstra a variedade de arranjos familiares aqui existentes desde a colonização do país. Mas, a despeito da multiplicidade de estruturas familiares observadas desde o período colonial, a primeira codificação civil brasileira, o Código Civil de 1916, Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916, nos artigos 180 a 314, se ocupou de regulamentar somente o modelo previsto para a elite dominante, a família estruturada pelo casamento monogâmico presente nas tradições patriarcais coloniais.

As transformações nos arranjos familiares no país já são retratadas há algumas décadas, impulsionadas pelas mudanças no comportamento sociocultural que moldam valores e interferem na relação entre as pessoas. Trata-se de fenômeno de dimensão e natureza multifacetada, permeado, por exemplo, por mudanças nas relações de trabalho e gênero, assim como por modificações na dinâmica demográfica e distribuição espacial da população.

Como marco legal regulatório dessas transformações sociais empreendidas na família, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) firmou a pluralidade familiar como possibilidade, permitindo a estruturação da família por diversos arranjos, destituindo, por conseguinte, a exclusividade da família matrimonializada heterossexual. Regulamentou expressamente a união estável (artigo 226, § 3º), bem como outras formas de constituir família, como a composta pelos filhos e qualquer dos pais, reconhecida como família monoparental (§ 4º do artigo 226).

Assim, a partir da CRFB/88 a União não formal de pessoas pelo afeto tem sido reconhecida como entidade familiar, em consonância com os princípios da igualdade e da liberdade, o que promoveu a possibilidade de reconhecimento jurídico para os inúmeros arranjos familiares, anteriormente colocados à margem pela legislação brasileira.

Firmou-se dessa forma, na doutrina (literatura jurídica) e jurisprudência (conjunto de decisões em tribunais), o entendimento de que o rol estabelecido na CRFB/88 é meramente exemplificativo, abrindo-se a possibilidade de reconhecimento jurídico às mais variadas formas de constituição de família no país, que, na medida em que são consideradas como entidade familiar se tornam aptas a receber a proteção estatal. Em vista disso, a realidade social vem se tornando também realidade jurídica, e, por essa razão, conferem-se direitos a núcleos familiares antes ignorados pelo Estado.

Nesse contexto, a união de pessoas do mesmo sexo, realidade social há muito, observada no Brasil, ganhou visibilidade com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que a reconheceu como entidade familiar, conferindo os mesmos direitos das famílias constituídas por pessoas de sexos opostos, inclusive firmando o entendimento de que lhes é facultada a contração do matrimônio, caso lhes convenha.

Da mesma forma, apesar da crítica e discriminação que lhe pesa, pela tradição do reconhecimento social e religioso das relações monogâmicas, têm sido conferidos direitos à família paralela, aquela que coexiste com uma relação matrimonial ou união estável. Os tribunais brasileiros reconhecem também a segunda família como entidade familiar, e concede direitos previdenciários e sucessórios aos seus integrantes. Por isso, os membros componentes da família paralela receberão os mesmos direitos deferidos ao cônjuge ou companheiro, em caso de morte do provedor de ambos os núcleos familiares.

A família poliafetiva ou poliamorística também tem conquistado espaço na comunidade jurídica. Ela é constituída pela presença de várias pessoas que se unem pelo afeto e por relações sexuais recíprocas, não se conformando nos moldes anteriormente apresentados, cujas relações afetiva e sexual se circunscrevem a apenas duas pessoas, do mesmo sexo ou de sexo oposto. O poliamor se caracteriza

por relações múltiplas e duradouras entre os membros desse núcleo familiar, com o consentimento e conhecimento de todos. O reconhecimento jurídico desse arranjo familiar flexibiliza as relações monogâmicas, então hegemônicas nos vínculos familiares tradicionais no país.

Diante de tantas mudanças nas relações e estruturação da família, várias são as questões que podem merecer análise mais aprofundada, à luz de diferentes arcabouços teóricos e/ou metodológicos. É pertinente indagar, por exemplo, se a pluralidade de arranjos familiares previstos na CRFB/88, percebidos e reconhecidos nos espaços urbanos, como entidade familiar, é também realidade no espaço rural brasileiro, que por origens históricas tradicionais parece associado ao modelo colonial patriarcal.

Com dimensões continentais, o Brasil contém espaços rurais heterogêneos, nos quais são encontradas formas diversas de organização social, econômica e de acesso à terra. Em algumas áreas se mantêm os grandes latifúndios com funções equivalentes àquelas fixadas nos engenhos do período colonial, dedicados à monocultura, voltadas à exportação. Em outros, produtores se dedicam a exploração pelo trabalho do núcleo familiar, em pequenos espaços nos quais produzem e reproduzem a própria vida e cultura.

Em muitas áreas rurais são identificados padrões socioculturais de vida muito similar àqueles assentados nas áreas urbanas vizinhas. Em outros, são criados padrões próprios cujas relações se mantêm de forma estável, fiéis às tradições seculares desde a criação e produção do próprio espaço.

Nos vários espaços rurais, com ruralidades mais, ou menos acentuadas, núcleos familiares são formados ou são neles fixados. Conhecer as formas de família existentes nos espaços rurais e compará-las às formas plurais legitimadas pelo direito brasileiro a partir da CRFB/88, além de identificá-las com alguns dos arranjos já reconhecidos pelo arcabouço jurídico pátrio, poderia facultar o reconhecimento pelo direito dos novos arranjos familiares nesses espaços assinalados. A inclusão de novos arranjos no rol dos juridicamente legitimados oportuniza o acesso a direitos já garantidos às entidades familiares, como também faculta a intervenção do Estado com políticas públicas específicas que a eles favoreçam.

As famílias, ditas informais ou provenientes de uniões consensuais pelo afeto, apesar do reconhecimento jurídico obtido a partir da CRFB/88, não se reconhecem como titulares de direitos, como acontece com a família matrimonializada, que por tradição e pelo próprio regime de bens adotado no casamento é cientificada acerca do rol protetivo que a circunda.

Nesse sentido, no imaginário geral predomina a ideia de que as questões patrimoniais e previdenciárias se destinam apenas e tão somente à família constituída pelo casamento. Contudo, esses e outros direitos são também titularizados pelos membros dos demais núcleos familiares provenientes de arranjos distintos do matrimônio.

Nos centros urbanos, pela facilidade no acesso à informação e aos meios de efetivação de direitos, as pessoas que constituem famílias por arranjos não institucionalizados pelo casamento, aos poucos, são cientificadas e se percebem como sujeitos de direitos. As famílias que se organizam pelas mais variadas formas têm buscado, pelas vias administrativas ou judiciais, fazer valer os direitos a elas destinados. Da mesma forma, a partir do seu próprio reconhecimento enquanto membro de uma entidade familiar, as pessoas saem em busca do reconhecimento jurídico desse status e, por consequência, garantem seus direitos. Ainda assim, o reconhecimento próprio da pessoa como sujeito de direitos enquanto membro de uma entidade familiar que não se constitui pelo casamento não é uma realidade preponderante nos centros urbanos.

Na zona rural, pela dificuldade de informação e acesso, as pessoas muitas vezes deixam de gozar dos direitos a elas conferidos, por desconhecê-los. O mesmo pode acontecer em relação aos direitos garantidos à entidade familiar a que pertencem. Em áreas rurais, ante o distanciamento dos órgãos e agentes capazes de fomentar o reconhecimento de direitos, parece mais fácil encontrar pessoas que apesar de integrarem núcleos familiares, não se consideram como detentores de direitos.

A questão central posta como objeto de investigação faz sentido, sobretudo, diante da realidade brasileira, na qual distintos contextos de zonas rurais são encontrados. Há, por exemplo, áreas rurais que abrigam atividades produtivas de base tecnológica avançada e mais próximas econômica, social e culturalmente dos

padrões de vida urbana. Em contraposição, há outros espaços rurais onde predominam atividades de agricultura familiar, intensivas em trabalho e com estilo de vida mais distante daquele vigente nos centros urbanos de médio e grande porte.

Em vista disso, parece importante verificar em que medida a diversificação de arranjos familiares atingiu as áreas rurais tradicionais e com quais especificidades essa realidade se faz presente. Necessário se torna, portanto, investigar a existência de núcleos familiares distintos do casamento tradicional na zona rural, onde a informação por vezes é mais reduzida que nos centros urbanos, para que, com o perfil delimitado, políticas públicas possam ser destinadas para garantir o acesso a direitos para pessoas inseridas em arranjos familiares não convencionais.

Há na pesquisa ainda um interesse pessoal porquanto no exercício do magistério e da advocacia o tema família sempre esteve presente como foco de estudos e militância nas varas de família da Comarca de Montes Claros-MG. Todavia, a percepção de família sempre esteve voltada predominantemente para os núcleos formados em espaços urbanos, principalmente a família moldada pelo casamento ou união estável. Dessa forma, a presente pesquisa poderá trazer significativa contribuição para a formação profissional, além de abrir espaço para a percepção da família de forma mais ampla, com a oportunidade de investigação acerca da existência dos mais diversos arranjos familiares no espaço rural.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral identificar os arranjos familiares existentes na Região do Pentáurea, zona rural de Montes Claros, na comunidade Santa Rita Rural, e verificar se há conformação com a pluralidade familiar apregoada pela CRFB/88. Como objetivos específicos da pesquisa, tem-se: 1) Estudar a evolução do conceito e formato de família na sociedade brasileira desde o período colonial até a moderna concepção do Direito das Famílias; 2) Caracterizar a área rural do Pentáurea e apontar suas especificidades em relação ao padrão de ruralidades encontradas no espaço rural brasileiro; 3) Pesquisar as especificidades e predominâncias dos arranjos familiares encontrados na Região do Pentáurea, na comunidade Santa Rita Rural, e investigar em que medida os integrantes desses arranjos se percebem como titulares de direitos enquanto membros de entidade familiar.

As estratégias adotadas para obtenção das informações necessárias para consecução dos objetivos específicos da dissertação estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Estratégias adotadas para consecução dos objetivos específicos da pesquisa

Objetivos específicos	Estratégias adotadas
Estudar a evolução do conceito e formato de família na sociedade brasileira, desde o período colonial até a moderna concepção do Direito das Famílias.	Análise bibliográfica com foco nas diversas concepções de família na literatura histórico-social e jurídica no Brasil, a partir de sua colonização.
Caracterizar a área rural do Pentáurea e apontar suas especificidades em relação ao padrão de ruralidades encontradas no espaço rural brasileiro.	Pesquisa bibliográfica, com abordagem histórica e social para conhecimento da constituição do espaço rural brasileiro. Dados censitários e perfil característico dos entrevistados.
Pesquisar as especificidades e predominâncias dos arranjos familiares encontrados na Região do Pentáurea e investigar em que medida os integrantes desses arranjos familiares se percebem como sujeitos de direitos enquanto membros de entidade familiar.	Visitas regulares ao local da pesquisa para levantamento dos dados necessários ao estudo.
	Foi aplicada a técnica da observação, inspirada nos moldes apresentados por Malinowski (1978), com os registros regulares do que foi visto, ouvido e percebido durante a observação.
	Entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados, com chefes de domicílio residentes na área de estudo.
	Consulta a dados em órgãos oficiais.

Fonte: Elaboração própria.

A ideia é que o desenvolvimento do trabalho possa contribuir com a produção científica sobre a temática proposta, visto que a partir do que com ele for conhecido, novos questionamentos e, por conseguinte novos estudos poderão ser realizados para que os diversos aspectos que envolvam as famílias fixadas nos espaços rurais brasileiros se tornem conhecidos pela comunidade acadêmica e possa lançar luz sobre os arranjos familiares predominantes na área rural mineira.

Para atender aos objetivos propostos, o trabalho foi desenvolvido em seis capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução.

O segundo capítulo contempla uma análise sucinta sobre os tipos de família vigentes historicamente no país, a fim de subsidiar as fundamentações que levaram aos múltiplos modelos familiares legitimados juridicamente, o qual foi dividido em três seções, sendo a primeira delas dedicada à apresentação da evolução das definições de família no mundo e da forma como se coadunam às especificidades histórico-culturais da sociedade. Em seguida, essa discussão centra-se no caso específico do Brasil, desde os primórdios de sua colonização. Ao final são abordadas questões relativas à legitimação jurídica republicana da família patriarcal no país.

Cuida o terceiro capítulo de abordar a pluralidade familiar estabelecida na Constituição de 1988, com o intuito de apresentar uma breve descrição dos principais aspectos jurídicos aportados aos diferentes arranjos familiares no Brasil contemporâneo, iniciando com uma delimitação de aspectos gerais da ampliação do conceito jurídico de família no país, para posteriormente especificar, resumidamente, cada um dos modelos já legitimados social e juridicamente.

O quarto capítulo apresenta uma síntese da formação dos latifúndios originária da distribuição do país em sesmarias no período colonial, da construção e conquista dos espaços rurais pelos agricultores familiares para a produção e reprodução do seu modo de vida e dos vários aspectos que configuram o espaço rural brasileiro, incluindo as características heterogêneas dos espaços rurais no país.

O quinto capítulo contém uma descrição e análise dos dados coletados na comunidade Santa Rita Rural, com o objetivo de identificar os arranjos familiares lá existentes, verificar se há conformação com a pluralidade familiar apregoada pela Constituição de 1988, apontar as especificidades locais e identificar em que medida a população envolvida tem conhecimento dos direitos que foram conferidos aos arranjos familiares a partir da CRFB/88 que não seguem o padrão tradicional (casamento monogâmico heterossexual). A análise é precedida pela descrição do percurso metodológico adotado para coleta de dados e por uma apresentação sucinta do perfil sociodemográfico da população pesquisada.

Finalmente, o sexto capítulo apresenta as considerações finais e reflexões acerca dos aspectos definidores da família na comunidade Santa Rita Rural, em

consonância com o reconhecimento jurídico que lhes é direcionado, bem como a concepção de família por eles externalizada.

2. FAMÍLIAS PLURAIS NO BRASIL ATÉ O PERÍODO REPUBLICANO: CONCEITOS, FORMAÇÃO E LEGITIMAÇÃO JURÍDICA

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão sucinta sobre os tipos de família vigentes historicamente no Brasil, até o período republicano, a fim de subsidiar as fundamentações que levaram aos múltiplos modelos familiares hoje vigentes no país e legitimados juridicamente. A ideia é, com isto, contribuir para contextualizar a análise sobre o tema central da dissertação, que versa sobre a identificação dos arranjos familiares atualmente existentes na Região do Pentáurea, comunidade Santa Rita Rural, localizada no meio rural do município de Montes Claros.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira delas é dedicada à apresentação da evolução das definições de família no mundo e da forma como se coadunam às especificidades histórico-culturais das sociedades. Em seguida, essa discussão centra-se no caso específico do Brasil, desde os primórdios de sua colonização. Ao final são abordadas questões relativas à legitimação jurídica republicana da família patriarcal no país.

2.1 Famílias, Como Defini-las?

Família, enquanto objeto de estudos, durante muito tempo no país era temática apenas afeta à demografia, notadamente nos anos 1970. A partir da década de 1980 a 'História da Família' firmou-se como ramo específico da historiografia sem, contudo, abandonar as origens da 'Demografia Histórica', da qual herdou a metodologia e recursos técnicos para pesquisa e estudo do tema (SAMARA, 1987).

As ciências sociais não se ocuparam da análise sociológica das famílias no Brasil até os anos 1970. A partir da segunda metade da década de 1970, com o avanço da industrialização no país, a família passou a ser objeto de estudos sociológicos pelo destaque que ganhou a classe operária e, por conseguinte, a forma como essa classe se organizava em família (BRUSCHINI, 1989).

A definição do que se entende por família não é missão das mais fáceis ante a série de variáveis que envolvem o conceito. Compreender o que se pode definir como família requer uma multiplicidade de olhares sob o prisma de um amplo espectro trazido pelas diversas ciências que se dedicam a examinar a complexidade dessa organização social nas várias sociedades, em épocas distintas.

A família contemporânea, na concepção sociológica e jurídica, tem adquirido alguns sustentáculos fundados “no afeto, na ética, na solidariedade recíproca entre seus membros e na preservação da dignidade deles” (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 37), o que tem despertado uma atenção especial sobre seus rumos e as relações que empreende na sociedade.

Não resta dúvida de que a família abarca várias funções na sociedade contemporânea e requer múltiplos olhares sobre ela. Responsável pela construção das sociedades, a família constrói também os indivíduos, que por si só, já são um universo de perspectivas e sentimentos. A união de pessoas em enlaces íntimos e públicos suscita das ciências uma análise multidisciplinar das relações que empreendem regularmente, criando e recriando os indivíduos como também reestruturando a si mesmos na sua forma de organização e estruturação do modo de vida.

Família, além de uma construção social, reflete a própria sociedade na qual está inserida. Os anseios, estrutura, comportamento e cultura da sociedade são moldados no âmbito familiar, ao mesmo tempo em que a família também se molda nas bases do corpo social a que pertence. Assim, a configuração do que se entende por família é distinta em cada lugar e se transforma ao longo do tempo a partir da evolução da coletividade na qual está incorporada.

Em vista disso, delimitar o que seja família e a função que ela exerce exige uma observação apurada ante as transformações evidenciadas no tempo e lugar de sua fixação. Bruschini (1989) destaca que dependendo da ciência ou da corrente de pensamento que se adota a consideração do que seja família e da função que esse núcleo exerce na sociedade também variará. Nesse sentido, a família pode ser percebida como agência socializadora, com a finalidade de formação da personalidade dos indivíduos que a compõem, podendo também ser concebida

como mera reprodutora da força de trabalho exigida pela coletividade da qual faz parte.

Para Carvalho e Faraoni (2010), a família é responsável por promover a espécie mais importante de interação, que é a socialização do indivíduo na coletividade. Pela socialização a pessoa forma sua personalidade e pode ingressar em dada cultura, aprendendo a se comunicar com os demais, e, a partir desse processo inicial, o seu ingresso nos diversos grupos sociais lhe permitirá desenvolver novas habilidades mediante contínua ressocialização para a promoção de novas inserções nos mais variados agrupamentos.

Os antropólogos definem família como “grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, adoção ou aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social” (BRUSCHINI 1989, p. 4). Reforça a autora que para os funcionalistas da escola liderada por Talcon Parsons, a família tem uma função socializadora, essencial na formação da personalidade de cada componente do núcleo familiar. Para os adeptos da corrente marxista, família é o grupo responsável pela reprodução da força de trabalho no meio social.

Strauss (1983), apesar de considerar a família como fato universal, não a concebe como decorrente de lei natural. Identifica traços comuns que caracterizam a família nas várias sociedades que pesquisou. Para o autor, a família tem origem no casamento e é composta por marido, mulher e filhos, não descartando a possibilidade de vir a ser agregada por outros parentes ou pessoas próximas. Os membros da família se vinculam por laços jurídicos, por direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa ou por qualquer outro modo. Ainda de acordo com Strauss (1983, p.71),

a família, baseada na união mais ou menos duradoura, mas socialmente aprovada de dois indivíduos de sexos diferentes que fundam o lar, procriam e educam os seus filhos, aparece como um fenômeno praticamente universal presente em todos os tipos de sociedades.

Em síntese, família, nos vários discursos trazidos por Bruschini (1989), poderia ser considerada como uma agência reprodutora da ideologia dominante, responsável pela procriação, trabalho, consumo e formatação da estrutura social, e nessa

perspectiva é formada pela união sexual, afetiva ou pelo vínculo do parentesco fixado entre seus integrantes.

Na antiguidade a família se constituía mediante a observância da religião doméstica e o critério de definição do parentesco era o culto dedicado às mesmas divindades e a obediência ao chefe do núcleo familiar. Como regra, o poder se concentrava na figura do pai. Conviviam em grupos numerosos sob o comando paterno, cujo poder lhe era conferido pela religião (NOGUEIRA, 2009).

O poder paterno nasceu nas comunidades familiares da antiguidade, compostas pela reunião de várias gerações pertencentes a um mesmo grupo familiar, além de a elas agregar pessoas não livres, comandadas pelo patriarca. Nessas comunidades eram desenvolvidas atividades econômicas que garantissem o sustento do grupo, fator que conferia ao pai poder ilimitado sobre todos os demais membros do núcleo (ENGELS, 1984).

Sistema diferente foi verificado em várias civilizações, nas quais o poder se concentrava na mulher, já que a ela eram atribuídos todos os bens constantes nos lares. Para os Nayar, população significativa na Índia da costa do Malabar, o casamento era simbólico e não gerava vínculos permanentes entre os cônjuges. A mulher poderia ter vários amantes, e as crianças e os bens pertenciam à linha materna, pois a autoridade e o regime eram matrilineares (STRAUSS, 1983).

Há estudos que demonstram que nas sociedades primitivas as relações familiares e sexuais eram firmadas entre todos na mesma tribo. As mulheres pertenciam a todos os homens simultaneamente e os homens também pertenciam a todas as mulheres. Os casamentos eram por grupos, nos quais não era possível estabelecer a paternidade, somente a maternidade, embora todos fossem tratados por pai e mãe. A poligamia e a poliandria eram também recorrentes, e filhos concebidos nessas relações eram considerados de todos os membros do grupo que tivessem relacionado entre si (ENGELS, 1984).

Na África observada por Strauss (1983, p. 73), a regra era a poligamia masculina. Naquelas sociedades “a família polígama consiste em várias famílias monógamas justapostas: o mesmo homem é o esposo de certo número de mulheres, cada uma delas instalada, com os seus filhos numa morada em separado”.

Até se organizar como modelo monogâmico, hegemônico nas sociedades ocidentais, a família passou por vários outros formatos ao longo da história da humanidade. No estado selvagem, a família se constituía nos matrimônios por grupos. No estado de barbárie, o matrimônio sindiásmico¹ era a regra. Na civilização veio a monogamia, acompanhada do adultério e prostituição. Entre a barbárie e a civilização, a poligamia e a sujeição da mulher foram traços marcantes no delineamento histórico das famílias (ENGELS, 1984).

Na Europa da Idade Média a família tinha por função assegurar a descendência, transmitir patrimônio e o nome familiar aos descendentes. A partir do século XVIII a família assumiu, além das atribuições que já lhe eram impostas, função moral e espiritual. Tornou-se sociedade fechada, reforçando a intimidade das relações privadas e retirou das casas a condição de espaço público que se tinha até o século XV. Os membros do núcleo familiar passaram a se unir pelos costumes que construíam juntos e pelos sentimentos que cultivavam e se consolidavam de geração em geração (ARIÉS, 2006).

De acordo com Giddens (2012) até o início da modernidade se tinha na Europa a constituição de família mediante casamentos empreendidos por razões políticas ou econômicas. O autor lembra que, na Idade Média, os casamentos se davam para manter a propriedade ou para ter filhos, os quais representavam mão de obra para a produção na propriedade da família. E a ideia da família como instrumento de concentração de poder se manteve até a modernidade.

Nesse período, nas sociedades agrárias, as famílias eram formadas por um grande número de pessoas, com estrutura patriarcal, cuja autoridade e poder se concentravam nas mãos do patriarca. Já nas sociedades industriais modernas iniciadas no século XIX nos países desenvolvidos, a industrialização e a urbanização provocaram alteração na estruturação das famílias. As famílias passaram a ser constituídas pelo pai, mãe e filhos, denominadas família nuclear. Nesse novo modelo, ainda que a autoridade paterna prevalecesse, o patriarcado inicia seu declínio. Além do número reduzido de pessoas sob o comando do patriarca, a necessidade de mão de obra feminina nas fábricas fez com que a mulher

¹ Na família sindiásmica a poligamia era permitida e a infidelidade feminina era cruelmente castigada (ENGELS, 1984).

contribuísse com a manutenção da família, e fragilizou a estrutura de poder consolidada no núcleo familiar (CARVALHO; FARAONI, 2010).

Nesse sentido, Engels (1984, p. 78) reafirma que

a grande indústria arrancou a mulher do lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia.

Em síntese, pode-se dizer que as transformações sociais, inclusive as evidenciadas nas relações de trabalho, provocam mudanças significativas nas estruturas familiares. Assim, a família se constitui, se organiza e se estrutura em conformidade com a cultura e necessidades estabelecidas socialmente e a definição do que se considera como família sofrerá também a influência desses fatores.

Na contemporaneidade, observam-se como características mais comuns nas famílias fixadas no ocidente a monogamia e os casamentos heterossexuais sustentados no amor romântico, organizados em pequenos núcleos, sem a presença de parentes em linhas e graus mais distantes ou de quaisquer outros agregados, comuns em outros períodos históricos (GIDDENS, 2012).

Strauss (1983) considera que a monogamia foi imposta às sociedades modernas por razões morais, religiosas e econômicas. A família conjugal não é uma necessidade universal e nem integra a natureza humana. As questões de ordem econômica assumiram importância determinante nos arranjos matrimoniais e na seleção dos cônjuges. Com isto, a divisão de trabalho entre os sexos torna o casamento indispensável na organização social.

Na contemporaneidade, o termo família ganhou sentido múltiplo e ela tem sido concebida como meio de promoção humana, “podendo dizer respeito a um ou mais indivíduos, ligados por traços biológicos ou sócio-psico-afetivos, com intenção de estabelecer eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um” (FARIAS; ROSENVALD, 2014, p. 41).

No mundo ocidental contemporâneo o casamento ainda é a forma mais comum de representação da configuração de família. Discute-se no âmbito jurídico se o

matrimônio é contrato ou instituto, mas em ambas as perspectivas há um consenso de que o ajuste de vontade e o livre consentimento dos nubentes são requisitos essenciais para a sua conformação, sem qualquer interferência de terceiro, sem o qual o ato não se realiza e não surte os efeitos dele decorrentes.

Não obstante, o casamento não é assunto afeto somente à seara privada do indivíduo, pois interessa ao poder público informar-se à respeito, como também é tema da família dos nubentes, pois dependendo do modo de organização social todos participarão da seleção dos cônjuges de seus filhos e a sociedade poderá participar da vida e conduta adotada pelo casal na condução de suas relações (STRAUSS, 1983).

A família é pois a estrutura social mais duradoura que se tem notícia e é responsável pela organização da sociedade, mediante os casamentos que são a base das relações de parentesco e das alianças firmadas. A partir da configuração familiar se tem a definição de papéis sociais, a regulamentação acerca das relações sexuais e a garantia da sobrevivência de seus membros (CARVALHO; FARAONI, 2010).

Bruschini (1989) destaca que a família concentra duas facetas, se de um lado é um grupo social concreto, de outro é um modelo cultural. Como grupo social concreto, não cabe em um único modelo, e é por isso que se observa nas sociedades uma pluralidade de arranjos familiares, que variam da forma tradicional do casamento heterossexual, seja nuclear ou extenso, às uniões consensuais livres não formalizadas perante as regras estatais, as quais se organizam de forma multifacetada. Dessa maneira, produzem e reproduzem a cultura do meio social para que sejam reconhecidos coletivamente como modelo de família.

Apesar da presença hegemônica das famílias firmadas no casamento monogâmico, as transformações sociais têm evidenciado famílias estruturadas nas mais variadas formas. Com a adoção do divórcio na maioria dos países tornou-se comum a união de pessoas advindas de casamentos desfeitos. Esse fenômeno tem sido reconhecido como a família reconstituída ou recomposta, que permite que casais se formem a partir da ruptura de vínculos anteriores e concentrem no mesmo núcleo familiar, além do novo cônjuge, os filhos de outros relacionamentos.

Cada vez mais também passou a ser a família constituída por pessoas do mesmo sexo. Apesar da falta de legitimação do casamento nesse formato em muitos países, a relação de pessoas do mesmo sexo que mantêm vínculos afetivos duradouros tem sido frequente (GIDDENS, 2012).

Com a fixação do Estado social a partir do século XX, a família tem enfrentado significativas alterações não apenas na sua função, mas também na sua estrutura e no próprio entendimento do que seja família. No que concerne à função desempenhada, ao longo da história da humanidade assumiu diversos papéis que variaram do religioso, ao político, ao econômico e ao de procriação. Além das que já estavam historicamente assentadas, a família assumiu na contemporaneidade a função de solidariedade e afeto entre seus membros (LOBO, 2017).

A despeito da história da organização familiar no Brasil ter sido contada apenas sob o prisma da família patriarcal, ela foi apenas a forma de estruturação adotada pelas elites, o ponto de partida da organização familiar no país. No entanto, grande parte da população, para não dizer a maior parte dela, se organizava de forma diversa da difundida pelos portugueses. Desde o período colonial já estava estabelecida socialmente a multiplicidade de formas de constituição de família ainda que não legitimadas ou reconhecidas pelo Estado brasileiro (CORRÊA, 1981).

Dessa forma, ainda que na invisibilidade imposta pela história contada desde a colonização, os diversos formatos de família foram aos pouco evidenciados na história descrita por autores contemporâneos. Famílias formadas pelos nativos aqui encontrados quando da chegada dos portugueses, famílias constituídas entre portugueses e nativos de forma exclusiva, famílias paralelas, famílias que mesclaram ambos os modelos, famílias compostas pelos negros, de forma restrita ou com os portugueses, são alguns dos formatos que se pretende destacar no próximo item para a construção do conceito de família estabelecido no país e o entendimento da legitimação jurídica desse instituto.

2.2 Família à Brasileira: Como se Chegou a Elas?

O processo de formação da família no Brasil se confunde com a própria história da colonização do país. Os nativos que aqui estavam, os portugueses colonizadores e

os que posteriormente migraram para o território brasileiro, cada um a seu modo contribuiu com os inúmeros modelos de família próprios da sociedade brasileira.

A explicação da formação da família brasileira enquanto movimento demográfico é bem apropriada, visto que a colonização do país é resultado de intensa mobilidade populacional. Essa mobilidade da população é capaz de explicar a estruturação da família no âmbito da colônia, pois além de trazer do país de origem o seu modo de vida, as pessoas se adaptaram à nova realidade, reconstruindo seus hábitos, costumes, cultura e tradições, em conformidade com o local em que se fixaram (NOVAIS, 1997).

Assim, o estudo da pluralidade de modelos ou arranjos familiares existentes no Brasil partirá exatamente do modo como o Brasil colonial iniciou o processo de constituição das famílias com a vinda dos colonizadores portugueses. As famílias eram aqui constituídas entre eles e por eles, com a contribuição inicial dos nativos e dos outros imigrantes que no país se fixaram.

A vida na colônia brasileira ao tempo da colonização pode ser percebida como uma tentativa de prolongamento da vida na metrópole de origem. As pessoas deixavam Portugal para se fixar no Brasil onde estabeleciam suas relações pautadas no modo de vida anteriormente introjetado. Traziam na bagagem além de expectativas, cultura e modo de viver, inclusive a forma como se organizavam e estruturavam em família. Contudo, no novo território foi necessário adaptarem-se às novas circunstâncias, e por vezes estabeleceram novas regras de conduta e modo de vida distinto em hábitos e costumes e, constituíram, nas novas terras, uma forma própria de viver.

Dentre os costumes transportados e implantados nas terras recém-ingressadas à metrópole, os colonizadores firmaram no Brasil a sua conformação peculiar de constituir família, aquela assentada no casamento católico. Formato distinto dos adotados nos diferentes modelos de família que aqui encontraram entre os nativos, os quais mantinham famílias constituídas de formas múltiplas, com rituais e requisitos determinados em conformidade com a etnia do grupo a que pertenciam (DEL PRIORE 1999).

Segundo Silva (1998), entre os que aportaram em solo brasileiro, grande parte optou por não trazer suas famílias enquanto conheciam as novas terras. Vieram inicialmente com a intenção de trabalhar, gerar riquezas e proteger o território recém-incorporado à coroa portuguesa, haja vista os registros com número significativo de militares e profissionais da construção necessários à fixação e estruturação do novo território português.

Com a inicial escassez de mulheres brancas, os colonos se uniam às índias, e por vezes, a mais de uma delas, visto que a poligamia entre os nativos era prática comum em algumas tribos. As famílias constituídas por brancos e índios viviam nas tribos, integradas aos costumes indígenas. Outros, entretanto, se estabeleceram com a mulher índia escolhida, em pequenas vilas com outros colonos, preservando a cultura familiar trazida da Europa, ainda que sem a observância das regras da união matrimonial nos ritos da Igreja Católica (DEL PRIORE, 1999).

Com a concessão das sesmarias, alguns sesmeiros já se aventuravam com mulher e filhos com a finalidade de se instalar em definitivo no território brasileiro para promover o povoamento do lugar escolhido. Outros, entretanto, traziam a família porque nessa condição havia facilidade na consecução das terras disponíveis, pois a coroa portuguesa favorecia a concessão em sesmarias para aqueles que se dispusessem a se estabelecer por aqui com mulher e filhos para que empreendessem o povoamento e garantissem a segurança do local. Todavia, os aventureiros fidalgos permaneciam pouco tempo no país e retornavam a Portugal com a família ante a falta de infraestrutura da colônia (SILVA, 1998).

Os primeiros séculos de colonização demonstram uma forte influência exercida pelos habitantes locais nos colonizadores. A distância da metrópole e da família dificultou a manutenção dos vínculos e das mesmas condutas e hábitos trazidos do reino. A falta de mulheres vindas de Portugal facultou a miscigenação com as nativas e posteriormente com as escravas, dando origem a arranjos familiares diversos dos estabelecidos na corte. Esse e outros fatores promoveram a mudança de costumes, e da própria constituição de família, que se estabelecia a partir das uniões não sacramentadas pelo casamento (ALGRANTI, 1997).

As relações concubinárias com as índias no período inicial da colonização eram comuns não só entre os colonos solteiros, mas também entre os casados que não trouxeram suas mulheres para a colônia. Essa prática, embora condenada pelos religiosos aqui instalados, era tolerada pelas autoridades, visto que atendia ao interesse da reprodução e povoamento, pois o número de mulheres brancas ainda era insuficiente para alcançar esse intento (SILVA, 1998).

Os Jesuítas, para conter o amancebamento dos brancos solteiros com as índias, diante de relações duradouras ou com filhos, insistiam na celebração do casamento mesmo a contragosto, pois condenavam a mistura das raças. Quanto aos portugueses já casados e na mesma condição, cuidavam de mandar-lhes de volta a Portugal para o retorno à família de origem, ou de lá faziam vir a mulher e filhos para a definitiva fixação no Brasil (FREYRE, 2003).

Outro fator que moldou a família brasileira foi a mobilidade populacional. Além de contar com a alta movimentação de pessoas advindas da metrópole, a sociedade colonial se via envolta em outro fenômeno que lhe era característico, a migração interna. O processo de colonização iniciado pelo litoral foi posteriormente deslocado para o interior do país. Em busca de oportunidade de trabalho e fixação, as pessoas, principalmente os homens, protagonizavam esses movimentos migratórios o que propiciou uma reestruturação no âmbito da família (DEL PRIORE, 1999).

Por conta dessa intensa mobilidade populacional a família no Brasil colonial adquiriu feições diversas. Em cada local no qual as pessoas se fixavam, a família estabelecia características e tamanhos distintos. A área açucareira do nordeste do país foi identificada pela estabilidade e patriarcado. Por agregar muitas pessoas no seu entorno, evidenciava a família patriarcal extensa, modelo difundido como o sendo o da família brasileira. São Paulo, em função da presença dos bandeirantes, cuja mobilidade lhes qualificava, foi descrita como uma região instável e pobre, o que favorecia a constituição de famílias pelas mais variadas formas. Assim, a estruturação da família e o tipo de moradia que edificavam variavam em conformidade com o local onde os colonizadores se fixavam ou estabeleciam sua passagem na colônia (NOVAIS, 1997).

Apesar da variedade de organização familiar existente no modo de vida colonial, família no Brasil sempre foi vista e estudada conforme a lógica Freiriana. Gilberto Freyre fixou como modelo geral de família no país a família patriarcal. Contudo, com os estudos construídos com a historiografia firmada nos anos 1980, descobriu-se que o modelo patriarcal foi hegemônico em determinadas regiões do país e não a regra geral, como se fez crer durante muitos anos. Segundo consta, a confusão Freiriana se manteve não apenas quanto à família patriarcal enquanto sinônimo de família brasileira, mas também como sinônimo de família extensa, que não era o modelo exclusivo no Brasil, notadamente nas regiões Sul e Sudeste, nas quais prevaleciam famílias nucleares, embora preservassem a mesma estrutura patriarcal de poder (SAMARA, 1987).

Corrêa (1981, p. 10) afirma que a família patriarcal existiu no Brasil e é inegável o importante papel que desempenhou na formação da sociedade brasileira, mas não foi o único modelo aqui existente. Para ele,

o conceito de 'família patriarcal', como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil.

Pensando a família patriarcal brasileira, Fernandes (1996) destaca algumas características que lhes são peculiares. Segundo o autor, o modelo patriarcal mantém laços consanguíneos; transmissão do poder na linha masculina ao primogênito legítimo; exercício do poder pelas normas tradicionais e costumeiras; manutenção da unidade política e econômica pelo poder conferido ao patriarca; comunhão religiosa firmada na fé católica e na solidariedade entre os membros do grupo familiar e seus agregados.

A matriz patriarcal na colônia era verdadeira matriz social. O patriarca exercia na política a mesma autoridade que fixava no núcleo familiar, com destaque para as trocas de favores entre os correligionários, acentuando o clientelismo e o populismo. Nas relações de trabalho o patriarca demonstrava o poder com violência, exigindo o máximo de labor, até o esgotamento humano. Além disso, a função econômica da família patriarcal extrapolava os limites da produção na circunscrição de seu domínio, já que o patriarca exercia influência em todos os âmbitos da sociedade. Intervinha na produção de quem lhe estava próximo, como também ampliava seu

poder e domínio sobre as terras livres da colônia, bem como determinava o exercício do poder político (ALMEIDA, 1987).

O processo de colonização do Brasil está intimamente ligado à formação de famílias, que centralizavam todo o modo de vida colonial. Como acentuou Freyre (2003), a família é o fator mais importante da colonização brasileira. Concentrava em si a base econômica da riqueza da agricultura, como também a força do trabalho escravo. A família colonial, além de agregadora, foi também considerada como unidade de produção e detentora do capital que desbravou o território, abriu fazendas e exerceu o comando social que dominava a vida política da colônia.

Com a diversidade de funções que estavam a cargo da família no Brasil, e ante a ameaça de deformação na sua constituição, visto que era crescente o número de famílias constituídas pelas uniões livres, estabelecidas entre os colonizadores e as nativas, foi solicitado à coroa, pelos sacerdotes, que enviassem ao país, órfãs e prostitutas para que se casassem com os que aqui estavam. As órfãs seriam destinadas aos fidalgos e as prostitutas se uniriam pelo casamento aos homens brancos pobres. Dessa forma legitimariam as famílias constituídas no país e incentivariam os homens brancos a deixarem as índias com quem se amancebavam, evitando, por conseguinte, proliferação da miscigenação das raças como também promovendo a restauração da forma estrutural de família fixada pela metrópole (DEL PRIORE, 1999).

Nessa perspectiva, o casamento, visto como elemento colonizador da Igreja e Estado, era garantia do status da elite. Nesse aspecto, a colônia se espelhava no modelo português: a família elitizada no Brasil colônia se constituía exclusivamente pelo casamento católico. Segundo Mota e Braick (2002), o matrimônio era a forma pela qual a aristocracia mantinha o prestígio e a estabilidade social, que os distinguiam dos demais, notadamente os mais pobres, mestiços e negros que optavam pelas uniões livres, por serem isentas de custos.

Assim, conforme dispõe Samara (2004), é possível firmar uma relação entre casamento, classe social e etnia das pessoas no período colonial. Entre as elites brancas a constituição da família se dava pelo casamento católico firmado nas tradições portuguesas e com ele se conservava a inteireza da raça, do patrimônio e

prestígio social. Os pobres, mestiços e ilegítimos se uniam por vínculos não sacramentalizadas pelo matrimônio. Não obstante essa regra predominante no período colonial, há relatos históricos de uniões concubinárias ou matrimoniais entre pessoas de classes distintas, como também entre pessoas de raças diversas, seja por uniões exclusivas e monogâmicas ou poligâmicas.

Era comum entre as elites coloniais o casamento para manutenção do patrimônio e poder. Por isso eram incentivados casamentos entre iguais, mas o que se percebe é que o formato de família se alterava em conformidade com a classe social a que pertencessem seus membros, a etnia ou da região do país onde se fixavam. Família constituída pelas elites açucareiras conservava o modelo matrimonial patriarcal extensa, com formato numeroso. Em Minas Gerais e São Paulo predominava o modelo patriarcal nuclear. Famílias pobres eram constituídas sem as bênçãos da Igreja, em uniões livres ou consensuais denominadas concubinárias (DEL PRIORE, 1999).

Os valores exorbitantes fixados pela Igreja para celebração e averiguações necessárias para que o casamento se efetivasse era óbice para a concretização dos matrimônios entre a população menos abastada, o que dificultava a legitimação da família para essas pessoas. Com isso, as relações concubinárias se proliferavam entre a população mais carente, entre os mestiços e entre os negros. A celebração do casamento, em conformidade com as regras do Estado e da Igreja, acarretava altos custos para os interessados, fixava deveres e estabelecia a consecução de direitos recíprocos entre os nubentes. Assim, a população menos privilegiada dispensava a legitimação do núcleo familiar, mesmo sob o risco da prolação de sentença desfavorável, proferida pela Junta da Justiça, e consequente cumprimento da pena de prisão por ela determinada (SAMARA, 2004).

Tanto no ciclo da cana, como no da mineração, a estrutura patriarcal era perceptível entre as famílias mais abastadas. Com famílias numerosas, o patriarca levava os filhos muito cedo ao casamento, principalmente as meninas. Com doze, treze anos já eram destinadas ao matrimônio. Aos 15 anos já gerava preocupação nos pais, pois já havia o risco de permanecerem solteiras. As moças saíam de suas casas e passavam a morar com a família do marido, convivendo sob o domínio do patriarca daquele núcleo que passava a integrar (FREYRE, 2003).

As filhas levadas ao casamento passavam do domínio do pai para o domínio do marido ou de quem exercia o poder patriarcal no novo núcleo familiar no qual se inseria. O poder do patriarca era ilimitado, pois detinha a gestão inclusive sobre a vida e a morte dos membros de seu núcleo. A mera suspeita de adultério cometido por uma nora era causa de sua execução, determinada por seu sogro patriarca, sem qualquer chance de apresentação de defesa em seu favor, e, com a garantia de que nenhuma punição seria imposta ao patriarca, como conta Holanda (2004).

Os rapazes, garanhões, iniciados precocemente na vida sexual pelas negras, em sua maioria, não se desvinculavam da família originária após o casamento. Continuavam no seio de sua família com sua esposa, mantendo a extensão do grupo familiar. Era comum o casamento com membros da mesma família para que o patrimônio fosse conservado no mesmo grupo, o que por vezes levava a grandes disputas familiares pelos bens deixados por herança (FREYRE, 2003).

Assim, prática corriqueira era o casamento estabelecido entre primos, tios com sobrinhas, os quais apresentavam alto índice de incidência na colônia, conforme apontou Samara (2004) em seus estudos sobre a sociedade paulista. A autora acentua que os casamentos consanguíneos e por afinidade, até o 4º grau de parentesco, era fato quase natural no Brasil colonial, episódio evidenciado inclusive entre meios-irmãos e cunhados.

É comum o entendimento da dominação masculina e submissão feminina na família patriarcal brasileira. As funções de educação e cuidado foram delegadas à mulher, tendo em vista a ideia de que fazem parte da natureza feminina os atributos necessários ao desempenho dessas funções. O poder de decisão e domínio era deferido ao marido, naturalmente provedor da família. A autoridade de chefe de família garante ao patriarca a manutenção de privilégios e ainda lhe confere toda a gestão do patrimônio e dos demais membros da família, bem como sobre os vários parentes e agregados (SAMARA, 2004).

Havia dessa forma, na família patriarcal, a distribuição de trabalho considerando o sexo de seus membros. A mulher se responsabilizava pelas questões domésticas, senhora, portanto, da vida privada. O homem se ocupava das questões públicas. A mulher cuidadora e educadora, e o marido provedor e dominador.

No Brasil Colônia, não obstante a ideia do marido dominador e mulher submissa, difundidos tanto nos registros históricos quanto nos romances que descreveram aquele período, Mota e Braick (2002) demonstram que houve também mulheres que rompiam com essa dominação masculina ou criavam mecanismos para minimizar as práticas de dominação e promover sua inserção social.

Os testamentos e os divórcios dessa época registraram mulheres de diferentes classes sociais se rebelando contra a ordem posta. Mulheres influentes no núcleo familiar, nos negócios, trabalhando para a sua manutenção e também de seus filhos. Restaram registrados ainda em testamentos adultérios femininos e mulheres viúvas e solteiras com prole ilegítima, situação só revelada após a morte de algumas delas. Esses fatos têm levado os historiadores a questionar como mito a dominação masculina e submissão feminina como regra na família colonial brasileira (SAMARA, 1987).

Em caso de viuvez, quando os filhos do sexo masculino se casavam e deixavam o lar materno, a autoridade da família era repassada à mulher, que, nessa circunstância, acumulava as funções de educação dos demais filhos, administração do lar e dos negócios da família. Passavam dessa forma a serem detentoras do controle público e privado das questões relativas ao núcleo familiar (MOTA; BRAICK, 2002).

Na colônia há registro de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres. Na ausência do marido e na falta de outros homens no núcleo familiar que pudessem assumir a condução da família, do patrimônio e negócios, a mulher incumbia-se dessas responsabilidades, devendo justificar juridicamente, em alguns casos, o exercício dessas funções eminentemente masculinas (SAMARA, 2004).

Além da viuvez, os movimentos migratórios masculinos em busca de trabalho propiciaram o nascimento e/ou a consolidação da família monoparental na colônia, composta por um dos genitores e sua prole. Os homens abandonavam as mulheres e os filhos na busca de melhores condições no centro do país, e elas passavam a exercer a gestão de todos os interesses da família. Restaram também assentadas as famílias monoparentais formadas por homens solteiros e seus filhos ilegítimos

(não concebidos na constância de um matrimônio), reconhecidos e legitimados posteriormente em testamentos (DEL PRIORE, 1999).

A família patriarcal rural escravocrata do Brasil colônia revela, além das características já acentuadas, como um dos privilégios conferidos ao sexo masculino, a possibilidade de fixar a poligamia. Aos homens brancos, todas as relações sexuais eram permitidas e incentivadas, ao passo que da mulher branca era exigida a castidade e fidelidade como garantia da legitimidade da prole em favor do marido (ALMEIDA, 1987).

Mota e Braick (2002) reafirmam que mesmo quando já se tinha na colônia um número considerável de mulheres europeias, não eram raros os casos em que, além do casamento, o marido mantinha várias outras mulheres à sua disposição, índias e posteriormente as negras que lhes prestavam serviços, com quem tinham filhos não reconhecidos.

Fato notório na perspectiva freiriana é a participação efetiva do negro na formação da sexualidade e da família no Brasil Colônia. Além da participação da negra na iniciação sexual dos meninos brancos, havia também a exploração sexual da mulher negra para a satisfação do seu senhor. Nas entrelinhas de sua narrativa Freyre informa que da senzala subia para casa grande todo tipo de serviço, inclusive os destinados à satisfação sexual dos brancos. Em vários trechos da obra o autor revela que muitos senhores dependiam da mulher negra para a promoção de seus estímulos sexuais, mesmo quando casados com mulheres brancas (FREYRE, 2003).

Prevalecia nos núcleos familiares da colônia a monogamia formal apregoada pelo catolicismo. Entretanto, entre os aristocratas as práticas poligâmicas eram frequentes, como restou registrado em vários testamentos da época. Nos documentos os senhores deixavam descrito o elenco de filhos ilegítimos que haviam tido fora do casamento, por vezes com índias, ou negras com as quais conservavam núcleos familiares distintos do oficial. Por esses instrumentos, os senhores fixavam alimentos aos filhos ilegítimos, destinavam-lhes escravos e alforriavam suas mães quando ainda escravizadas (SILVA, 1998).

Não raros também eram os casos em que os homens brancos, solteiros, se uniam pelo concubinato às suas escravas e com elas constituíam famílias com ampla prole e mantinham a todos na condição de escravos. Em testamento eles promoviam a libertação de seus familiares, e lhes designava seu patrimônio, incluindo o repasse de escravos para o serviço (DEL PRIORE, 1999).

Freyre (2003) reforça a ideia da monogamia formal na colônia. Entende que a família patriarcal era monogâmica pelas origens católicas, porém contava com a permissividade de todos para que relações poligâmicas se insturassem na casa grande. Confirma a ideia de que o patriarca colonizador, com virilidade afluída, mantinha relações sexuais com todas as mulheres que desejasse. Escravas e ou esposas, todas estavam a seu serviço e com elas instituía famílias com ampla prole.

Além das famílias instituídas com seus senhores, os escravos constituía famílias entre si. A formação de família entre os negros viria a partir de disputas acirradas entre os homens, visto que o número de mulheres nas fazendas era muito menor. Nas fazendas canavieiras, os escravos procuravam se unir a outros de mesma etnia, costumes e religião, o que lhes permitia conduzir a vida em conformidade com o modo como viviam na região africana de onde procederam (DEL PRIORE, 1999).

A união dos escravos em família variava também em consonância com a atividade que desempenhavam. Os escravos domésticos batizados eram detentores de regalias e normalmente a eles era permitido o casamento católico, pois já assimilavam a religião dos seus senhores. Aqueles que se dedicavam ao trabalho nas fazendas eram incentivados a manter-se amancebados, muitas vezes a partir das escolhas de seus senhores quanto ao companheiro (FREYRE, 2003).

Nas cidades, além da união entre escravos, era comum a união concubinária de escravos com alforriados, haja vista o número de filhos negros ilegítimos contabilizados pela Igreja na colônia. Todavia, quando o companheiro livre desempenhava alguma atividade que lhe possibilitasse uma renda, reunia valores para comprar a liberdade do companheiro ainda escravo, e às vezes se casavam conforme os ritos católicos. Passavam a trabalhar juntos para prover o sustento próprio e dos filhos que decorressem dessa união (DEL PRIORE, 1999).

A mobilidade, característica da vida colonial, se aplica também como fator a ser considerado na constituição da família dos escravos. Havia entre a população escrava grande mobilidade, visto que a permanência na mesma circunscrição em que nascia ficava à mercê dos interesses dos senhores, o que dificultava o casamento católico, pois a certidão de batismo, exigida para o rito, por vezes se encontrava em local diverso de onde o casamento deveria ser celebrado (SILVA, 1984).

Não obstante o desejo de pautar a vida familiar em conformidade com os portugueses, a publicação dos proclamas para a avaliação dos impedimentos para o matrimônio também era fator que dificultava a celebração do casamento entre escravos. Os proclamas deveriam ser publicados tanto no local da celebração do casamento, como em todos os locais em que viveram os nubentes a partir da idade núbil, 12 anos para as mulheres e 14 para os homens. Assim, a obrigatoriedade dessa ampla publicação também obstaculizava a celebração do casamento entre os negros e os levavam a manter suas famílias constituídas pelo concubinato (SILVA, 1984).

A família no período colonial, ainda que como mero estereótipo, era a constituída somente pelo matrimônio católico. Todas as demais formas socialmente assentadas eram invisíveis ao Estado e à própria sociedade, que lhes faziam vistas grossas. Inadmitiam publicamente a poligamia fixada pelas elites ou pelos nativos, mas conheciam e toleravam a existência dessas relações. Ignoravam as uniões concubinárias e desvalorizavam as famílias monoparentais, nas quais a prole era desconsiderada e, lhes era negada a legitimação.

Com a abolição da escravidão houve um intenso fluxo migratório no país marcado pela chegada dos trabalhadores livres estrangeiros. Houve também a mobilidade dos escravos, recém-libertos e sem trabalho, para as cidades em busca de nova forma de viver. Com a República próxima e a superpopulação produzida pela mobilidade dos dois movimentos, tem-se o retrato caótico da vida urbana no Brasil (MALUF; MOTT, 1998).

Ante a urbanização premente, a família brasileira descrita na literatura no segundo reinado é circunscrita ao meio urbano. A consolidação do capitalismo e ascensão da

burguesia fez com que se assentasse inclusive no Brasil a família burguesa. Os casamentos ainda eram mecanismos de manutenção da riqueza, e por isso se davam entre famílias, que definiam as alianças sólidas e promissoras mediante o matrimônio de seus filhos. Embora os romances já indicassem o enlace pelo amor, permaneciam os vínculos firmados por interesses econômicos (D'INCAO, 2017).

As elites agrárias já estabelecidas nas cidades, como também a gama de excluídos produzidos nesse contexto, não operaram mudanças na estrutura familiar advinda do período colonial. Ter-se-ia, nessa perspectiva, na República, apenas a mudança geográfica dos múltiplos arranjos familiares existentes no país e a legitimação jurídica promovida pela legislação brasileira do modelo de família concebido pelas elites oligárquicas.

2.3 Legitimação Jurídica Republicana da Família Patriarcal

A mudança para o regime republicano não operou de imediato alterações significativas na estruturação da família no Brasil. Houve a preservação oficial tanto do modelo patriarcal extenso quanto do modelo nuclear. Envoltos com as expectativas do regime recém-instalado, os brasileiros não inovaram na configuração de suas famílias, mantiveram o modelo oficial e também os arranjos concebidos na clandestinidade.

Mas a vida burguesa aos poucos ia se assentando na sociedade urbana brasileira, promovendo alterações nos costumes e hábitos, inclusive no âmbito da família, o que restou evidenciado até mesmo na delimitação dos espaços residenciais, nos quais foram estabelecidas fronteiras entre a intimidade e publicidade das relações neles firmadas, bem como entre as relações familiares estabelecidas com o mundo externo (D'INCAO, 2017).

Ao assimilar a vida burguesa europeia, a família brasileira também se espelhou na forma estrutural nos moldes europeus. A família burguesa brasileira passou a ser reduzida e não mais extensa, não só em número de filhos, mas também em número de pessoas a ela associada, de modo a se adaptar ao modelo de vida urbanizada, primando pela privacidade das relações empreendidas no âmbito familiar.

A legislação Republicana nesse contexto cumpriu seu papel de contenção do avanço da modernização das relações femininas na sociedade e na família. Retrato as convicções dominantes, e forjou as relações entre os sexos com os valores próprios do patriarcado. Atualizou as relações de poder, fixando expressamente a hierarquia entre os sexos, estabeleceu legalmente a monogamia, como forma de contenção do adultério feminino, e fixou o casamento como a única forma de constituir família no país (BARSTED, 1987).

O Brasil, enquanto colônia portuguesa, era regido por leis vindas de Portugal. Assim, a legislação no Brasil não é fruto de evolução cultural do povo brasileiro, visto que desde sua origem lhe fora imposto um regramento advindo de outra civilização. Não houve, como em outras culturas, um direito construído a partir dos erros e acertos advindos das relações sociais aqui empreendidas, inclusive no que concerne à regulação da forma de se constituir família no país, como se verá adiante (CRISTIANI, 2009).

A definição de família e os direitos a ela concernentes não se alteraram com a inauguração da República. No período Republicano, embora o processo legislativo tenha sido construído no Brasil, mesmo com um Estado independente, permaneceram no país as bases da legislação portuguesa, com ampla influência da Igreja Católica.

O primeiro Código Civil Brasileiro, instituído pela Lei 3.071 de 1º de janeiro de 1916, regulamentou as relações de natureza privada, inclusive as relações jurídicas concernentes à família. Estabeleceu nos moldes católicos o casamento monogâmico heterossexual como a única forma de constituição de família, nos artigos 180 a 314 (BRASIL, 1916).

O Código de 1916 estabeleceu o modelo burguês de família urbana, a família nuclear, composta pelo pai, mulher e filhos. Trouxe a monogamia como matriz e o homem como mediador das relações familiares com a sociedade e detentor exclusivo da vontade coletiva do núcleo familiar (BARSTED, 1987).

Dissociada da realidade, e firmada nas regras anteriormente vigentes na colônia, a legislação republicana elegeu juridicamente o casamento como sinônimo de família no Brasil. Nesse sentido, manifesta Barsted (1987, p. 104) que

a família estruturada pela legislação brasileira não é o simples reflexo do modo de relacionamento do grupo familiar, conforme vivenciado nas diferentes classes sociais. É, antes, a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupadas com a legitimação, em termos legais, dos laços familiares, com a definição de poder marital e paterno, com a legitimação da prole e a regulamentação do patrimônio.

A perspectiva adotada pela legislação brasileira é indicativo da completa dissociação do Código Civil de 1916 com a realidade social estabelecida à época de sua entrada em vigor. A moralidade das classes dominantes, persuadidas pela racionalidade católica, procurava condenar todo tipo de formação familiar que não decorresse dos padrões por ela estabelecidos. Uniões consensuais e que adotassem o menor indicio de simetria entre homens e mulheres eram taxadas de imorais e ilícitas, já que não havia quanto a elas qualquer previsão legal. Ao contrário, a legislação em vigor primava pelo tratamento desigual entre homens e mulheres.

A Igreja Católica desde o período colonial incentivava a família formada exclusivamente pelo casamento. Condenava as uniões livres, pois considerava o concubinato um desrespeito ao sacramento. Combateu durante muito tempo o amancebamento, elaborando inclusive documentos oficiais para desqualificar perante a sociedade as famílias formadas por arranjos livres da tutela da igreja ou do Estado (MOTA; BRAICK, 2002).

Apesar de a realidade social já demonstrar a existência de núcleos familiares diversos, notadamente os provindos das classes menos favorecidas, dos recém-libertos e da legião de imigrantes vindos de outros países, o Código Civil brasileiro de 1916 descreveu e regulamentou um único modelo de família, o modelo patriarcal, monogâmico e nuclear.

Barsted (1987) destaca que houve um significativo distanciamento entre o que a lei regulava e a multiplicidade de formas de organização familiar existentes no Brasil. O discurso legal era reducionista, mas a família, como realidade social, era plural. A legislação brasileira se tornou o devaneio das elites, produziu a ficção de que o casamento era a regra e os outros modelos de família exceções que continuariam à margem das garantias instituídas pelo Estado.

O Código Civil de 1916 reproduzia as concepções dominantes do século XIX, influenciado pelo Código Civil Francês de 1804 e o alemão de 1896. Teve por

características o individualismo, o patrimonialismo, principalmente no que diz respeito à regulação da propriedade, e o paternalismo, por primar pela autoridade masculina nas relações familiares. Refletia os anseios da sociedade colonial para a qual fora criado, já que a matriz social brasileira ainda não se desgarrara de sua origem. Apesar de representar um avanço à época, na regulação de outros aspectos da vida social, para a família o código mostrou-se extremamente conservador pelo que se esperava da vida republicana (GONÇALVES, 2014).

Não obstante todo aspecto negativo, o Código Civil de 1916 foi considerado benéfico ao núcleo familiar em relação à legislação vigente em 1890, que estampava a supremacia masculina e a responsabilidade pública do homem sobre a família, além de destinar a ele a administração e usufruto completo de todos os bens pertencentes ao núcleo familiar, mesmo os que porventura tivessem sido trazidos pela mulher com o casamento (MALUF; MOTT, 1998).

De acordo com Farias e Rosenvald (2014, p. 36), a legislação civil brasileira, inspirada no código de Napoleão, reafirmava

a família como unidade de produção, realçados os laços patrimoniais. As pessoas se uniam em família com vistas à formação de patrimônio, para posterior transmissão aos herdeiros, pouco importando os laços afetivos. Daí a impossibilidade de dissolução do vínculo, pois a desagregação da família corresponderia à desagregação da própria sociedade.

Pequena ou nenhuma relevância era conferida pela legislação à felicidade, bem estar e realização das pessoas enquanto individualidades nas relações familiares. O que afligia o Estado e a sociedade era a manutenção do patrimônio familiar, com a indissolubilidade das alianças familiares construídas a partir dos casamentos. Daí a necessidade da legitimação jurídica do modelo matrimonializado como o único a integrar a construção da sociedade brasileira.

Além do Código Civil de 1916, para garantia da família nos moldes estabelecidos pelas categorias dominantes, o Código Criminal do Império e o Código Penal de 1940 que lhe sucedeu traçavam regras de conduta no âmbito familiar. Estabeleciam normas que puniam a bigamia e o adultério, como garantia da monogamia feminina, visto que a possibilidade masculina de infringir tais regras era percebida pela sociedade como fato natural. Protegia também a mulher taxada como ‘honesta’,

contra os crimes sexuais para assegurar a virgindade e a monogamia feminina. Com isso, garantiam a legitimidade da prole, como assevera Barsted (1987).

A família exclusivamente matrimonializada começa a dar sinais de fragilidade quando a partir dos anos 1960 os tribunais brasileiros passam a conferir direitos à concubina. Segundo Diniz (1993, p. 223), o concubinato é a “união livre e estável de pessoas de sexo diferente, que não estão ligadas entre si por casamento civil”, com o intuito de constituir família. A autora elenca uma série de requisitos para que a relação concubinária se configurasse. Destaca que seria necessária a continuidade nas relações sexuais, a ausência de matrimônio civil válido firmado por qualquer dos concubinos, a notoriedade de afeições recíprocas, fidelidade da mulher para com o amásio, coabitação, dentre outros.

As pessoas que se vinculavam nessas uniões livres recebiam a denominação de concubinos ou amásios, expressões que os distinguiam de forma negativa na sociedade brasileira, já que a família legítima juridicamente e aceita socialmente era a constituída pelo matrimônio (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

A união concubinária não era considerada como entidade familiar, pois não lhe eram garantidos quaisquer direitos relativos à família, nem mesmo as varas de família tinham competência para apreciar as questões a ela pertinentes. As ações propostas para a solução dos conflitos advindos dessas relações eram ajuizadas perante as varas cíveis, aptas a resolver conflitos de natureza patrimoniais (LOBO, 2017).

A evolução legislativa e jurisprudencial passou a garantir à concubina o direito de usar o nome do amásio, desde que a vida em comum perdurasse pelo período mínimo de cinco anos e se houvesse entre eles filhos comuns. Garantiu o reconhecimento dos filhos havidos nessas relações. Permitiu que a concubina fosse beneficiária da previdência social, direitos trabalhistas e indenizações decorrente de acidente de seu amásio. Distinguiu à concubina parte do patrimônio adquirido pelo esforço comum na constância da união (DINIZ, 1993).

O Código Civil de 1916 fazia menção expressa contra a aquisição de direitos por pessoas em uniões concubinárias. Proibia o homem casado de dispor benefícios em testamento à concubina ou a incluí-la como beneficiária em seguro de vida por ele

estipulado. Essa norma posteriormente passou a ser aplicada nos tribunais somente para pessoas que mantivessem o concubinato impuro. O concubinato puro, aquele decorrente de uniões em que não houvesse impedimento para o casamento para nenhum dos conviventes, passou a receber a tolerância do judiciário. Esse tipo de união foi posteriormente entendida como união estável, regulamentada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) (GONÇALVES, 2009).

Outro fator que facultou a formação de nova organização familiar no Brasil foi o advento da Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977, denominada Lei do divórcio. A referida lei introduziu a separação judicial como forma de ruptura da sociedade conjugal (Art. 2º, III), o que retirou o estigma trazido com o antigo desquite. Permitiu com o divórcio a dissolução do casamento, o que oportunizou às pessoas contraírem novo matrimônio ou mesmo a manutenção de núcleo familiar diverso do casamento. Contudo, na primeira edição a lei restringiu-se a possibilidade de divórcio a uma única. Caso o segundo matrimônio não fosse o esperado, o casal deveria permanecer casado sem a possibilidade de dissolver os vínculos matrimoniais (BRASIL, 1977).

Da mesma forma que com Engels (1984) restou autorizada a conclusão de que a definição de família e suas relações de poder estiveram associadas à detenção da propriedade privada, pode-se também concluir que a legitimação jurídica da família no Brasil também esteve condicionada às questões de natureza patrimoniais e à manutenção desse patrimônio restrita a grupo determinado.

O aparato jurídico republicano foi todo construído em torno da proteção do casamento, como forma de garantir a manutenção do patrimônio e sua transmissão por herança aos filhos das relações legitimadas pelo Estado. Restringia garantias a toda e qualquer forma de estabelecer família que fugisse a esse padrão, pois se perderia o controle do patrimônio familiar que por vezes poderia ser partilhado entre pessoas não integrantes do núcleo que se queria proteger. As uniões livres, quando não condenadas, eram marginalizadas com a exclusão de direitos a seus integrantes. Filhos decorrentes de uniões consensuais ou havidos fora do casamento eram desconsiderados. Uniões entre pessoas do mesmo sexo sequer entravam nos debates jurídicos.

Em síntese, o que prevalecia no Brasil era a hegemonia da família patriarcal extensa ou ampliada, oficialmente propalada nos períodos colonial e imperial, bem como a legitimação jurídica exclusiva do matrimônio vivenciada também na República. Mas o quadro de exclusão das formas plurais de se constituir família perdurou no país somente até o advento da nova ordem constitucional instituída em 1988. A partir daí abriu-se a possibilidade de se considerar juridicamente os novos modelos ou tipos de família construídos socialmente e, assim, foram garantidos direitos a pessoas que integrassem as mais variadas formas de constituição de família no Brasil. Uma apresentação concisa da pluralidade de arranjos familiares vigentes no país constitui o foco do próximo capítulo.

3. FAMÍLIAS PLURAIS NO BRASIL PÓS 1988: MODELOS PRINCIPAIS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS

No Brasil contemporâneo tem havido transformações constantes na forma como as pessoas se organizam em família, seja pelo número de integrantes, seja pela composição ou estruturação do que se entende como família. Essas transformações têm refletido, por conseguinte, na definição social e jurídica do termo família, que cada vez mais abarca novos formatos.

A industrialização, a urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista, a aprovação do divórcio, a liberdade sexual, dentre tantos outros fenômenos sociais, contribuíram para a mudança do comportamento das pessoas em família e na forma de sua organização. A concorrência da mulher para a manutenção do núcleo familiar fragilizou a lógica patriarcal na qual o homem era provedor e a mulher submissa, sistema predominante nas relações familiares no Brasil, como se viu no capítulo anterior.

Dessa forma, fatores sociais, econômicos, culturais e religiosos ditaram mudanças na dinâmica da família na sociedade contemporânea brasileira. Papéis que antes eram desempenhados exclusivamente por homens passaram a ser também executados por mulheres. Na organização familiar na contemporaneidade se observam algumas funções compartilhadas por ambos os sexos, e por vezes em função da dinâmica do trabalho por eles adotada se tem até mesmo a inversão das obrigações de cada um dos membros responsáveis pela família. Todos esses fatores fortaleceram as famílias compostas por um dos genitores e sua prole, como também facultou o nascimento ou a consolidação de tantos outros modelos ou arranjos familiares.

Todas essas dinâmicas propiciaram o reconhecimento social e jurídico das múltiplas formas de organização e estruturação familiar no país. As transformações sociais impulsionaram as pessoas a perceberem novas formas de convivência familiar, na medida de suas necessidades e interesses, e desmistificaram, em alguma medida, o casamento como a única forma legítima de constituir família.

Na esteira das mudanças sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) reconheceu como entidade familiar não apenas a família nuclear formada pelo casamento heterossexual, mas também passou a conceber formas diversas de estruturação como aptas a receber a proteção do Estado.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma breve descrição dos principais aspectos jurídicos aportados aos diferentes tipos de arranjos familiares no Brasil contemporâneo, iniciando com uma delimitação de aspectos gerais do reconhecimento da família no país. A ideia é, com isto, estabelecer nexos que possam auxiliar no entendimento e reflexão sobre a conformação dos arranjos familiares nos espaços rurais brasileiros, mais especificamente da Região do Pentáurea, na comunidade de Santa Rita Rural, localizada no município de Montes Claros.

3.1 Aspectos Gerais do Reconhecimento Jurídico da Família Plural

A ruptura com a exclusividade do modelo familiar matrimonializado propiciou o reconhecimento jurídico de vários arranjos como entidade familiar. A lógica constitucional vigente tem por princípio fundamental a promoção da dignidade da pessoa humana e por esse prisma todo o ordenamento jurídico brasileiro deve se conformar, inclusive as regras que regulamentam as relações familiares.

Ao adotar o consenso, a solidariedade e o respeito à dignidade das pessoas que integram a família como fundamentos, a CRFB/88 operou grande mudança na regulamentação das relações familiares no Brasil. O Estado tomou para si, no plano constitucional, a proteção da família nas diversas relações sociais que empreende, bem como regulamentou novos arranjos, e, com isso, retirou do modelo patriarcal o privilégio da unicidade que mantinha até então (LOBO, 2017).

Sob a ótica constitucional a família brasileira sofreu mudanças estruturais acentuadas, passou de apenas matrimonializada a plural; de patriarcal a democrática; de hierarquizada a substancialmente igualitária; de heteroparental a hetero ou homoparental; de exclusivamente biológica a biológica ou socioafetiva; e, de unidade de produção e reprodução a unidade socioafetiva. Por conseguinte, a família substituiu o aspecto institucional que desempenhava e passou a assimilar um

caráter instrumental, um meio para a busca pela realização individual e formação de seus membros (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

A mudança de perspectiva jurídica, no que concerne à família, se deu quando a CRFB/1988 entendeu o termo família como sinônimo de entidade familiar e conferiu a ela um significado plural e democrático. A família patriarcal originária da colônia, na qual o patriarca era a autoridade máxima, deu lugar à família democrática, na qual todos podem manifestar suas opiniões e desejos, e o poder de decisão restou diluído entre os componentes que detêm o poder familiar.

A igualdade substancial apregoada na CRFB/88 prevalecerá entre membros da família quando observadas as diferenças e papéis que cada um deles desempenha no núcleo familiar. Assim, pais e filhos são iguais na proteção jurídica dispensada no âmbito da família, porém com direitos e deveres distintos em função dos papéis que devem desempenhar no núcleo familiar. Além disso, o reconhecimento das famílias formadas por casais do mesmo sexo propiciou a homoparentalidade, garantindo a igualdade entre as pessoas na família, independentemente do sexo ou orientação sexual.

O reconhecimento da igualdade no núcleo familiar flexibilizou o entendimento de que família era constituída somente por laços sanguíneos e permitiu a ampliação da consideração do parentesco, não apenas por vínculos biológicos, mas também pela vinculação socioafetiva. A imposição da igualdade nos vínculos estabelecidos nas relações familiares facultou a elevação do afeto como princípio a ser observado na configuração da entidade familiar.

Assim, os laços afetivos e a solidariedade entre os membros se firmam na convivência das pessoas em família e propiciam o nascimento de arranjos familiares com relações igualitárias entre seus integrantes, no que concerne a idade e sexo. Por isso, os novos valores incorporados à família promoveram uma percepção distinta acerca da sexualidade, bem como firmou preceitos que impossibilitam a distinção entre os filhos (DIAS, 2009).

Na contemporaneidade, as vinculações pelo afeto se tornam a essência do núcleo familiar e requisito essencial para o reconhecimento jurídico dos arranjos familiares. Com a nova ordem instalada, a família tomou para si outras funções, distintas das

anteriormente estabelecidas. Nesse sentido manifestam Farias e Rosenvald (2014, p.43), para quem

a família cumpre modernamente um papel funcionalizado, devendo, efetivamente, servir como ambiente propício para a promoção da dignidade e a realização da personalidade de seus membros, integrando sentimentos, esperanças e valores, servindo como alicerce fundamental para o alcance da felicidade.

A família passou a ser tema constitucional no país somente nas constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967. Nelas estava referendada exclusivamente a legalmente constituída pelo casamento, sem, contudo, se ocupar de outras considerações acerca do tema. Nas duas primeiras constituições do país, a de 1824 e a de 1891, não constavam qualquer alusão a nenhuma espécie de família. O tema não obteve a necessária consideração do legislador à época, a ponto de inseri-lo como matéria constitucional. Já na ordem constitucional vigente, o instituto ganhou tamanha importância que passou a ser tratado como a base da sociedade brasileira (BULOS, 2014).

A CRFB/88, para fins de proteção, criou, no seu artigo 226, a tipificação genérica de Entidade Familiar, sob a qual especificou três espécies: a família matrimonializada, firmada no casamento civil ou religioso com efeitos civis; a família informal, formada pela união estável; e a família monoparental, composta por um dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2014a).

Segundo Fernandes (2014) a CRFB/88 entende a família como categoria sociocultural e espiritual, que não pode ser conceituada de maneira ortodoxa, e pode ser constituída a partir de uma lógica não reducionista, pela formalização ou não de sua organização, independentemente de sua composição, mas que na pluralidade de suas formas merece especial proteção do Estado.

Nesse sentido, as considerações acerca da compreensão de família postas por Farias e Rosenvald (2014, p. 41) atendem à lógica da ampliação acima delineada. Apregoam que a união de pessoas “ligadas por traços biológicos ou socioafetivos, com intenção de estabelecer, eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um”, seria a expressão ampliada do conceito de família.

Diante disso, a CRFB/88 reconhece, além da família constituída pelo matrimônio, pela união estável e a família monoparental, diversas outras formas fundamentadas nas relações afetivas desenvolvidas pelos seus integrantes. Os modelos de família mencionados na CRFB/88 não excluem, por não terem sido tratados de forma expressa, os múltiplos arranjos familiares constituídos a partir do afeto. Nessa perspectiva, com a realidade social entendida como realidade jurídica, os direitos são conferidos a núcleos familiares não contemplados anteriormente na tutela do Estado.

Além dos textos específicos da CRFB/88 que contemplam a proteção da família, restou impregnado também nesse contexto o princípio da igualdade, instituído no seu artigo 5º, o qual determina que homens e mulheres sejam iguais perante a lei, inadmitindo distinções de qualquer natureza. Além disso, o Código Civil Brasileiro de 2002 (CCB/02), bem como as leis ordinárias que lhe sucederam, como também o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 (ECA), que lhe precedeu, incorporaram a mentalidade constitucional, o que desconstituiu paulatinamente o modelo patriarcal e deu visibilidade aos demais membros da família (BRASIL, 2014a; BRASIL, 2014b; BRASIL, 2014e).

Na ampla concepção de família trazida pela CRFB/88 a entidade familiar tornou-se a base da sociedade brasileira, ensejando a proteção integral do Estado. Nesse ambiente Farias e Rosenvald (2014, p. 36) defende que

os novos valores que inspiram a sociedade contemporânea sobrepõem e rompem, definitivamente, com a concepção tradicional de família. A arquitetura da sociedade moderna impõe um modelo familiar descentralizado, democrático, igualitário e desmatrimonializado. O escopo precípua da família passa a ser a solidariedade social e demais condições necessárias ao aperfeiçoamento e progresso humano, regido o núcleo familiar pelo afeto, como mola propulsora.

Por esse prisma, há o entendimento de que constituir família e a escolha da forma pela qual ela será estruturada passa pela autonomia da vontade individualmente posta. Não se pode obrigar ninguém a escolher modelo único, visto que as relações de natureza privada, como são os vínculos de afeto estabelecidos na família, não podem ser fixados pelo Estado, senão pela própria pessoa. Nesse sentido, pronuncia Fernandes (2014, p. 1266): “não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a

sociedade”, e a forma pela qual alguém institui e estrutura o seu núcleo familiar diz respeito apenas a seus membros.

Ainda que pese a autonomia da vontade na constituição de família, nem todo arranjo será considerado como entidade familiar, detentor de direitos. Há restrições expressas e principiológicas que impedem o reconhecimento jurídico no Brasil de formações incestuosas, como também as relações poligâmicas², legitimadas em outros ordenamentos.

Tanto os arranjos familiares expressamente regulamentados, como também alguns modelos de família reconhecidos como titulares de direitos pelos tribunais brasileiros ou por outros órgãos do Estado enquanto entidades familiares serão objetos de análise nos itens subsequentes. Para a apresentação dos múltiplos modelos de família reconhecidos juridicamente serão tomados como parâmetro os direitos estabelecidos para a relação matrimonial, por ser a vinculação mais regulada no sistema jurídico nacional, de forma pormenorizada, ante a tradição e predominância com a qual o casamento se mantém no país.

Contudo, o casamento e os direitos de natureza pessoal e patrimonial dele decorrentes não serão especificados nesse estudo, por ser a forma já tradicional, conhecida e reconhecida por todos como apta a permitir que seus membros titularizem direitos e deveres na ordem jurídica brasileira.

3.2 União Estável: da Rejeição à Legitimação Jurídica

Com a CRFB/88 abriu-se a possibilidade para o reconhecimento da família constituída pelo afeto, consenso, liberdade e sem a formalização instituída pelo matrimônio, até então a única possibilidade de constituição de família com reconhecimento jurídico e atribuição de direitos no Brasil.

A união livre entre homem e mulher, firmada no consenso e no afeto mútuo, sem a chancela do Estado, ficou conhecida no Brasil em período anterior à CRFB/88 como união concubinária. O concubinato, além da rejeição social, traduzia a restrição legal

² Relações incestuosas são aquelas decorrentes da união entre pais e filhos, ou irmãos, presentes em civilizações egípcias, e a poligâmica, a que se constituiu por múltiplos casamentos, reguladas nas civilizações mulçumanas. Ambas são proibidas no Brasil (LOBO, 2017).

ao reconhecimento de direitos às pessoas que optavam por constituir famílias nesse formato, bem como aos filhos dele decorrentes (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

O ordenamento jurídico brasileiro, apesar da tradição, passou a entender a união estável como umas das formas de constituir famílias, sem desconsiderar a importância do casamento, instituto consolidado nos mais diversos regimes políticos, inclusive nos regimes socialistas, nos quais a propriedade privada é limitada. Equiparada em importância e pela grande incidência na vida social brasileira, a união estável passou a ser reconhecida como um arranjo familiar digno da proteção do Estado (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Corrêa (1981, p. 7) quando se propôs a repensar a família patriarcal no Brasil afirmou que “a sociedade colonial nestes 300 anos esteve composta de duas partes: a familiar (a família patriarcal) e outra não familiar, que reunia a maioria da população, a ‘massa anônima dos socialmente degradados’”. Essa realidade ultrapassou os limites do período colonial e perdurou até a história recente do Brasil. Por muito tempo as uniões livres não foram consideradas como família, e, em dado momento, até consideradas como ilícitas, fato que se perpetuou até o advento da CRFB/88, quando o ordenamento jurídico brasileiro se abriu para proteger as ‘não famílias’ socialmente constituídas, sobretudo pelas camadas menos abastadas.

Até se chegar ao reconhecimento jurídico da união estável, a família constituída de forma livre recebeu várias nomenclaturas, o que a colocava em situação de exclusão perante a sociedade brasileira. Várias foram as formas pejorativas pelas quais era tratada. Concubinato, união livre, união de fato e união consensual eram as formas de tratamento social destinadas aos núcleos informais de família, até que o termo atual foi cunhado constitucionalmente na intenção de afastar a discriminação que pairava até então sobre as uniões não matrimoniais (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

A CRFB/88 dispõe em seu art. 226, § 3º, que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento.” Com essa regulamentação as uniões livres, até então conhecidas como concubinárias, passaram a ser

reconhecidas como uniões estáveis e puderam, a partir de então, contar com a obtenção de vários direitos.

A Lei 8.971, de 29 de janeiro de 1994 foi a primeira regra infraconstitucional que desencadeou a regulação do novo modelo de família reconhecido pela ordem constitucional vigente. Chamou de companheiros os integrantes da união estável, e estabeleceu que fosse reconhecida quando o homem e a mulher mantivessem a união na qualidade de solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, que se vinculassem por mais de cinco anos ou que tivessem filhos dessa união (GONÇALVES, 2009).

A Lei em referência regulamentou o dispositivo constitucional trazendo efetividade aos direitos reconhecidos na CRFB/88. No artigo 1º permitiu alimentos aos companheiros. No artigo 2º descreveu a forma de participação dos companheiros lá definidos, na sucessão do companheiro falecido, além de garantir no artigo 3º a meação dos bens adquiridos no período da convivência de ambos, quando houvesse o esforço comum para a sua aquisição.

Em 1996, nova lei foi editada com o mesmo objetivo de regulamentar a norma constitucional que previa a união estável como entidade familiar. Alterou dispositivos da lei anterior e ampliou direitos aos membros da união estável. A Lei 9.278, de 10 de maio daquele ano, modificou a denominação de companheiros para conviventes, qualificação que não prosperou com o Código Civil Brasileiro de 2002, que preferiu manter a denominação de companheiros para designar as pessoas integrantes da união estável (BRASIL, 2014d).

A Lei 9.278/96 apregoava a existência de entidade familiar quando fosse configurada a convivência pública, contínua e duradoura de homem e mulher com o objetivo de constituir família. Dispôs sobre a meação dos bens adquiridos de forma onerosa no período de convivência, salvo se os conviventes houvessem estipulado de forma diversa em contrato escrito, em consonância ao que já vinha sendo decidido nos tribunais brasileiros (BRASIL, 2014d).

Em 2002 o Código Civil Brasileiro (CCB/02) revogou as duas normas anteriores e inseriu a união estável no livro dedicado à regulamentação das famílias. Disciplinou a matéria nos artigos 1723 a 1727, inseriu no artigo 1694 o dever de prestar

alimentos entre os companheiros, e no artigo 1790 regulamentou os direitos sucessórios decorrentes da união estável (BRASIL, 2014e).

Nos moldes da legislação que o antecedeu, o art. 1723 do CCB/02 reconheceu a união estável como entidade familiar e traçou os requisitos para sua configuração ao assegurar que “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família”. O mesmo artigo estabeleceu ainda a impossibilidade de reconhecimento da união estável quando configurados os impedimentos para o casamento (§1º do art. 1723) (BRASIL, 2014e).

O legislador brasileiro em 2002 impôs às uniões fáticas reconhecidas como entidade familiar deveres similares aos impostos ao casamento, reafirmando a equiparação dos dois institutos. Na dicção do art. 1724 do CCB/02 “as relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos”.

A distinção de deveres impostos aos cônjuges no matrimônio, em relação aos companheiros na união estável, se manifesta principalmente no dever de fidelidade definida para o casamento e o dever de lealdade estabelecido na união estável. Para alguns, a lealdade é gênero do qual fidelidade é espécie e, por isso, a fidelidade recíproca seria também exigida na união estável como um dever a ser observado pelos companheiros (GONÇALVES, 2009).

A equiparação da união estável ao casamento propiciou que vários direitos pessoais e patrimoniais que eram próprios da relação matrimonial fossem estendidos aos companheiros. Como exemplo, o dever de mútua assistência imposto aos cônjuges é também considerado na união estável. Assim, os companheiros podem exigir um do outro alimentos para a sua manutenção e em conformidade com a necessidade de quem solicita e a possibilidade de quem paga, quando da ruptura da união entre eles (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

O direito a usar o sobrenome do companheiro pode ser citado como direito pessoal decorrente da união estável. A lei 6.015, de 1973, denominada Lei de Registros Públicos, já em 1975, com redação que lhe foi conferida pela Lei 6.216/75, antecipou aos companheiros esse direito que até então era reconhecido somente ao cônjuge.

Contudo, a inclusão do nome nesse caso deverá ser requerida perante o poder judiciário, que avaliará a existência da união estável para a concessão do direito pleiteado (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

As questões patrimoniais, na união estável, foram normatizadas com as mesmas regras estabelecidas para o casamento. O CCB/02 regulamentou, nos artigos 1639 ao 1688, os regimes de bens que são aplicados ao casamento, normas também utilizadas na união estável (BRASIL, 2014e).

Conforme disposto no art. 1725, os companheiros poderão escolher para reger a relação entre eles qualquer regime de bens previsto no próprio CCB/02, mediante contrato escrito. Como acontece no casamento, caso não façam a escolha do regime de bens que norteará a união estável, serão aplicadas as regras do regime da comunhão parcial, considerado como o regime legal, aplicável às circunstâncias em que não houver escolha pelos cônjuges ou companheiros (Art. 1640 do CCB/02) (BRASIL, 2014e).

Como no casamento, a união estável implica na fixação de direitos sucessórios aos companheiros. Não obstante a equiparação que a CRFB/88 estabeleceu entre os dois institutos, e contrário ao princípio da igualdade nela instituído, o CCB/02 alterou o sistema sucessório implantado com as Leis 8.971/94 e 9.278/96, que era semelhante à sucessão estabelecida no casamento, e implantou regras desiguais e prejudiciais aos companheiros na mesma situação.

O artigo 1790 CCB/02 definiu que o companheiro participaria da sucessão do outro somente dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável, e em condições muito desfavoráveis em relação ao cônjuge quando concorresse na herança com outros parentes do falecido. Nesse contexto, quando a união fosse constituída com alguém com vasto patrimônio e em caso de morte após anos da formação da família, a companheira sobrevivente não herdaria nenhuma parte dos bens deixados pelo companheiro falecido (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

Entretanto, a regra disposta no referido artigo foi declarada inconstitucional pelo STF, em 10 de maio de 2017, em decisão proferida nos Recursos Extraordinários 646721 e 878694, e a sucessão entre companheiros acontecerá nos mesmos moldes instituídos para o casamento, cuja repercussão geral da decisão se deu nos

seguintes termos: “no sistema constitucional vigente é inconstitucional a diferenciação de regime sucessório entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado em ambos os casos o regime estabelecido no artigo 1829 do Código Civil” (BRASIL, 2017).

Em obediência à igualdade conferida aos dois institutos jurídicos, tem sido deferido aos companheiros, em caso de morte de um deles, o direito real de habitação nos termos do art. 1831 do CCB/02. Apesar de o referido dispositivo não mencionar expressamente o companheiro como detentor desse direito, tem sido reconhecida na união estável a possibilidade de o companheiro sobrevivente continuar residindo no imóvel destinado à moradia do casal, nas mesmas condições de proteção concedida aos cônjuges no casamento. Com isso, os juristas pátrios têm conferido ao artigo em referência interpretação conforme o que apregoa a CRFB/88 no sentido de equiparação da união estável ao casamento, garantindo os mesmos direitos aos componentes de ambas os modelos familiares, mesmo quando houver omissão do legislador ordinário (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

A mudança cultural do país acerca da percepção do que constitui família vem garantindo, a partir da ordem constitucional não restritiva, o reconhecimento de direitos até então observados de forma exclusiva para a relação matrimonial. Esse processo se edifica paulatinamente em busca do tratamento igualitário dos arranjos cada vez mais plurais que se estabelecem na sociedade brasileira, foco de consideração nos itens que se seguem.

3.3 Família Homoafetiva: Legitimação Jurídica Ainda que Tardia

Não obstante a incidência na sociedade brasileira de uniões entre pessoas do mesmo sexo, que se unem pelo afeto, em busca da felicidade e da consecução de objetivos comuns, no intuito de formar família, o reconhecimento jurídico dessas relações não veio com a CRFB/88, visto que ela estabeleceu como entidade familiar a “união estável entre o homem e a mulher” (art. 226, § 3º), o que excluiu por muito tempo a possibilidade de se entender a união homoafetiva como família no Brasil (BRASIL, 2014a).

Ao longo da história da humanidade percebem-se em algumas culturas as manifestações homossexuais como padrão socialmente aceito. Na Grécia antiga, por exemplo, há registros de relações homoafetivas entre cidadãos gregos. Contudo, nas civilizações ocidentais contemporâneas as relações entre pessoas do mesmo sexo foram relegadas à marginalidade e em alguns ordenamentos jurídicos foram consideradas como delituosas (PEREIRA, 2003).

Gagliano e Pamplona Filho (2014, p. 482) entendem que a homossexualidade é “modo de ser, de interagir, mediante afeto e/ou contato sexual com um parceiro do mesmo sexo, não decorrente de uma mera orientação ou opção, mas sim, derivado de um determinismo cuja causa não se poderia apontar”. Assim, não pode ser percebida como doença nem pode ser encarada como perversão, e, qualquer tentativa de enquadramento nesse sentido pode ser considerada como desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado brasileiro.

A legitimação da união estável de pessoas do mesmo sexo foi tema de debates na Assembleia Constituinte de 1987 e 1988, mas não houve a previsão na constituição (CRFB/88) que lhe seguira e na legislação infraconstitucional posterior também não houve qualquer avanço para o reconhecimento jurídico dessa união como entidade familiar (NOVELINO, 2018).

Em 1995 tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1.151, de autoria da então deputada Marta Suplicy, com o objetivo de regulamentar as uniões entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, a tramitação restou frustrada ante a falta de interesse dos congressistas brasileiros na regulamentação do tema (PEREIRA, 2003).

Tramita no Congresso Nacional desde 2007 o Projeto de Lei (PL) número 2.285/2007, denominado Estatuto das Famílias, que contém um capítulo destinado à união homoafetiva reconhecendo-a como entidade familiar e conferindo os mesmos direitos estabelecidos para a união heterossexual. Todavia, as discussões não avançam para que o projeto seja apreciado e aprovado pelos congressistas (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Clara é a resistência do Poder Legislativo em regular a família homoafetiva, pois na tramitação do PL 2.285/2007 houve sua aprovação na Comissão de Constituição e

Justiça da Câmara dos Deputados, mas naquela ocasião foi retirado do texto o artigo que regulamentava os direitos relativos à união homoafetiva e, por conseguinte, frustrou-se a possibilidade do seu reconhecimento como entidade familiar pelos legisladores brasileiros (TARTUCE; SIMÃO, 2012).

Apesar da falta de legislação, a existência de uniões de pessoas do mesmo sexo é realidade no Brasil e como relação social que é, gera para as pessoas nelas envolvidas vínculos jurídicos que se não equacionados, podem ocasionar efeitos negativos para uma das partes integrantes dessas relações. Sem a regulação própria do poder legislativo, coube aos tribunais equacionar as questões pertinentes aos vínculos afetivos de pessoas do mesmo sexo que geram efeitos patrimoniais.

Inicialmente, os tribunais brasileiros, por não considerar como família a união homoafetiva, tratavam de forma peculiar os efeitos patrimoniais dessas relações. Quando da dissolução da união, o patrimônio era distribuído entre os conviventes, na medida de sua participação para a aquisição dos bens comuns. As questões de afeto e interesses coletivos, próprios das relações familiares, eram desconsideradas em relação às pessoas que optavam por esse modo de constituição de família (FACHIN, 2003).

Com a mudança de perspectiva da sociedade brasileira sobre às uniões homoafetivas, houve também alteração no entendimento jurídico acerca dessas relações. Com isso, o judiciário modificou os fundamentos para considerá-la como entidade familiar e passou a utilizar-se de princípios e fundamentos constitucionais para não deixar desassistidas as pessoas que conviviam em família e sustentavam suas relações no afeto e solidariedade. Segundo Novelino (2018, p. 900), as decisões judiciais passaram a ser fundamentadas na

dignidade humana e o pluralismo, fundamentos da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, III e V); a promoção do bem de todos, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação, como um dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro (CF, art. 3º, IV); princípio da isonomia (CF, art. 5º) e o direito à privacidade (CF, art. 5º, X).

Lobo (2017) cita ainda como fundamentos para o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, os princípios da não discriminação, da vedação ao preconceito, da liberdade de escolha da entidade familiar, da igualdade de

direitos, da laicidade do Estado brasileiro, do pluralismo, todos eles princípios constitucionais. Considera também o princípio da autonomia da vontade, qualificado como balizador das relações de natureza privada, e o princípio da proteção à intimidade e a vida privada.

A utilização desses fundamentos pelos tribunais passou a garantir aos companheiros decorrentes da união de pessoas do mesmo sexo, vários direitos. Dentre eles os direitos sucessórios, direitos provenientes da Previdência Privada e benefícios da Previdência Social.

Contudo, nos tribunais as decisões proferidas variavam em conformidade com o pensamento dos julgadores. Enquanto alguns se negavam a reconhecer direitos aos integrantes das uniões homoafetivas, outros primavam pelo reconhecimento jurídico de algumas das questões por eles postas em juízo. Até que o Supremo Tribunal Federal se pronunciou sobre a questão, e proferiu decisão vinculativa sobre o tema, impondo obediência a todos os tribunais do país para que garantissem direitos às uniões homoafetivas (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Com esse entendimento do STF a união de pessoas do mesmo sexo integrou o conceito de entidade familiar, ao reunir os requisitos de convivência pública, contínua e duradoura, e, com a finalidade de constituição de família. E com isso impôs aos companheiros a observância dos deveres de mútua assistência, respeito e lealdade, previstos no CCB/02 para as uniões estáveis heteroafetivas.

Nesse sentido Farias e Rosenvald (2014, p. 483) dispõem que

a partir desse balizamento, a união estável homoafetiva produzirá todos os efeitos jurídicos da união heteroafetiva, seja no âmbito existencial, seja na esfera patrimonial. Vislumbrando-se, inclusive, a possibilidade de conversão da união homoafetiva em casamento, conforme reconhecido pela Corte Superior de Justiça (STJ, AC 4ª T., Resp. 1.183.378/RS, rel. Min. Luis Felipe Salomão).

Como a legislação brasileira não avançou para permitir a união ou casamento de pessoas do mesmo sexo, como se verifica em países como Bélgica, Canadá, Espanha, África do Sul e Argentina, os tribunais brasileiros desempenharam o papel do legislador, permitindo o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, sua conversão em casamento, ou a celebração de casamento

independentemente da união prévia, conformando o modelo à permissão constitucional. Para garantia desse direito, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 14 de maio de 2013, editou a Resolução nº 175/2013, que “veda as autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014, p. 487).

Assim, todos os direitos conferidos às uniões heterossexuais foram estendidos às uniões homoafetivas, reconhecidas como entidades familiares. Apesar das discordâncias de entendimentos entre os tribunais e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) acerca da concessão de benefícios previdenciários a pessoas do mesmo sexo que integravam entidades familiares, por conta da interpretação restritiva então efetivada acerca do disposto no § 3º, do art. 226 da CRFB/88, o qual dispõe que a união estável se dá entre homem e mulher, o STF pacificou a questão, sob o argumento de que a constituição não admite discriminação de nenhuma natureza e como o regime da previdência é contributivo, e garante o direito a pensão por morte do cônjuge ou companheiro do segurado, não havia porque prevalecer a distinção do companheiro do mesmo sexo como beneficiário (BULOS, 2014).

Com a aplicação analógica das regras pertinentes à união estável como definido pelo STF, os efeitos jurídicos de natureza pessoal como os direitos e deveres recíprocos de lealdade/fidelidade, respeito e assistência mútua, guarda, sustento e educação dos filhos, quando tiverem, foram conferidos igualmente às uniões homoafetivas. Também foram reconhecidos os direitos de natureza patrimonial como alimentos, regime de bens e direitos sucessórios, os quais produzirão os mesmos efeitos nas relações homoafetivas, quando comprovada a existência do núcleo familiar, como prevê o CCB/02 para a união estável, agora sem qualquer distinção em hétero ou homoafetiva.

3.4 Famílias Paralelas: Realidade Invisível que se Descortina nos Tribunais Brasileiros

Como demonstrado no capítulo anterior, no Brasil, desde sua colonização, embora não reconhecidas social e juridicamente, são comuns as relações afetivas

duradouras paralelas ao casamento. Mantinha-se naquela época a família matrimonializada e outras constituídas com escravas ou índias com as quais os senhores tinham filhos, considerados como ilegítimos ou bastardos.

Gagliano e Pamplona Filho (2014) asseguram que a infidelidade e os amores paralelos estiveram sempre presentes na história da humanidade, e no Brasil demonstram que entre os homens essa realidade se apresenta com maior representatividade. E, por ser essa realidade tão frequente, segundo os autores, é possível concluir pela existência de inúmeras famílias constituídas de forma paralela e concomitante ao casamento e à união estável.

Pelas tradições religiosas das sociedades ocidentais, inclusive no Brasil, adotou-se a monogamia por princípio nas relações familiares. Todavia, “o princípio da monogamia é apenas aplicável ao casamento” e implica no impedimento da realização de outro matrimônio concomitante e não configura vedação à constituição de outra entidade familiar simultânea a ele (LOBO, 2017, p. 178).

Corroborando nesse aspecto a norma disposta no Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (CPB/1940). No Título VII, disciplina os crimes contra a família, e no seu artigo 235 considera como crime contrair matrimônio com pessoa casada. E não há menção na norma penal acerca de conduta delitiva quando se constitui família simultânea por forma distinta do casamento (BRASIL, 2007).

Em que pesem as discussões se monogamia é princípio ou valor, na consideração de família no Brasil ela sempre esteve presente, promovendo a invisibilidade de qualquer outra forma que a ameaçasse. Gagliano e Pamplona Filho (2014, p. 108) amenizam a consideração da monogamia como princípio, mas acentuam a sua importância no sistema jurídico brasileiro ao afirmarem que

preferimos encarar a monogamia como uma *nota característica* do nosso sistema, e *não como um princípio*, porquanto, dada a forte carga normativa desse último conceito, é preferível evitá-lo, mormente em se considerando as peculiaridades culturais de cada sociedade.

Dessa forma, para análise das uniões paralelas é necessário o retorno ao conceito e peculiaridades do concubinato e união estável. Considera-se relação concubinária

as uniões livres, sem a chancela do Estado mediante o casamento. As uniões informais constituídas por vínculos afetivos foram posteriormente convertidas em união estável e reconhecidas como entidades familiares (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

Entretanto, nem todas as uniões concubinárias puderam ser reconhecidas como união estável. Para fins de legitimação jurídica, o ordenamento brasileiro distinguiu o concubinato puro do impuro. O concubinato puro seria aquele em que houvesse a convivência como marido e mulher, sem impedimentos para o casamento decorrentes de outra união, o que poderia ser reconhecido como união estável. Assim, se estabeleceria entre pessoas solteiras, divorciadas, separadas ou viúvas (GONÇALVES, 2009).

Já o concubinato impuro ou simplesmente concubinato se firma nas “relações não eventuais em que um dos amantes ou ambos estão comprometidos ou impedidos legalmente de se casar.” São, como regra, constituídos na clandestinidade como destacado por Diniz (2010, p. 395). Neste aspecto, a clandestinidade apontada pela autora não implica necessariamente no desconhecimento público da relação estabelecida. A mera concomitância das relações, ou a nova vinculação sem a dissolução da relação anterior, já levaria a união paralela à clandestinidade pela dissonância com o ordenamento jurídico.

Assim, poderia ser considerado o concubinato impuro como a possibilidade de alguém casado conviver simultaneamente no matrimônio e manter a concubina, de forma paralela, ou a situação de quem mantém uma união estável e uma relação concubinária simultânea. Ou ainda a circunstância em que não se dissolveu uma relação matrimonial e instituiu uma nova vinculação familiar. Relações dessa natureza são consideradas como afronta direta à forma monogâmica de constituição de família, apesar de não configurar o ilícito penal da bigamia.

Para o CCB/02, art. 1727, “as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de se casar constituem concubinato.” O dispositivo em epígrafe cuidou de distinguir o concubinato da união estável com o objetivo de negar-lhe direitos. Com ele resta claro o não reconhecimento do concubinato como entidade familiar, visto

que os dispositivos que lhe precedem (Arts. 1723 a 1726) tratam da regulamentação e proteção da união estável enquanto família (FARIAS; ROSENVALD, 2014).

Lobo (2017) destaca que três correntes foram firmadas entre os juristas e nos tribunais brasileiros acerca das famílias paralelas a partir da CRFB/88. Segundo o autor, a primeira corrente entende que as uniões paralelas ao casamento ou à união estável seriam ilícitas e, portanto, deveriam ser desconsideradas quanto à concessão de direitos a quem as mantém. A segunda considera as relações simultâneas como mera sociedade de fato, resolvendo as questões patrimoniais delas decorrentes com a consideração do esforço comum para a aquisição patrimonial e pela concessão de indenizações por serviços prestados. A terceira julga a família paralela como verdadeira entidade familiar, atribuindo-lhe todos os direitos conferidos à união estável.

A distinção a essa forma de constituir família se fundamenta na preservação da monogamia. Não a instituída por lei, que impede apenas novos casamentos para quem já é casado, mas como forma de preservação da moralidade social de que só é possível manter um único núcleo familiar por vez. Proteger o concubinato como família resulta em aceitar as relações múltiplas e simultâneas no ordenamento jurídico brasileiro, que tem o casamento como a principal forma de sua constituição, o qual é firmado em regras monogâmicas.

As correntes que desconsideram a família paralela como entidade familiar, além de resolver as questões patrimoniais como se sociedade de fato fosse, sem considerar os vínculos afetivos nelas desenvolvidos, propõem qualificar o núcleo constituído de forma simultânea como família monoparental, com a presença da parceira e dos filhos, quando houver, sem qualquer responsabilização do companheiro pelo núcleo paralelo que mantém (LOBO, 2017).

Por mais reprovável, social e juridicamente, que seja a formação de famílias em concomitância com outras, por questões morais ou religiosas, ou pela deslealdade como se perfazem em muitos dos casos, pelo não conhecimento e/ou reconhecimento da outra família pré-constituída, não há como ignorar a existência delas, e, por isso, não há como não assegurar-lhes direitos. O núcleo paralelo desempenha a mesma função de formação dos seus membros e desenvolvimento

de suas potencialidades em busca da felicidade como qualquer outro arranjo familiar. Negar-lhes o reconhecimento jurídico é descumprir o preceito constitucional da igualdade, pois se configuram e se estruturam com os mesmos requisitos de outras entidades familiares.

Admite-se como solução viável para as questões patrimoniais e pessoais relativas à família concubinária constituídas de forma paralela ou simultânea que sejam qualificadas como uma espécie do gênero da união estável, utilizando-se dos mesmos princípios que foram utilizados pelo STF ao legitimar a família homoafetiva, conferindo-lhes os mesmos direitos e deveres atribuídos às demais entidades familiares (LOBO, 2017).

Assim, para a configuração da família paralela enquanto entidade familiar é necessário que se observem os mesmos requisitos fixados para a configuração da união estável: laços de afeto, com relação prolongada, pública e duradoura, com intenção de se constituir família (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Além disso, a CRFB/88 determina no § 7º do artigo 226 que é livre o planejamento familiar, e o artigo 1.513 do CCB/02 impede qualquer entidade pública ou privada de interferir na comunhão plena formada pela família. Desse modo, cada pessoa estará livre para planejar a família como desejar, desde que obedeça aos limites impostos pela legislação, com as vedações por ela estabelecidas, da qual não consta a constituição de família em concomitância com outra (BRASIL, 2014a).

Nesse sentido tem manifestado o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como demonstram Farias e Rosenvald (2014, p.475 e 476),

DIREITO DAS FAMÍLIAS. UNIÃO ESTÁVEL. CONTEMPORANEA A CASAMENTO. UNIÃO DÚPLICE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO FACE ÀS PECULIARIDADES DO CASO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Ao longo de vinte e cinco anos, a apelante e o apelado mantiveram um relacionamento afetivo, que possibilitou o nascimento de três filhos. Nesse período de convivência afetiva – pública, contínua e duradoura – um cuidou do outro, amorosamente, emocionalmente, materialmente, fisicamente e sexualmente [...] Isso é família. O que no caso é polêmico é o fato de o apelado, à época dos fatos, estar casado civilmente [...]. Ela não é concubina – palavra preconceituosa – mas companheira. Por tal razão, possui direito a reclamar pelo fim da união estável [...] A solução para tais uniões está em reconhecer que ela gera efeitos jurídicos, de forma a evitar irresponsabilidades e o enriquecimento ilícito de um

companheiro em desfavor do outro. (TJMG. Apelação Cível nº. 1.0017.05.016882-6/003. Relª. Des. Maria Elza. Julgamento: 20/11/08. Data da publicação: 10/12/08).

Pacificada está, entretanto, a questão quanto aos benefícios previdenciários conferidos à concubina. A seguridade social tem adotado o entendimento de que devem ser partilhados os valores financeiros e benefícios entre o cônjuge sobrevivente e o concubino do segurado, o que atende ao princípio da solidariedade apregoado pela CRFB/88, constante no inciso I do seu art. 3º (LOBO, 2017).

Ainda que não haja conformidade entre os tribunais brasileiros quanto ao reconhecimento jurídico das famílias paralelas, aos poucos se tem sedimentado o entendimento de que são entidades familiares como qualquer outra e merecem a proteção do Estado como família que são, e se tem garantido aos seus membros direitos similares aos direitos conferidos ao outro núcleo familiar com existência concomitante.

3.5 Famílias Poliamorísticas: Novidade Evidenciada pelos Canais de Comunicação

As transformações sociais cada vez mais velozes, associadas a mecanismos de informação e comunicação igualmente céleres, vêm trazendo à tona formas de vida em família que embora não sejam exatamente novidade na sociedade brasileira se tornam cada vez mais visíveis na vida social. É o caso, por exemplo, dos arranjos familiares poliamorísticos. Com o entendimento de que o amor não pode ser imposto ou conduzido em determinada direção ou a determinada pessoa e não admite regras impositivas na sua configuração, o poliamor dissemina a ideia de que se pode manter relações sexuais múltiplas, frequentes e consentidas entre várias pessoas, simultaneamente.

Surgido nos Estados Unidos nos anos 1990 no Glossário de Terminologias Relacionais da Igreja de Todos os Mundos, instituição neo-pagã, o termo poliamor chegou ao Brasil em 2000, através de blogs na internet que discutiam formas não monogâmicas de convivência afetiva (PEREZ; PALMA, 2018).

O poliamorismo, poliamor, ou as relações poliafetivas como têm sido denominadas pelos juristas, “admite a possibilidade de coexistirem duas ou mais relações

paralelas, em que os seus partícipes conhecem-se e aceitam-se uns aos outros, em uma relação múltipla e aberta” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014, p. 463).

Em 2012 foi lavrada, no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Tupã, a primeira escritura pública na qual se declarou a existência de família formada por um homem e duas mulheres, que demonstraram naquela ocasião o desejo de constituir família (UNIÃO...,2012). Almejavam os integrantes desse núcleo poliafetivo regulamentar as relações de natureza pessoal e patrimonial que pudessem surgir a partir da união que estabeleciam. Com esse registro, vários outros lhe sucederam com a mesma finalidade: tornar pública a relação e resguardar direitos aos membros do arranjo familiar. No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu, em 26 de junho de 2018, o registro de uniões poliafetivas (CNJ, 2018).

A proibição do CNJ não foi bem recebida pelos juristas brasileiros, notadamente pelos integrantes do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2018), para os quais o órgão administrativo maior do poder judiciário está ignorando a existência fática desse modelo familiar e a decisão que tomaram não evitará que os problemas decorrentes desse arranjo cheguem aos tribunais em busca de respostas para suas questões.

A difusão desse modelo de família tem sido cada vez mais frequente nos meios de comunicação no país, o que tem facilitado o conhecimento das pessoas acerca desse modo de vida e a troca de experiências entre os que optam por viver livremente o amor múltiplo.

O canal de televisão por assinatura, GNT, exibiu uma série documental denominada “Amores Livres”, dirigida por João Jardim e produzida por Gabriela Weeks, na qual retrataram diversos arranjos poliafetivos, como as pessoas se organizavam e estruturavam as suas relações familiares nesse formato. No documentário demonstrou-se que a família poliafetiva comporta vários arranjos distintos. Há modelos em que as pessoas se relacionam sexualmente e afetivamente com todos os membros do núcleo familiar. Há outros em que as pessoas se relacionam sexualmente com apenas uma das pessoas envolvidas no arranjo, mas nutrem sentimentos de afeto mútuo por todos os demais membros do mesmo núcleo

familiar. Assim, valerá no modelo poliafetivo a estrutura e organização fixada pelos que integrarem o núcleo familiar específico (AMORES....[2015]).

Cabe destacar que o poliamor não se confunde com as famílias paralelas ou simultâneas. No poliamor, todos os integrantes da relação poliafetiva se conhecem, convivem, se relacionam, mantêm vínculos afetivos entre si e se reconhecem como família. Na família paralela não há, como regra, o conhecimento e o reconhecimento de todos os envolvidos. Na maior parte dos casos, as famílias só tomam conhecimento da existência da outra quando do falecimento do elemento que é comum a ambos os núcleos ou quando ocorre a dissolução dos vínculos em uma das famílias por ele mantidas.

As produções artísticas também têm sido meio de difusão do poliamor no Brasil. Em 2000 foi produzido no país o filme “Eu, Tu, Eles”, dirigido por Andrucha Waddington, com roteiro de Elena Soares, o qual relata a relação afetiva entre uma mulher e três homens (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014). O filme demonstra como a relação poliafetiva se desenvolve entre os membros do núcleo retratado. Enuncia como todos os envolvidos se relacionam entre si e com os filhos comuns. Retrata como dividem as tarefas domésticas, e como reúnem esforços para manutenção da família. Confirma o conhecimento e reconhecimento de todos acerca do modo particular de vida que têm, no qual três homens compartilham do amor de uma única mulher. A aceitação das relações múltiplas, ainda que tácita, fica evidenciada na sequência cinematográfica.

O longa-metragem em referência está ambientado em espaço rural do sertão do nordeste brasileiro. Permite, dessa forma, a inferência de que as relações poliafetivas notabilizadas nos meios urbanos, divulgadas pela imprensa, documentários, cinema e programas televisivos também estão presentes na vida rural, embora pouco noticiada.

Arranjos familiares com relações múltiplas entre seus integrantes não é novidade na história da civilização e nem foi inventado com o poliamor. Engels (1984), quando se dispôs a estudar a origem das famílias, e Strauss (1983), nos estudos sobre os diversos modelos que encontrou nas civilizações africanas, relatam vários modelos semelhantes ao que se tem discutido enquanto família poliafetiva. Talvez os

elementos de distinção, das formas demonstradas pelos autores ora referenciados e o que se tem percebido do arranjo poliafetivo, seja justamente a união das pessoas em torno do afeto, do amor que nutrem umas pelas outras, sem qualquer liame impositivo. Esses elementos não foram descritos por Engels (1984) ou Strauss (1983) nos mais diversos formatos de família que estudaram.

Impertinente seria o questionamento acerca da conformação da relação poliamorística enquanto entidade familiar. Se o conceito de família se molda nos princípios constitucionais da afetividade, solidariedade, igualdade, liberdade, inclusive no planejamento familiar, e tantos outros já citados, para demonstrar a existência de família e, se reúnem as exigências da continuidade, publicidade e durabilidade da convivência, mais o objetivo de constituir família, previstos na legislação civil e constitucional como anteriormente exposto, não há como não identificar como entidade familiar as relações poliafetivas que se subsumam a todos esses requisitos.

Inúmeras questões podem ser suscitadas acerca das famílias poliafetivas no âmbito do direito, principalmente no que concerne às questões de natureza patrimonial. Indaga-se, por exemplo: Como o patrimônio poderia ser partilhado no caso de dissolução das uniões poliafetivas? Como restaria dividida a herança, no caso de morte de qualquer dos componentes dessas relações? Todos os membros poderiam exigir de todos, alimentos, ante o dever de assistência mútua definida para o casamento e união estável? E a quem caberiam os benefícios previdenciários constituídos por algum de seus membros?

No que concerne aos direitos dos filhos das relações poliafetivas, a questão já encontra solução nas decisões dos tribunais que reconhecem o fenômeno como “multiparentalidade”. Nesse cenário, permite-se o reconhecimento e a inscrição no Registro Público de vários pais ou várias mães, e isso implica para todos os mesmos direitos e deveres, em relação aos filhos comuns (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Segundo Dias (2009, p. 55) a família é identificada “pela comunhão de vida, de amor, e de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca” de seus membros. Acentua que quando esse espaço se

tornou democratizado, as relações se tornaram igualitárias e com respeito mútuo, cujo traço fundamental é a lealdade e, por isso, as razões morais, religiosas ou políticas não devem intervir na instituição e organização do núcleo familiar.

Dessa forma, não há como ignorar a existência de famílias que fogem ao modelo monogâmico tradicional. Embora se estruturem e se organizem de forma distinta, todas almejam o bem-estar de seus membros, e merecem, por conseguinte, a proteção do Estado, enquanto entidade familiar. Ignorá-las não as farão desaparecer. Ao contrário, pelo espaço que têm ganhado na mídia, a tendência é que se tornem cada vez mais visíveis e ávidas pelo reconhecimento jurídico dos seus direitos.

3.6 Família Monoparental: Consequência e ou Escolha Pessoal

A CRFB/88 estabeleceu como entidade familiar no art. 226, § 4º, a família monoparental que é formada por um dos genitores e sua prole, arranjo constituído pelas mais diversas circunstâncias. A sua constituição pode derivar de ato de vontade, ou poderá se configurar por imposição em determinada conjuntura (BRASIL, 2014a).

A família monoparental pode originar-se da dissolução do vínculo matrimonial quando do falecimento de um dos genitores ou pelo divórcio ou separação dos pais. Pode também ser originária da dissolução da união estável dos genitores. Deriva ainda da adoção por uma única pessoa ou quando se utiliza de técnicas de reprodução assistida sem a presença de um parceiro, ou ainda de pessoas solteiras com filhos (DIAS, 2009).

Nessa perspectiva, a família monoparental pode ser classificada como originária ou superveniente. Será originária quando decorrente da adoção, inseminação artificial, ou quando a gravidez é proveniente de uma relação fortuita e o pai não se interessa pelo resultado. Será superveniente quando decorrente da dissolução do casamento ou da união estável, por morte ou vontade de um dos genitores (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

A família monoparental está presente desde sempre na sociedade brasileira. Já na colônia era noticiada essa forma de constituição de família entre as mulheres viúvas

ou abandonadas, entre solteiros que cuidavam de seus filhos sem a presença do outro genitor (DEL PRIORE, 1999). Mas somente com a CRFB/88 esse modelo de família ganhou relevância jurídica.

Antes a família monoparental era vista como uma decorrência da dissolução dos vínculos matrimoniais e, por conseguinte, como resultado de uma família desfeita. Além disso, foi considerada como modelo reprovável socialmente quando resultante de uma gravidez sem o casamento. Todavia, a família monoparental passou a ser concebida como de livre escolha de vida para aqueles que não querem parceiros, mas desejam ter filhos. Nesse arranjo familiar se observa a constituição, na sua maioria, por mulheres que arcam sozinha com seu sustento e o sustento de seus filhos (DIAS, 2009).

Considera-se a monoparentalidade não apenas com a presença do genitor e seus descendentes, mas também quando há diferença de gerações entre os membros do núcleo familiar, como no caso de avós e netos, o que alguns juristas estão denominando de famílias monoparentais atípicas, visto que na CRFB/88 o conceito desse arranjo é limitado aos genitores (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2014).

Não há benefícios ou direitos específicos para a família assim constituída. Ao contrário, há deveres ampliados suportados por apenas uma pessoa, motivo pelo qual há uma insistência entre os juristas para que políticas públicas sejam destinadas a esse arranjo familiar, para aliviar a carga de responsabilidades suportada por apenas um dos genitores (DIAS, 2009).

Não obstante, todos os direitos relativos à família são garantidos aos integrantes da família monoparental. Assim, são conferidos direitos relativos ao parentesco, a alimentos e direitos sucessórios, como o são nos demais arranjos familiares. Basta que se tenha o reconhecimento do genitor no registro de nascimento para que assuma deveres de natureza pessoal e patrimonial correspondentes à paternidade ou maternidade.

3.7 Família Reconstituída: Pluralidade de Vínculos

As famílias constituídas a partir da dissolução do casamento, pelo divórcio ou viuvez ou ainda pela dissolução de uniões estáveis tem sido realidade cada vez mais

frequente na vida social brasileira, impulsionadas pela possibilidade do divórcio no país. Segundo Lobo (2017, p. 86), famílias reconstituídas ou recompostas podem ser entendidas como as que “se constituem entre um cônjuge ou companheiro e os filhos do outro, vindos de relacionamentos anteriores”, os quais podem se unir por novas núpcias ou por uniões informais.

Esse modelo tem recebido dos estudiosos denominações diversas. Famílias reconfiguradas, sequenciadas, mosaico, compostas, são algumas das nomenclaturas atribuídas a esse arranjo familiar, mas não há consenso e todas elas recebem críticas. Dias (2009) sustenta que a expressão que melhor define esse modelo familiar é a família pluriparental ou mosaico, pela multiplicidade de relações que enseja. A organização e estruturação desse modelo é complexa, pois contará com pessoas que provêm de relações anteriores com hábitos e culturas já solidificados, seus filhos individuais e os filhos comuns a eles.

Nesse arranjo talvez a maior dificuldade de adaptação seja para as crianças frutos de relacionamentos anteriores, pois manterão com o novo marido ou companheiro da mãe, ou com a nova esposa ou companheira do pai, convivência regular e essas pessoas poderão exercer, dependendo da organização do núcleo familiar, papel típico de pais e mães. Além disso, as crianças, em alguns casos, estarão obrigadas a inserir em suas relações cotidianas a convivência com os filhos do novo membro da família (cônjuge ou companheiro de seus pais).

Dias (2009, p. 50) identifica a família reconstituída na multiplicidade de vínculos, relações e funções que os seus membros desempenham. Para a autora

as famílias pluriparentais são caracterizadas pela estrutura complexa decorrente da multiplicidade de vínculos, ambiguidade das funções dos novos casais e forte grau de interdependência. A administração de interesses visando o equilíbrio assume relevo indispensável à estabilidade das famílias.

Há nas relações da família reconstituída vínculos de parentalidade que se entrelaçam principalmente em relação aos filhos. Ainda que o poder familiar fique restrito aos pais, com a figura concomitante do padrasto ou madrasta as funções podem se confundir. Ao genitor não presente na nova relação é assegurado o direito à convivência com a criança mediante as visitas regulamentadas e a

manutenção do poder familiar, ainda que não haja convivência regular. Ao padrasto ou madrasta que convivem diariamente resta o auxílio ao cônjuge ou companheiro no exercício do poder familiar que lhe cabe na medida em que ele permitir (LOBO, 2017).

É possível aos cônjuges ou companheiros dos pais adotarem, de forma unilateral, o seu filho, como regulamenta o parágrafo único do artigo 1.626 CCB/02. Essa medida dependerá de autorização expressa do genitor que consta no registro da criança, mas se for do seu interesse há possibilidade de o padrasto ou madrasta se tornarem pais ou mães dos filhos do seu cônjuge ou companheiro. Nessa circunstância, deixarão o parentesco por afinidade e passarão ao exercício da paternidade/maternidade.

Não há regulação específica para a família recomposta no Brasil, apesar da sua grande incidência no país e dos conflitos e questões que possam suscitar. Segundo pesquisa do IBGE, realizada em 2010, há no Brasil 4,5 milhões de famílias reconstituídas, com metade delas com filhos comuns e filhos provenientes de uniões anteriores (LOBO, 2017). Assim, inúmeras questões podem ser suscitadas nesse contexto, como, por exemplo, em caso de dissolução dessa união, o padrasto ou madrasta têm o dever de prestar alimentos aos filhos do ex-cônjuge ou ex-companheiro? Teriam eles direito à regulamentação de visitas, ante os vínculos afetivos que desenvolveram com a criança quando da convivência afetiva de seus pais?

Como não há no país legislação que esclareça essas questões, quando surgirem, terão que ser resolvidas pelos tribunais. Sob o argumento de prestígio do princípio da solidariedade, instituído pela CRFB/88, alguns tribunais têm conferido o direito de visita ao padrasto ou madrasta que tenha se desvinculado dos pais, mas que mantiveram vínculos afetivos com seus filhos (DIAS, 2009).

Tem sido conferido também aos enteados, nas famílias reconstituídas, o direito à inclusão do nome do padrasto ou madrasta em seus registros, sem que desconstituam os vínculos com os pais ou excluam seus nomes dos registros originários. Permitida será, entretanto, a exclusão da paternidade e consolidação da

paternidade/maternidade socioafetiva do padrasto ou madrasta, somente em caso excepcional de abandono dos filhos pelos pais (LOBO, 2017).

Em razão dos vínculos afetivos estabelecidos nessas relações de complexidade cada vez maior, não tardará o tempo em que a legislação cuidará de regulamentá-las. O próprio judiciário, a partir da unificação de suas decisões, poderá pender pela equiparação das relações familiares e de parentesco aos modelos de famílias regulamentados, inclusive impondo direitos e deveres semelhantes, ainda que a vinculação entre seus membros não se perfaça da mesma maneira.

3.8. Família Anaparental: Falta de Regulamentação que Implica em Prejuízos

Em que pese a falta de regulamentação específica, como aconteceu com a família monoparental na CRFB/88, a convivência sob o mesmo teto, de parentes que não tenham vinculação de ascendência e descendência, mas que provenham de um tronco comum, tem sido entendida como um modelo específico de família.

Assim, segundo Dias (2009, p.48), “a convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes, dentro de uma estruturação com identidade de propósito, impõe o reconhecimento da existência de entidade familiar batizada com o nome de família anaparental”.

Quando a CRFB/88 regulou a família monoparental, constituída por um dos genitores e seus filhos, esqueceu-se de outras possibilidades que com ela se assemelham, que podem ocorrer por simples opção das pessoas ou, por vezes, pelos imprevistos e necessidades que a vida impõe em algumas circunstâncias.

Nesse sentido, Gagliano e Pamplona Filho (2014) questionam se não se configura família, quando do falecimento dos pais, os filhos que continuam a conviver juntos na mesma casa, sob os cuidados de um deles que tenha atingido a maioridade. E ainda, se não seria um núcleo familiar distinto a tia que cuida dos sobrinhos na falta dos pais, ou o padrinho que venha a cuidar dos afilhados, por um infortúnio ocasionado na vida dos afilhados.

Esses arranjos da família anaparental clamam pelo reconhecimento de direitos específicos. Algumas situações a eles pertinentes, se aplicadas as regras gerais estabelecidas para as famílias tradicionais já reguladas, por vezes, se mostrarão inadequadas, para não dizer injustas.

Dias (2009), por exemplo, entende que na convivência de duas irmãs por longo período de tempo na mesma residência e que conjuguem esforços para a aquisição de patrimônio comum, no falecimento de uma delas, a herança não poderia ser distribuída igualmente entre todos os irmãos, como dispõe a legislação civil vigente. Para a autora, todos os bens nesse contexto deveriam ser entregues à irmã que conviveu com a falecida compondo uma família anaparental. Os vínculos afetivos desenvolvidos nesse ambiente e a conjugação de esforços para uma vida comum autorizariam a supressão dos demais herdeiros definidos no CCB/02.

Em alguns países, com a falta de regulação específica, irmãos que convivem no modelo anaparental têm buscado amparo para resguardar direitos com a promoção no registro de sua convivência como união civil. Há nos noticiários a informação de que no Reino Unido tem ocorrido um ativismo social nesse sentido, visando justamente assegurar partilha exclusiva de bens em favor daquele que sobreviver ao outro no modelo anaparental (GILLET, 2018).

No Brasil, ainda não há relatos de solicitações em registros. Entretanto, os mesmos problemas serão enfrentados nos tribunais brasileiros. Não há na legislação qualquer regulação para as famílias anaparentais e os efeitos jurídicos advindos dessa forma de convivência familiar específica ficará à mercê das decisões controversas expedidas pelo judiciário, que pela multiplicidade de órgãos costuma dar diferentes decisões para um mesmo contexto, até que haja uma uniformização proferida pelo STF.

Com os múltiplos arranjos familiares já regulamentados pela legislação brasileira ou reconhecidos pelo judiciário como titulares de direitos, pode-se afirmar a pluralidade familiar legitimada no Brasil. Mas, tendo em vista que o cerne da análise empreendida nesta dissertação diz respeito a um universo espacial específico, constituído pela comunidade Santa Rita Rural, pertencente ao município de Montes Claros, é pertinente averiguar se o quadro de tipologias de arranjos familiares até

então descrito se repete sem alterações ou especificidades na área pesquisada. Em resumo, cumpre verificar se as pessoas que integram as famílias plurais na comunidade Santa Rita Rural se reconhecem como sujeitos de direitos por essa condição de membro de uma família. A análise, com base em pesquisa de campo realizada na localidade, é precedida pela apresentação, no próximo capítulo, da configuração dos distintos espaços rurais brasileiros.

4. ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: DIVERSIFICAÇÃO E PECULIARIDADES

Assim como o espaço urbano, a área rural brasileira é marcada por enormes diferenças, o mesmo acontecendo quando o foco é o estado de Minas Gerais. Há o rural moderno, com predominância de grandes propriedades, agronegócio e uso intensivo de máquinas e equipamentos, que conferem elevada produtividade. Mas há, também, o rural tradicional, onde predominam pequenas propriedades, agricultura familiar, intensiva em mão-de-obra e com produção voltada primordialmente para consumo e venda do excedente.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar de forma sucinta a diversidade do espaço rural no Brasil. Primeiro, são evidenciadas as duas formações rurais mais comuns no Brasil, o latifúndio e as áreas de produção pela agricultura familiar. Ambas se contrapõem na formação e mecanismos de exploração, mas coexistem no território brasileiro e contribuem, cada uma à sua maneira, com a economia e desenvolvimento do país, embora com a prevalência e privilégios instituídos em favor do latifúndio.

Em seguida são apresentados os aspectos colonizadores que conduziram à formação dos latifúndios voltados para a produção para exportação, ainda hegemônicos no país, bem como a conquista e formação dos espaços produzidos por agricultores familiares, os quais, pelo modo tradicional com que estabelecem o estilo de vida, foram o tipo de local escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, o terceiro item é dedicado a uma breve caracterização do espaço rural no Brasil contemporâneo, a partir das suas especificidades, contraponto a realidade da produção para exportação aos espaços também diversos ocupados pelos agricultores familiares.

4.1 Breve Resumo sobre a Conformação do Espaço Rural Brasileiro

A heterogeneidade dos espaços rurais no Brasil pode ser originária da própria colonização do país, que propiciou a formação de latifúndios incentivados pela coroa portuguesa com a finalidade de exploração, povoamento e proteção das terras recém-descobertas. A partir da consolidação dos latifúndios, ora por sua tolerância, ora em conflito com eles, outros espaços foram constituídos no seu entorno. Contudo, fixou-se no país a hegemonia da estruturação latifundiária promovida pelas políticas fundiárias adotadas desde o período colonial.

Com a descoberta do novo continente os portugueses tomaram posse das novas terras e iniciaram o processo de apropriação e povoamento com fins exploratórios. No período colonial, com a dificuldade de povoar as terras recém-descobertas a coroa portuguesa incentivou que portugueses viessem para o novo continente para que implementassem áreas de povoamento e protegessem o novo território de invasores.

A colonização portuguesa no Brasil, desde seu início, foi delegada aos particulares, pois o Estado que a incentivava se esquivava do custeio e responsabilidade. Muitos portugueses venderam tudo o que possuíam no país de origem e vieram com sua família desbravar as novas terras, atendendo ao chamado da coroa portuguesa. Com isso, passaram a se responsabilizar pelo povoamento, exploração e defesa da colônia sem qualquer contrapartida de patrocínio por parte de Portugal (FREYRE, 2003).

Os portugueses quando aportaram no Brasil encontraram as terras habitadas por índios que delas usufruíam como bem comum e se apropriavam de forma coletiva de todos os bens na natureza aqui existentes. Dominados, os nativos viram suas terras partilhadas no modelo português, apropriadas de forma individualizada pelos novos habitantes e se tornaram para eles força de trabalho instrumentalizada para promover o assenhoreamento e a exploração de suas terras (STÉDILE, 1997).

Nos primeiros 30 anos após a descoberta, o Brasil não sofreu qualquer forma de ocupação pelos portugueses, visto que outras áreas já colonizadas por Portugal se mostravam mais rentáveis e, por conseguinte, mais atraentes para o investimento do reino português. Somente em 1532, Martin Afonso de Souza, expedicionário enviado

pelo Rei Dom João III, fundou a Vila de São Vicente, onde está localizado o Estado de São Paulo. Na tentativa de ocupar as terras descobertas, a coroa portuguesa distribuiu lotes entre os colonos, denominados sesmarias, e em contrapartida os beneficiários se comprometiam a proteger e produzir nas terras cedidas, no período de cinco anos, sob pena de sua devolução à coroa (RODRIGUES, 2014).

As sesmarias, criadas em Portugal nos fins do século XIV, objetivavam evitar a crise de abastecimento no país, vez que com resquícios do sistema feudal, as terras existentes no reino se encontravam ainda concentradas nas mãos de poucos e não eram mais cultivadas. Com o novo sistema, quem não cultivasse ou arrendasse as terras para cultivo teria que devolvê-la à coroa. Contudo, o objetivo do instituto na colônia brasileira era distinto e mais amplo do que o estabelecido na metrópole. Na colônia, além do cultivo, o sistema tinha finalidade de apropriação das terras, povoamento e proteção do território (SILVA, 1996).

Com a insuficiência da concessão das sesmarias para atingir o objetivo traçado por Portugal em ocupar as terras coloniais, demonstradas na expedição de Martin Afonso, a coroa portuguesa implantou no Brasil o sistema de administração denominado capitanias hereditárias. Nesse sistema a colônia seria dividida em faixas extensas de terras paralelas ao equador, e cedida a um capitão donatário, o qual recebia poderes e privilégios, inclusive podendo repassar por herança as terras recebidas do rei. Porém, esse sistema não conferia ao capitão a propriedade das terras, as quais permaneciam sob o domínio de Portugal, que poderia retomá-las a qualquer tempo, caso os beneficiários não cumprissem com a expectativa do monarca (MOTA; BRAICK, 2002).

Portugal transferiu aos capitães donatários os riscos e custeio da colonização, o que confirma a delegação da responsabilidade privada acima apontada. Despesas com a manutenção própria e de sua família, como também as decorrentes da produção e segurança do território, bem como as efetivadas com as famílias trazidas para o povoamento e trabalho, corriam todas a expensas do donatário. Na maioria dos casos, remontaram em altos investimentos e muitos deles abandonaram já no início o empreendimento (RODRIGUES, 2014).

Nas capitanias, a partir de 1548, o governo português incentivava a criação de engenho, que eram as grandes plantações canavieiras, no sistema de *plantation*, cuja produção era destinada ao mercado europeu. Esses engenhos eram compostos por várias edificações dentre elas a casa grande, a senzala, a capela e a casa de engenho, que era o local de moer a cana e produzir o açúcar para exportação (MOTA; BRAICK, 2002).

A concessão em sesmarias muitas vezes se originava da ocupação das terras e abertura de fazendas pelo interessado. A partir da apropriação da terra com a destinação dela à produção, conferindo-lhe um emprego útil, a pessoa estaria apta a receber a legitimação enquanto sesmeiro, mediante a concessão das terras pela forma legalmente instituída por Portugal, através da sesmaria (MARTINS, 1981).

O sistema de capitania não prosperou ante a falta de recursos financeiros e inexperience de alguns donatários, cuja classe era composta por pessoas pertencentes à pequena nobreza, comerciantes com contatos com o reino e burocratas. As únicas que tiveram êxito foram as capitanias de Pernambuco e São Vicente, que se dedicaram à agroindústria açucareira (MOTA; BRAICK, 2002).

A concessão de terras por sesmarias predominou na colônia por longo período e durante vários séculos foi a única forma de regulação fundiária permitida e legitimada no Brasil. O sesmeiro tinha condição de impor seu privilégio contra todas as outras formas de ocupação do território (SILVA, 1996).

Por vezes os senhores de engenho concediam pequenos lotes de terra aos seus escravos para que pudessem produzir para si ou para o mercado próximo, o que lhes facultavam uma renda apta a promover a compra de produtos ou, às vezes, até a própria alforria. Para os senhores, a concessão das posses de pequenos terrenos era vantajosa, pois lhes propiciava a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho escravo. Essa prática ficou conhecida como brecha camponesa, que foi regulamentada mediante alvarás e ordens régias no século XVII (MOTA; BRAICK, 2002).

A posse de terras no período inicial da colônia era destinada apenas a pequenos produtores que não tivessem condições de requerer suas terras por sesmarias. Entretanto, em 17 de julho de 1822 foi editada uma Resolução que previa a

suspensão da concessão das sesmarias. E, a partir daí, houve a prevalência da posse como forma de aquisição de terras no Brasil, o que perdurou até 1850 e favoreceu a formação de grandes latifúndios (SILVA, 1996).

No segundo reinado, em 1850, foi aprovada no Parlamento brasileiro a Lei das Terras. Essa lei, além de legitimar os grandes latifúndios construídos a partir dos engenhos de outrora e das posses ocorridas no período da suspensão das sesmarias, proibia a obtenção de terras públicas se não fosse por meio da compra e venda, geralmente avaliadas com altos preços, para inibir a aquisição por pessoas que não fizessem parte da aristocracia e elites já consolidadas. A Lei de Terras foi publicada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz a qual proibia o tráfico negreiro no Brasil, e foi recebida como uma reação para a proteção ao latifúndio, visto que sem a mão-de-obra que movimentava a produção, a terra foi transformada em mercadoria de alto valor, restrita a poucos latifundiários (MOTA; BRAICK, 2002).

Durante todo o período colonial e imperial nenhuma medida de regulação fundiária afetou a oligarquia rural brasileira, que se manteve com seus privilégios e com a possibilidade de conquista de terras com dimensões cada vez mais acentuadas, o que lhes aumentava o poder econômico e político, fazendo com que as decisões tomadas lhes fossem sempre benéficas (MARTINS, 1981).

A Proclamação da República não trouxe alento para a questão da terra no país. Ao contrário, impôs um cenário no qual a terra passou a ser tema principal a ser administrado pelo novo regime. Segundo Martins (1981, p. 44-45)

a república encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro.

Com a República não veio a esperada reforma da Lei de terras. A referida lei não atingiu o seu objetivo de demarcar as terras devolutas e particulares, bem como não fez cumprir a proibição da posse, visto que cada vez mais as terras foram integradas a terrenos já cultivados ou concedidos pelas sesmarias. Ao que parece, foi efetiva somente em impedir a posse de pessoas pobres, pois os latifúndios continuaram a se formar pela apropriação sequenciada de terras públicas (SILVA, 1996).

Os pequenos posseiros que não tiveram legitimada a posse de suas terras em 1850, ou os que tentaram se apropriar de pequenas faixas de terras após essa data, foram impedidos de fazê-lo pelos grandes fazendeiros, detentores do poder. Com isso, a aristocracia garantiria mão-de-obra necessária a partir da abolição da escravidão, pois a regra atingiria também os imigrantes que se instalaram posteriormente no país (MARTINS, 1981).

Em nova tentativa de regularizar a questão fundiária no Brasil, em 1890 o Governo Provisório instituiu o Registro de Torrens, pelo qual as autoridades públicas poderiam exercer o controle das terras públicas pela inscrição pública dos títulos de propriedade privada. Contudo, por pressão dos titulares de terrenos rurais o decreto que instituiu o referido registro retirava a sua obrigatoriedade. Assim, os grandes proprietários de terra resistiam a toda forma de controle do poder público, e o ganho do decreto que instituiu o novo registro foi apenas no que concerne às terras devolutas alienadas após sua publicação, para as quais o registro era obrigatório sob pena de nulidade da alienação efetivada com retenção pelo governo de 25% do valor pago (SILVA, 1996).

Com a Constituição de 1891 as terras devolutas passaram à titularidade dos Estados. Também lhes restou transferida a competência para estabelecer a política fundiária, o que reafirmou o poder dos grandes fazendeiros que controlavam as formas de legitimação e apropriação das terras. Nos Estados do Sul e Sudestes, além da transferência em grande escala para a oligarquia regional, houve a legitimação das terras em favor das “grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária” (MARTINS, 1981, p. 43).

O fracasso do Registro de Torrens frustrou a regulamentação da propriedade rural na Primeira República, restando também frustrada de 1897 a 1911, qualquer política relativa à ocupação de terras no país. A disputa pela posse, desde a Lei de terras em 1850, refletiu no posicionamento dos Estados no período Republicano. Contudo, a edição de legislação mais permissiva e favorável à legitimação das terras apropriadas pela posse não foi capaz de pacificar a questão de terras no país. A violência crescente no campo visualizada na Primeira República demonstra isso. Segundo Silva (1996), os movimentos de resistência pela terra podem ser atribuídos

ao coronelismo, fenômeno político e social que acentuava o poder privado em contraposição ao poder público instituído.

Na tentativa de refrear as lutas no campo por terras a Igreja Católica assumiu no Brasil a questão agrária, mediante a Pastoral da Terra. Para conter os camponeses e buscar solução pacífica para a sua fixação à terra, a igreja passou a difundir a reforma agrária, prevista na Constituição de 1946. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil no artigo 141 previa a desapropriação por interesse social ou para conter tensões sociais, mediante uma prévia e justa indenização (MARTINS, 1981).

Dominada pelo latifúndio a zona rural contava com a população pobre sem acesso à terra e sem representatividade política. Forças de resistência de trabalhadores rurais sem a proteção dos direitos trabalhistas germinavam com a Liga Camponesa em 1955, com a qual conseguiram acesso às terras onde viviam. A partir de 1961, as ligas camponesas já ramificadas pelo país passaram a pressionar por reforma agrária e passaram a ocupar latifúndios, enfrentando inclusive as forças do Estado (RODRIGUES, 2014).

Temerosos que a revolução camponesa se consolidasse e motivados pela pressão internacional promovida pelos governos norte e latino americanos, o governo militar aprovou em 1964 o Estatuto da Terra e criou o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Os governos internacionais, sobretudo o norte americano, convenceu a classe burguesa de que a reforma agrária seria requisito essencial para o desenvolvimento da indústria, sem a qual não se teria mercado ou suprimento para os produtos industriais. Assim, o Estatuto com a regulação da reforma agrária por interesse social foi aprovado, pelo grupo político que a combatia desde a Constituição de 1946 (MARTINS, 1981).

Nos anos 1960 a luta camponesa por terra se fortaleceu em todo o país. A grande população empobrecida no espaço rural e a falta de política de Estado para resolver a questão fundiária evidenciou o problema social à época, visto que a maior parte da população estava concentrada no campo. Os camponeses se organizaram em classe, com os sindicatos já regulamentados a partir de 1963, e se aliaram a partidos políticos que se solidarizavam com a causa e passaram a exigir a reforma agrária (STÉDILE, 1997).

Os militares promoveram no país a reforma agrária, na medida em que a classe burguesa latifundiária permitiu. Seriam destinados à reforma agrária somente os latifúndios improdutivos, com previsão inicial de alta taxação de impostos para que o proprietário nele produzisse, e, caso não tivesse interesse, suas terras seriam desapropriadas. O Estatuto foi utilizado como instrumento de desmobilização das lutas camponesas. Nas áreas em que houvesse o risco de conflitos e desestabilização política era promovida a reforma agrária. E aos latifundiários prejudicados seriam oferecidas grandes áreas desocupadas na região amazônica e no Centro-Oeste para implantação de indústrias ou agronegócios, subsidiados pelo Estado. Mas para os camponeses assentados pela reforma agrária nenhum incentivo era destinado para a produção. Com isso, garantiam a mesma concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, agora também empresários (MARTINS, 1981).

A reforma agrária prevista no Estatuto da Terra tinha como o objetivo promover a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural, mediante a distribuição ou redistribuição da terra. Contudo com a campanha de desconstrução do projeto por parte da oligarquia interessada na manutenção da estrutura agrária então vigente, impediu o avanço do acesso a terra a quem nela pretendia produzir e viver (SILVA, 2013).

Assim, a reforma agrária para a distribuição de terras não se efetivou na medida da necessidade social brasileira, e as ações político legislativas favoreceram a concentração de terras no país. A agroindústria e o avanço capitalista nos espaços rurais contribuíram para que os latifúndios se mantivessem como majoritários nos espaços rurais no Brasil (MARTINS, 1981).

De acordo com Stédile (1997), a estrutura fundiária adotada no Brasil desde a colonização evidencia três formas de latifúndio. As oligarquias rurais formadas pelos coronéis que acumularam terras a partir de 1850, quando se apropriaram das terras públicas e seguiram por séculos acumulando pelo poderio político regional que conquistaram. Os grupos econômicos formados por industriais que optaram por investir na agricultura, os quais se instalaram no Brasil no período da ditadura militar e permanecem consolidados. E os estrangeiros que resolveram investir na aquisição

de grandes extensões de terras no país para especulação imobiliária ou para instalação de estruturas empresariais.

A Constituição de 1988 e a legislação que a seguiu não favoreceu a mudança de cenário quanto à estrutura fundiária no Brasil. O acordo político nela firmado apregoa a modernização empresarial das oligarquias, fixadas na aliança entre o capital e a propriedade de terras, iniciada na ditadura, mantendo a reprodução do capitalismo no campo (MARTINS, 2000).

No período democrático a reforma agrária, como forma de justa divisão de terras, ganha aparente prioridade nos governos. O discurso em prol da reforma no campo foi motivado pelas pressões exercidas por movimentos sociais que lutavam pelo direito à terra. Contudo, os esforços empreendidos não passaram de meros esboços de reforma. Ante a ameaça de divisão de suas terras, as oligarquias rurais logo se organizaram politicamente para evitar as divisões de suas terras e mantiveram os latifúndios intactos (OLIVEIRA, 2001).

Assim, fracassou a tentativa da Constituição de 1988 de promover a reforma agrária com a finalidade de distribuir terras, bem como de assegurar no campo mecanismo de existência digna, em observância à promoção da justiça social por ela preconizada no Art. 170. Nesse sentido, Silva (2013) entende que o sistema adotado na CRFB/88 foi conservador até mais do que o que vigia no sistema anterior a ela.

Em síntese, não só no Brasil como em todo o continente latino-americano a estrutura fundiária e a divisão desigual das terras podem ser atribuídas ao caráter da colonização, de povoamento e exploração que produziu os latifúndios, e que espelha a própria estrutura social do país, na qual a divisão das terras determinou a divisão social brasileira (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1999).

O processo de colonização do Brasil não só está assentado na formação de famílias, como acentuou Freyre (2003), como também está firmado na conquista e formação dos latifúndios pelas famílias que se aventuraram em desbravar o território brasileiro, cujo poder estava concentrado entre os patriarcas latifundiários. A mesma estrutura de poder se manteve no país na medida em que as famílias passaram a se apropriar das terras, aproveitando-se da fragilidade do sistema fundiário implantado no país para beneficiar grupos restritos. Esse sistema facultou e faculta a

concentração de terras, riqueza e poder nas mãos de poucos núcleos familiares distribuídos por todas as regiões do Brasil.

Assim, parece recorrente no Brasil a ideia, desde a colonização, de que o prestígio social se associa à propriedade de grandes áreas rurais, cujos latifúndios subsistem no espaço rural brasileiro de forma hegemônica, ainda que se mantenham improdutivos, garantindo aos latifundiários a distinção e o poder econômico e político.

4.2 Do Campesinato à Agricultura Familiar

A resistência camponesa pelo acesso à terra no Brasil remonta ao período colonial, como visto no item anterior. Os espaços rurais diversos do latifúndio surgiram das benesses promovidas pelos próprios latifundiários, ou a partir das lutas protagonizadas pelos excluídos do acesso à terra. No período colonial, camponeses conseguiram cultivar suas terras com a concessão de pequenas faixas promovidas pelos senhores de engenho, ora com finalidade da reprodução da força do trabalho escravo, ora com a finalidade de conquistar novos agregados para fortalecimento do poderio instalado nos latifúndios.

Posteriormente, as conquistas de terras para pequena produção e consumo foram efetivadas a partir de conflitos voltados para instalação e legitimação das pequenas faixas de terras, ou por movimentos que visavam a defesa de terras já ocupadas e que estavam ameaçadas de serem tomadas e legitimadas em favor de quem nelas nunca produziu ou ocupou.

A estrutura fundiária no Brasil colônia e imperial privilegiava os latifúndios pertencentes à elite assentada nos espaços rurais, e pequenas faixas de terras eram cultivadas de forma relativamente independentes, no seu entorno. A concessão oficial de terras destinadas somente a poucos escolhidos gerava uma gama de marginalizados originários do sistema escravocrata. O sistema vigente excluía do acesso à terra para produção os escravos, mulatos, agregados das fazendas, e os demais herdeiros que não fosse o primogênito (MARTINS, 1981).

Nos primeiros anos da República foram iniciadas as primeiras formas de lutas e conflitos com a participação de camponeses que se insurgiam contra a

impossibilidade de acesso à terra. Alguns movimentos foram motivados pela expulsão das terras em que já produziam e viviam; outros confrontos se materializavam pela busca de novas terras que os camponeses acreditavam ter direito para nelas viver e produzir (SILVA, 1996).

As lutas camponesas nesse período se caracterizaram por movimentos messiânicos, que resultaram na guerra de canudos e contestado, e pelo banditismo, especialmente configurado no cangaço. Os movimentos foram capazes de subverter, em alguma medida, a ordem da dominação instalada no país, e antigos fazendeiros passaram a obedecer a seus antigos agregados rebelados. Os insurgentes deixaram a dependência econômica de seus coronéis e passaram a seguir seus novos líderes, ora religiosos, ora justiceiros (MARTINS, 1981).

O coronelismo e os conflitos no campo no país foram fenômenos atribuídos à falta de política estatal para a apropriação e distribuição de terras no Brasil. A legislação, que só favorecia a quem já possuía grandes extensões de terra, fez com que surgissem vários movimentos de resistência por parte dos pequenos posseiros, fato que ficou conhecido como as “lutas camponesas” (SILVA, 1996).

Com a abolição da escravidão, o trabalho livre e assalariado se apresentava como a esperança do surgimento de uma nova classe de camponeses. Facultaria ao trabalhador com a renda produzida pelo trabalho reunir valores para que pudesse adquirir pequenas frações de terras onde poderia produzir para si mesmo. Contudo, ainda assim, o camponês ficaria subjugado ao trabalho para o grande proprietário de terras, como forma de garantia de sobrevivência e de acesso a terra. Segundo Martins (1981, p.42), O sistema posto, ao mesmo tempo em que “liberta o camponês da grande propriedade, o subjugua a ela”, visto que seria a única forma de obter o próprio espaço para cultivo.

A história do Brasil demonstra que a injusta distribuição de terras fez surgir inúmeros conflitos nos espaços rurais. Em lados opostos se posicionavam camponeses que por anos habitavam e produziam em determinado espaço, e por outro, proprietários e ou falsos proprietários que falseavam títulos e registros em cartórios para expulsar, de forma ilegítima, os que já estavam fixados nas terras (STÉDILE, 1997).

A organização política camponesa foi o instrumento de resistência para conquistas e reconhecimento da categoria. Para Martins (1981, p. 67),

se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e resistência.

As formas de resistência camponesa no Brasil, seja pelos movimentos e conflitos estabelecidos no início do período Republicano, ou por organizações representativas de classes de trabalhadores do campo, de alguma forma tornou visível a exclusão de uma parcela significativa da população do país do acesso à terra.

O agricultor brasileiro é originariamente um trabalhador sem terra e sem moradia. A estrutura latifundiária e escravocrata retirou do trabalhador livre a condição de cidadão e o colocou à margem da sociedade brasileira desde a colonização do país. Essa condição impôs como característica principal ao espaço rural brasileiro o atraso e retirou do camponês o protagonismo dos espaços rurais, como se firmou nas “civilizações agrárias”, cujos espaços foram construídos por “agricultores genuínos” (CARNEIRO, 2012, p. 30-31).

Da ideia de atraso no espaço rural provém a percepção dos camponeses como roceiros, caboclos e caipiras, que eram responsáveis pela produção de alimentos desde o mercado colonial, porém sem o necessário reconhecimento. Além da produção de gêneros alimentícios o camponês detém significativa participação na formação da sociedade e cultura brasileira, fator que desmistifica as características de irrelevância, pobreza e preguiça a ele associadas por historiadores, que só cuidaram de destacar os feitos das grandes fazendas voltadas para a exportação e desconsideraram a importância dessas pessoas que com a miscigenação e trocas culturais, construíram o povo brasileiro (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006).

As lutas camponesas por terras no Brasil passaram a ser ouvidas quando conseguiram provocar temor na classe dominante, e por isso, ganharam força e fizeram com que o governo utilizasse os dispositivos legais para promover a desapropriação das terras improdutivas, por interesse social ou para conter focos de tensões no campo. No governo militar vários decretos para apropriação de terras

e efetivação da reforma agrária foram assinados a fim de minimizar as disputas por terra em todo o país (MARTINS, 1981).

Todavia, durante o regime militar pouco se avançou na questão camponesa. De acordo com Stédile (1997, p. 16), a política se restringia a

estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se ao interesse do capital estrangeiro, vinculado com o processo de industrialização acelerada na cidade, também baseado no capital de empresas multinacionais.

A reforma agrária se configura na esperança para a consolidação da produção camponesa, a fim de minimizar a desigualdade social produzida por séculos de dominação das oligarquias rurais e conter a concentração de terras, ocasionada pela estrutura fundiária brasileira. Na percepção de Silva (2013, p. 834) reforma agrária é “programa de governo, plano de atuação estatal, mediante a intervenção do Estado na economia agrícola, não para destruir o modo de produção existente, mas apenas para promover a repartição da propriedade e renda fundiária.” Seria, portanto, a possibilidade de o Estado garantir a redistribuição de terra para a produção familiar, seja para consumo próprio, seja para a manutenção do núcleo familiar mediante a venda da produção nas terras a eles concedidas.

Por outro lado, a reforma agrária foi considerada como instrumento capaz de promover o avanço das formas de produção modernas, em contraposição aos latifúndios que tardaram em romper com a exploração do trabalho e adentrar na era da industrialização. Porém, prevaleceu no Brasil a ideia de reestruturação estrutural na agricultura para a contenção da expressão anti-social expressa pelo latifúndio que impedia o acesso à terra a quem dele não fazia parte (OLIVEIRA, 2001).

Ao contrário do que se observou no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos a produção familiar na agricultura absorveu com maior facilidade a forma de produção capitalista, e respondeu com maior rapidez a inclusão da tecnologia do que os latifúndios. Por isso, puderam contar com maior facilidade ao acesso a crédito e políticas agrícolas destinadas à produção familiar. Apesar de inserir maquinário e produtos químicos, os produtores mantiveram as habilidades e conhecimentos adquiridos nas práticas seculares de produção (GUANZIROLI, et. al., 2001).

Sem maiores avanços com a redistribuição de terras pela reforma agrária, a agricultura familiar surgiu no Brasil como categoria política, em decorrência das lutas congregadas com diversos atores ao longo da história do país, e se tornou alternativa para a crise econômica, de abastecimento e emprego no espaço rural. Em 2006, mediante a edição da Lei 11.326, de 24 de julho daquele ano, o Estado brasileiro legitimou e definiu como categoria a agricultura familiar (NIEDERLE, et.al., 2014).

Segundo a Lei 11.326/06, agricultor familiar é todo aquele que detenha porção de terra não superior a quatro módulos rurais, que com sua família explore economicamente a área, cuja renda familiar seja originária das atividades lá desenvolvidas (BRASIL, 2014f).

Denominados como camponês, lavrador, meeiro, posseiro, pequeno produtor, pequeno agricultor e tantas outras nomenclaturas cunhadas por estudiosos, ou reconhecidas regionalmente, a forma de produção e reprodução de vida estava sempre associada a mecanismos arcaicos ou em vias de extinção. Ao ser assinalado com o termo agricultura familiar a categoria ganhou a legitimação Estatal, com a possibilidade de políticas específicas para a viabilização da produção e forma de vida. Além disso, ganhou a identidade de uma forma social de produção com possibilidade de sobrevivência e convivência com o modo de produção capitalista inserida nos espaços rurais (NIEDERLE, et al., 2014).

O modo de vida na agricultura familiar é muito próprio, equivalente à vida camponesa descrita por Chayanov (1974), para quem a força do trabalho no campesinato advém do núcleo familiar, a partir do número de membros constantes nesses núcleos, e do tempo gasto na constituição e configuração da família, visto que em cada período o número de pessoas com idades e sexos distintos impactará na divisão do trabalho, bem como na produção e no consumo daquele grupo.

Segundo Godoi (1998), os membros da agricultura familiar produzem, com o seu trabalho, além do espaço de vida, o seu direito sobre a terra. Nesses espaços, como regra, não há propriedade da área cultivada, mas a posse, fixada pelo desenvolvimento do trabalho em família e fixação da moradia. Essa realidade é encontrada em grande parte da área produzida por agricultores familiares, cujo

direito de propriedade sobre as terras não se legitima, ora porque não há interesse na promoção dos registros exigidos pelo Estado, ora porque as terras por eles produzidas já se encontram legitimadas em favor de um pequeno grupo de latifundiários com privilégios estabelecidos por séculos.

Para Woortamann e Woortamann (1997, p. 177), a peculiaridade da vida camponesa, seu trabalho, sua relação com a terra, com os elementos naturais, suas crenças, seus saberes, suas roças comunitárias e suas relações sociais e hierarquias que estabelecem, definem o seu modo particular de viver. Destacam os autores que “o processo de trabalho, além de produzir alimentos, produz relações sociais e reproduz, a cada ‘ciclo anual de atividades agrícolas’, hierarquias. A maneira de trabalhar é um modo de produzir pessoas”.

Apesar do modo de vida próprio produzido na agricultura familiar há uma diversidade da maneira de conduzir a vida nos espaços rurais produzidos por agricultores familiares. Há, portanto, uma heterogeneidade na categoria social reconhecida como agricultura familiar pela multiplicidade de formas com as quais reproduzem o seu modo de viver e produzir. Nesse universo sociocultural se inserem os quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores artesanais e tantos outros, com formas próprias de lidar com os espaços rurais e com os bens naturais neles estabelecidos (NIEDERLE, et al., 2014).

Segundo Kautsky (1972), os agricultores/camponeses desenvolvem um modo de produção pré-capitalista, com autonomia para plantar com respeito aos limites e condições de sua terra e, por isso, pouco efeito o mercado exerce sobre sua produção. Destaca que apesar das investidas do capital com dinheiro e maquinário, e da exploração capitalista do agricultor transformando-o em mera força de trabalho, além de impor a eles as necessidades desnecessárias desse sistema, com a implantação do modo de produção adotada pelo capitalismo, ainda assim se tem uma resistência no modo de viver e produzir dos agricultores/camponeses.

A resistência camponesa se estabelece primordialmente na condição de fugir da máxima capitalista, visto que podem contar com a sua própria auto exploração, decidindo o que e em que medida plantar, respeitando a condição de suas terras e o momento adequado para o desenvolvimento das atividades. Com isso, são capazes

de fornecer trabalho e produtos a qualquer regime econômico, inclusive com a possibilidade de se manterem fora deles (CHAYANOV, 1974).

Com a forma própria de produzir e viver impulsionado pela intervenção do Estado com políticas públicas para o incentivo à produção, a agricultura familiar ganhou destaque social e econômico no Brasil, o que repercute positivamente na consideração internacional da produção brasileira de alimentos. A agricultura familiar do país está classificada como a oitava maior produtora de alimentos do mundo. Com a junção de sua produção com a do agronegócio, a produção brasileira de alimentos alcança o quinto lugar no cenário mundial (EMBRAPA, 2018).

Na agricultura familiar a família é elemento essencial de análise. Suas relações internas e externas, a forma como produzem e reproduzem, a divisão do trabalho entre seus membros faz toda a diferença na atividade no campo. A análise das transformações econômicas e sociais no campo necessariamente deve passar pela investigação das transformações socioculturais efetivadas nas famílias, que interferem, por conseguinte, no modo de produção (MATTEI, 2007).

Não se pode descuidar e ignorar, todavia, a expansão da forma de exploração capitalista nos espaços rurais. A dominação capitalista sem medida poderia promover a extinção do camponês, do agricultor familiar, que seria convertido exclusivamente em força de trabalho assalariada, desprovidos de terra própria, subjulgados a agroindústria. Contudo, a produção familiar parece resistir ao tempo, e se mostra resiliente. As famílias nos espaços rurais continuam a empregar sua força de trabalho em prol de todo o núcleo familiar (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1999).

Por isso, o desenvolvimento de atividades múltiplas nos espaços antes dedicados somente à agricultura ou pecuária vem se tornando relevantes e como alternativa para o agricultor familiar. A pluriatividade altera a relação de trabalho na agricultura familiar e promove o aumento da renda da família, pois diversifica a dedicação dos membros para o desenvolvimento de atividades múltiplas no campo. Para a consideração da pluriatividade na agricultura familiar basta a dedicação de um dos membros da família a atividade não agrícola, seja como ocupação principal, seja como atividade secundária (MATTEI, 2007).

Não obstante a pluralidade de atividades desenvolvidas pelas unidades familiares rurais, a produção de alimentos é a principal fonte de renda. Daí a necessidade de sua viabilização para a reprodução do modo de vida da agricultura familiar. A intervenção do Estado para o desenvolvimento das atividades agrícolas nessas unidades promove a inclusão social das pessoas nelas envolvidas, bem como diversifica a oferta de alimentos sustentáveis à população (MALUF, 2004).

Dessa forma, é preciso criar mecanismos que prestigiem as atividades do agricultor familiar, seja pela definição de quem são, ou do mercado que ele necessita atingir. Não se pode, porém, sob o manto de proteção ou destaque das atividades por ele desenvolvidas, desnaturar sua forma de produção e reprodução, ainda que estreitem as relações com as cidades ou assumam o conceito de urbanização extensiva apregoada por Monte Mor (2007). A interação entre cidade e campo não pode ser causa de perda das características específicas definidoras de cada um dos espaços.

Necessárias são as políticas de mercado e de concessão de créditos que garantam ao agricultor familiar a manutenção de sua produção e modo de viver. Inseri-los no mercado, significa criar oportunidades para a sua reprodução. E para tanto é necessário pensar estratégias como a criação de identidade, associação, especialização na produção e agregação de valor. É preciso pensar políticas específicas para que o agricultor familiar possa colocar seus produtos no mercado sem descaracterizar sua forma de vida (MALUF, 2004).

Com um volume reduzido de terras o agricultor familiar brasileiro já é responsável por grande parte da produção de alimentos no país. Com o devido incentivo do Estado para o acesso à terra e para a produção, o avanço poderia ser maior, inclusive instrumento de contenção das desigualdades sociais históricas produzidas pela marginalização dos trabalhadores do campo que não encontram colocação nas cidades. A experiência internacional demonstra que o incentivo estatal à agricultura familiar pode promover a viabilidade econômica e social da vida no campo (GUANZIROLI, et. al., 2001).

Como se pode notar, os espaços rurais foram distribuídos e construídos de formas distintas ao longo da história do povo brasileiro. Subsistem as grandes

concentrações de terras, modelo assimilado a partir da distribuição das Sesmarias, com as mesmas características de então, ladeadas pelos posseiros insistentes que continuam a sua luta para a produção de espaço e modo de vida, desde o período colonial.

4.3 A Configuração Recente do Espaço Rural Brasileiro

Os espaços rurais no Brasil se apresentam de forma heterogênea, seja por suas características geográficas, econômicas ou simplesmente pelo modo de vida neles estabelecidos. Coexistem os latifúndios, com peculiaridades da produção industrial capitalista, e pequenas faixas de terras cultivadas por agricultores e suas famílias, delas proprietários ou ainda sem o título que lhes confere o domínio sobre as terras que produzem.

Entretanto, a caracterização ou definição do espaço rural vai além da extensão da terra destinada a uma ou outra forma de exploração ou produção, pois a heterogeneidade dos espaços ultrapassa a mera divisão e distribuição fundiária. Abarca também questões socioculturais e as formas específicas de relações que as pessoas estabelecem com o local e com os demais indivíduos no seu entorno ou em outros espaços.

Wanderley e Favareto (2013) destacam que a diversidade dos espaços rurais brasileiros acentua características e relações diversas empreendidas pelas pessoas nas áreas rurais. Por um lado, são identificados por grandes extensões de terras pertencentes a um único proprietário ou a um núcleo familiar, quase sempre ocupadas por grandes empreendimentos desenvolvimentistas da agroindústria, decorrentes de políticas fundiárias voltadas para a promoção das oligarquias tradicionais. Lado outro, são encontrados os pequenos produtores, denominados agricultores familiares com limitado acesso à terra e que produzem para consumo próprio e comercialização do excedente.

Por força das políticas fundiárias do Estado brasileiro há uma tendência pela manutenção e até mesmo crescimento dos latifúndios. Stédile (1997), em estudo que demonstra uma evolução de 1966 a 1992, reafirma o significativo aumento da concentração da propriedade de terras rurais entre poucos proprietários. Segundo o

autor, houve um aumento da propriedade constituída como latifundiário, com área média de 600 ha., e características da produção industrial, que em 1992 detinha 75% do total das terras no território brasileiro (STÉDILE, 1997).

Os dados preliminares do Censo Agropecuário brasileiro de 2017 revelam um panorama bastante diferente. As propriedades com até 500 ha. representam 41,7% do total, 10,8% têm entre 500 e 1.000 ha. e 47,5% possuem área superior a 1.000 ha. Em Minas Gerais, mais da metade (58,3%) das propriedades têm até 500 ha., em 12,5% a área está situada entre 500 e 1.000 ha. e 29,2% contam com área superior a 1.000 ha (IBGE, 2017).

A perspectiva rural na contemporaneidade tem se apresentado com novos aspectos. Tem-se abandonado a ideia do rural como mero produtor de alimentos na exploração do trabalho e construção da mais valia, tem-se considerado a presença de fatores imateriais na construção das ruralidades, características atribuídas aos espaços rurais e ao modo de vida neles estabelecidos. A valorização dos recursos naturais tem promovido o resgate do conjunto de bens e valores que constituem os espaços rurais. As manifestações que expressam sua cultura, suas festividades e saberes e o conjunto arquitetônico formador desses espaços tem evidenciado o interesse pelas áreas rurais. A produção desses bens simbólicos construtores da ideia de rural tem propiciado o nascimento da descoberta do rural como espaço também de turismo e cultura (CARNEIRO, 2012).

A nova ruralidade, como tem sido denominada a percepção e características do espaço rural, se correlaciona com a pluriatividade desenvolvida na agricultura familiar. Forma estratégica de aumentar a renda da família, o trabalho coletivo não apenas reproduz o estilo de vida da comunidade agrícola, mas também cria meios para que os filhos dos agricultores possam seguir caminhos distintos quando não querem permanecer na lida com a terra. É, ao mesmo tempo, alternativa de trabalho para os filhos e a forma ideal de integração entre as atividades típicas de cidade e campo (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

A proximidade das aéreas rurais com as urbanas, notadamente assistidas por transportes públicos que encurtaram as distâncias, favoreceu a pluriatividade nos meios rurais. As atividades tipicamente desenvolvidas nas cidades passaram a ser

desenvolvidas também no campo. Fenômeno observado com aumento significativo entre os anos de 1990 e 2000 em espaços rurais cultivados por agricultores familiares. Nesse aspecto, assume grande relevância as observações na perspectiva demográfica proposta por Chayanov (1974), na qual se considera o tamanho da família e a idade dos membros que a compõe, assim como a diversificação das atividades entre agrícolas e não agrícolas no mesmo espaço, com a finalidade de aumento da renda familiar (SAKAMOTO et.al, 2016).

A expansão das atividades não agrícolas no espaço rural é um indicativo de que as atividades urbanas estão avançando para as áreas rurais, promovendo novas formas de trabalho com a abertura de novas ocupações, principalmente quando a área rural está nas imediações de grandes centros. Verifica-se também essa estratégia em espaços nos quais a família conjuga o trabalho na agricultura e outras atividades que possam trazer-lhes melhorias para a vida e permanência no campo, com a criação de áreas próprias para lazer ou gastronomia, ou mesmo quando algum de seus membros se dedica a atividades fora do espaço de produção familiar (CARNEIRO, 2012).

Por outro lado, há atividades típicas do campo sendo desenvolvidas em áreas urbanas. Nos centros urbanos estão sendo cultivadas práticas agrícolas em áreas domésticas particulares ou comunitárias, assim como em espaços públicos. Pessoas originárias de áreas rurais têm aplicado seus saberes advindos da agricultura familiar para o cultivo de alimentos ou plantas medicinais em quintais ou áreas disponíveis. Há também nesse contexto, pessoas que buscam cultivar nas cidades, com o aprendizado adquirido em cursos ou por outros meios, na expectativa de acessarem alimentos mais saudáveis, ou mesmo tornar o espaço urbano mais agradável para se viver, com a proximidade da natureza, o que os remete aos espaços rurais (COSTA; ALMEIDA, 2012).

Wanderley e Favareto (2013) traçam critérios para a construção de conceitos acerca do que pode ser considerado como espaço rural. Utilizam três ideias para definir e distinguir o rural de outras categorias. Para eles, deve-se entender que o rural não é uma categoria apenas histórica, e, para compreendê-lo é necessário levar em consideração o tempo e o espaço para sua definição. A segunda ideia é a de que há heterogeneidade na ruralidade brasileira, e, portanto, há uma multiplicidade de

características a serem apreciadas para a delimitação da área rural. Por último, observam que a estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo Estado para significação dos espaços rurais pode levar à predominância e ou dominação de determinadas ruralidades, com a exaltação de umas em detrimento das demais.

Na Europa, a ideia de rural correlacionada à produção de alimentos e matéria prima decorre da sociedade industrial moderna, que distingue a cidade como local de moradia e trabalho, e o campo como responsável por provê-los de alimentos e conforto. Todavia, no Brasil, a forma de colonização trouxe perspectiva distinta a essa dualidade. O poderio instituído pelos latifúndios espalhou a ruralidade para as cidades. A cidade não se opôs ao campo, mas se estabeleceu como sua extensão, numa relação de dependência invertida, pois o poder econômico e político, no período colonial, estavam fixados no espaço rural (CARNEIRO, 2012).

Na contemporaneidade, há uma percepção equivocada do modelo de desenvolvimento desenhado para os espaços rurais no Brasil. Paira ainda a compreensão de que os aspectos de ruralidade são sinônimos de atraso, e por isso, as áreas rurais estão suscetíveis ao domínio do capital e da industrialização, que propõem a modernização da sua produção. Com isso, abrem caminho para a dominação das elites agrárias, que se apropriam do maior volume de terras, as quais muitas vezes eram cultivadas por pequenos agricultores nelas fixados pela posse sem a legitimação do Estado pelo registro da propriedade (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

A incorreção sustentada por muitos teóricos quando opõem cidade e campo, na qual a cidade recebe a significação de civilização, progresso e modernidade e o campo é identificado pela decadência e pelo atraso, impôs a ideia da necessidade de modernização no campo na perspectiva desenvolvimentista. A difusão sistemática desse pensamento favoreceu a expansão do latifúndio e da forma de exploração capitalista nos espaços rurais brasileiros, ideia que prevalece no país com o maior incentivo à agroindústria para a exportação de produtos agropecuários (CARNEIRO, 2012).

A produção capitalista que era própria da indústria, e portando dos espaços urbanos, atingiu o espaço rural e alterou a forma da produção para a perspectiva do capital,

própria dos latifúndios. Nos espaços rurais, cuja ocupação é camponesa, onde o trabalho é executado pelo agricultor e seus filhos, em sua pequena propriedade para consumo, não há preocupação com o mercado, tampouco com a modernização do sistema produtivo. Mas, ainda assim, nesses espaços já há lastros da inserção de mecanismos da produção capitalista (KAUTKY, 1972).

Nessa perspectiva, verifica-se uma multiplicidade de formas de fixação e produção no espaço rural. Áreas com modo de vida tradicional, com paisagens conservadas e ou construídas pelo trabalho do agricultor, coexistem de forma muito próxima com áreas de agroindústria e pecuária em grande escala, cujos produtos são destinados à exportação, sendo perceptível a influência que um espaço de produção exerce sobre o outro. Assim, as características da vida no campo, ou ruralidades, devem ser firmadas para a identificação dos espaços rurais, considerando o comportamento das pessoas neles fixadas, suas práticas culturais, as relações por eles estabelecidas, bem como a percepção que têm acerca de si mesmas (CARNEIRO, 2012).

Esse contexto da coexistência de formas distintas de constituição de espaços rurais também é útil para o entendimento das distinções entre os espaços urbanos e rurais. De acordo com Monte-Mór (2007), no Brasil, antes do início do processo de industrialização os espaços rurais e urbanos eram bem definidos, com suas formas socioespaciais e processos socioculturais distintos para cada área. Contudo, no novo cenário industrial essa divisão entre espaço rural e urbano se tornou cada vez mais difícil. Traçar pontos distintivos entre cidade e campo ante a semelhança das relações empreendidas em alguns dos espaços rurais não tem sido tarefa simples, em razão das interações promovidas em ambos os espaços.

Com as semelhanças cada vez mais acentuadas entre espaços rurais e urbanos, a distinção entre os espaços tende a desaparecer com o processo de urbanização irremediável, o que dissolveria o mito de subordinação entre campo e cidade, sobretudo quando há proximidade entre os dois espaços. Essa aproximação entre cidade e campo favorece as trocas de bens culturais e simbólicos que amplia a rede de relações sociais, e pode alicerçar a identidade das pessoas envolvidas nessas trocas, as quais manterão íntegras suas identidades em qualquer espaço em que se encontrem, seja no rural ou no urbano (CARNEIRO, 2012).

Aspecto também a ser considerado na ruralidade contemporânea e na proximidade com áreas urbanas são as relações das pessoas com os espaços rurais. Observam-se nos pequenos municípios, que apesar de manifestarem todas as características rurais, são para efeitos legais considerados como urbanos. Nesse contexto, é comum um contingente de trabalhadores rurais se deslocar de seu local de moradia para trabalhar nesses municípios próximos e retornar para o repouso na área rural de origem. Há também nas áreas metropolitanas pessoas que trabalham nos grandes centros, mas mantêm sua moradia no espaço rural. Com isso, se beneficiam do que de melhor lhes é proporcionado por ambos os espaços, ao aliar a tranquilidade do campo ao acesso aos bens, serviços e oportunidades de trabalho dos centros urbanos (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

As cidades eram espaços segmentados de poder (político, econômico, militar), da legislação, das organizações de toda ordem (civis e militares), dos excedentes, dos serviços, da produção e do consumo. O rural, por sua vez, era o rústico, das relações de parentesco e amizade, da propriedade agrícola de dimensões e exploração diversa, de produção capitalista e pré capitalista, do coronelismo, do analfabetismo e do atraso. Não havia entre esses espaços qualquer relação senão de dependência. Com a integralização das relações e integração dos espaços pela perspectiva urbano-industrial se tem o fenômeno descrito por Monte-Mor (2007) como urbanização extensiva.

Seja pela dimensão da proposta da integração das ruralidades nos espaços urbanos ou pela inserção da industrialização urbana nos espaços rurais com as novas relações sociais e de trabalho produzidas por essas duas correntes, certo é que os espaços rurais tem se modificado em função desses fenômenos, e resultam nas várias tipologias trabalhadas por Wanderley e Favareto (2013). Segundo os autores, as tipologias não são neutras; são sempre imperfeitas e devem ser aperfeiçoadas; não devem opor o urbano e rural; comporta dois cortes fundamentais: primeiro, é necessário distinguir com critérios específicos o rural e o urbano, para em seguida pensar suas interações, e segundo, é preciso pensar as diferenças das áreas rurais em observância à heterogeneidade que apresentam para a promoção de ações voltadas à necessidade específica de cada um dos espaços.

Dessa forma, o espaço rural não pode ser concebido apenas como espaço agrícola. A atividade agrícola integra o espaço rural, mas não é dele definição. Considerar o espaço rural como mera atividade agrícola é restringir seu conceito e suas atividades, além de propalar apenas a perspectiva da modernização das atividades no campo, na concepção desenvolvimentista e capitalista trazida para o espaço rural (CARNEIRO, 2012).

A ruralidade, em síntese, diz respeito à forma como se organiza a vida social no campo e principalmente, como as pessoas acessam os recursos naturais e os bens e serviços de cidadania. Parte significativa dos alimentos consumidos no país é produzida por agricultores familiares que ainda se mantêm no modo tradicional da produção, além de desenvolverem uma série de atividades que os caracterizam e identificam (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Os estudos das ciências sociais e antropologia, realizados no Brasil desde os anos 1970 sobre os espaços rurais, colocaram as questões do campo relacionadas à família. Grande parte dos estudos é pertinente à família camponesa, desde as questões econômicas, voltadas para o modo de produção e reprodução do estilo de vida, até a forma como combinam trabalho, recursos naturais e consumo, além das questões de natureza extrapatrimoniais, como parentesco, herança e casamento. Adotam esse critério por entender a família como elemento propulsor das relações sociais nos espaços rurais, seja como produtora ou reprodutora de valores (MATTEI, 2007).

Em todos esses espaços há a formação ou fixação de famílias, instituto significativo para a produção dos espaços rurais no Brasil. Seja como força de trabalho, seja como construtores do próprio espaço. Com as interações entre a diversidade de espaços rurais ou mesmo com eles e os espaços urbanos, vale questionar e averiguar se as formas como as famílias se estruturam e se organizam nos espaços rurais são as mesmas com as quais se estabelecem no meio urbano.

A história brasileira se consolida na civilização que se operou pela vida rural, manifestada e estruturada nas formas pelas quais as famílias se organizavam. As vilas criadas não eram significativas ante o poder econômico e político que estava

consolidado no campo, e se estendia para as cidades na medida em que o processo de urbanização se fazia necessário (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Assim, os espaços rurais são importantes na configuração da sociedade brasileira, pois além de contar com espaços próprios de agricultores e sua família, com sua forma peculiar de vida e interação com a natureza, conta com a presença de parte representativa do poder concentrado nos latifúndios constituídos desde o período colonial e que ainda se mantém presente na estrutura fundiária brasileira.

Dos vários espaços rurais construídos no Brasil, a área rural, notadamente a que é produzida por agricultores familiares se mostra como apropriada para a realização do presente trabalho, que pretende contribuir para a identificação das possíveis mudanças no perfil familiar e da maneira como se estruturam os núcleos que se dedicam a essa atividade, com sua forma peculiar de produzir e viver. O resultado da investigação sobre a configuração dos arranjos presentes na Região do Pentáurea, comunidade Santa Rita Rural, no município de Montes Claros, constitui o cerne da análise empreendida no próximo capítulo.

5. AS FAMÍLIAS NA COMUNIDADE DE SANTA RITA RURAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da investigação sobre os arranjos familiares na Região do Pentáurea, circunscrita à área rural do município de Montes Claros, denominada comunidade Santa Rita Rural. A análise é precedida pela descrição do percurso metodológico que envolveu a coleta das informações provenientes da pesquisa de campo realizada na região. Na sequência apresenta-se uma breve caracterização sociodemográfica da comunidade Santa Rita Rural, antes de focalizar mais detidamente a análise da forma como os habitantes da comunidade se organizam em família e sobre os arranjos familiares plurais identificados.

5.1 Metodologia Adotada para Coleta dos Dados

O tema família, por sua complexidade e reflexos sociais envolve questões tanto da vida pública como da vida privada do indivíduo. As percepções externas muitas vezes não correspondem à constituição, organização e estrutura estabelecida pelos integrantes do grupo familiar. A pesquisa versa na busca de informações que integram percepções públicas, como também aspectos da vida privada das pessoas que compõem o universo de investigação.

Assim, mesmo com a utilização de dados secundários, provenientes do Censo Demográfico, houve necessidade de coletar informações adicionais, por meio de pesquisa de campo, a fim de obter dados relativos aos arranjos familiares não convencionais e, portanto, eventualmente não captados pelas estatísticas oficiais. A pesquisa de campo possibilitou a coleta de informações qualitativas relacionadas aos valores e práticas culturais que delineiam a forma de organização social vigente na região do Pentáurea.

O método científico utilizado foi o de conteúdo indutivo, visto que a partir das observações aferidas no local escolhido houve a possibilidade de formulação do perfil dos núcleos familiares existentes no meio rural brasileiro que mantenham características próximas às do local da pesquisa, além de propiciar a projeção de tendência futura da existência da diversidade de núcleos familiares nesse espaço,

inclusive influenciadas pelas transformações demográficas em curso (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

5.1.1 O lugar da pesquisa

Como dito anteriormente, a pesquisa ficou circunscrita à área rural do município de Montes Claros, denominada Comunidade Santa Rita Rural, que integra a área administrativamente descrita como a grande Região do Pentáurea. A área pesquisada se dedica hegemonicamente à agricultura familiar, que é considerada na literatura como o “modo de vida ou como formas específicas de ocupação do espaço em que a noção de natureza tem forte presença” (CARNEIRO 2012, p. 26), e é responsável por grande parte do abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros do município de Montes Claros.

Em 2010 a população rural do município de Montes Claros abrangia 17.488 pessoas, que representa 4.8% da população total de 361.915 habitantes. Em 2018 a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Montes Claros é de 404.804 habitantes, mas não há estimativa ou projeção para a parcela da população residente na área rural (IBGE, 2010-2018).

5.1.2 Sujeitos da pesquisa

Na pesquisa em epígrafe, investigou-se se há na Região do Pentáurea, na zona rural de Montes Claros-MG, diversidade de formas de organização familiar. Por isso, a pesquisa tem por sujeitos pessoas que integram núcleos familiares fixados no espaço rural da Comunidade Santa Rita Rural.

Como o espaço escolhido é próprio da agricultura familiar, os sujeitos da pesquisa são agricultores familiares que com seu trabalho produzem e reproduzem um modo peculiar de vida, além das pessoas que se dedicam naquele espaço à pluriatividade, assim como aquelas que, embora exerçam atividade na sede municipal, fixaram residência no local.

O Quadro 2 apresenta um perfil sucinto das características da pessoa entrevistada.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados na pesquisa de campo realizada em Santa Rita Rural, 2018

Iniciais da pessoa entrevistada	Perfil característico da pessoa entrevistada			
	Idade	Sexo	Escolaridade	Duração da união
MCSF	48	F	Ensino Médio	23
FPPV	36	F	Ensino Médio	12
EFE	50	F	Ensino Fundamental I	28
MDLS	70	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	Viúva, após 37 anos de união
MFDC	51	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	31
AFR	67	M	Ensino Fundamental I (incompleto)	15
AWSB	40	M	Ensino Médio	14
JSFS	59	M	Ensino Fundamental I	30
WAP	48	F	Ensino Médio	24
MDAA	60	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	Não declarado
JOA	36	M	Ensino Fundamental I	8
TG	52	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	Viúva, após 9 anos de união
JFS	82	M	Ensino Fundamental I (incompleto)	Viúvo
JP	69	M	Ensino Fundamental I	44
MRP	47	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	26
MASC	57	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	30
CRBS	45	F	Ensino Fundamental II	12
CJCS	60	F	Ensino Fundamental II (incompleto)	38
VRFS	22	M	Ensino Médio	4
LSP	57	F	Ensino Fundamental II	7
KGRF	33	F	Ensino Médio	8
LPS	48	F	Ensino Médio	21
WSB	36	M	Ensino Fundamental II	11
EAB	68	F	Ensino Fundamental I (incompleto)	Viúva, após 44 anos de união
PFC	69	F	Ensino Fundamental I	Viúva, não declarado
EAB	42	M	Ensino Médio (incompleto)	10
JBF	67	M	Ensino Fundamental I (incompleto)	Viúvo, não declarado
MFL	38	M	Ensino Fundamental II	18
HFC	51	M	Ensino Fundamental I	11
DSN	58	M	Analfabeto	35

Fonte: Pesquisa de Campo, Santa Rita Rural, 2018/2019.

5.1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

O tema de investigação envolve questões relativas à vida privada das pessoas e, por vezes, a forma como escolhem constituir família e viver a intimidade não é do conhecimento público, o que dificulta o acesso às informações desejadas, sobretudo quando há interesse não apenas em medir ou identificar o perfil, mas também entender o contexto sociocultural que enseja arranjos peculiares em relação ao padrão tradicional hegemônico.

Assim, a execução do projeto em busca do objetivo geral de *Identificar os arranjos familiares existentes na Região do Pentáurea, zona rural de Montes Claros, e verificar se há conformação com a pluralidade familiar apregoada pela Constituição de 1988*, envolveu uma combinação de métodos e técnicas para que os dados pudessem ser extraídos dos sujeitos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, sem que se sentissem invadidos em questões próprias de sua intimidade.

Nesta perspectiva, a pesquisa caracteriza-se como empírico-analítica, pois o empirismo visa a reprodução nas ciências sociais das condições semelhantes às de laboratório, dentro de uma realidade específica, na busca da superação das subjetividades próprias do pesquisador (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Como meio de se atingir o terceiro objetivo específico, focalizado neste capítulo, de *Pesquisar as especificidades e predominâncias dos arranjos familiares encontrados na Região do Pentáurea, na comunidade Santa Rita Rural, e investigar em que medida os integrantes desses arranjos se percebem como titulares de direitos enquanto membros de entidade familiar*, foram realizadas visitas regulares ao local da pesquisa para levantamentos dos dados necessários ao estudo. Para tanto, foi aplicada a técnica da observação, inspirada na técnica etnográfica apresentada por Malinowski (1978) com registros constantes de tudo que foi visto, ouvido e percebido durante a observação. Martins e Theophilo (2009, p. 86), destacam que a “observação consiste em um exame minucioso que requer atenção na coleta e análise das informações, dados e evidências”. A adequada aplicação da técnica requer um levantamento teórico prévio, como desenvolvido nesta pesquisa.

Além da observação participativa, foram também realizadas entrevistas com agricultores residentes na área de estudo, com base em roteiros semiestruturados.

No final do mês de novembro foi aplicado pré-teste para assegurar a compreensão e eficácia das questões propostas (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Feitas as adequações no questionário iniciou-se a coleta de dados mediante entrevistas das pessoas fixadas em Santa Rita Rural em dezembro de 2018 e finalizadas no mês de janeiro de 2019.

As unidades de análise foram as famílias existentes naquela localidade, identificadas, a princípio, pela Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Região do Pentáurea (ASPROHPEN), que conta atualmente com 150 associados (CHIODI et al. 2015). O contato para pesquisa se deu com o Senhor João Simael Ferreira da Silva, que é líder comunitário e foi indicado pela Secretaria de Agricultura do município como a referência no local. Destaca-se que após várias tentativas na prefeitura do município para obter informações oficiais sobre a área da pesquisa, tanto na Secretaria de Infraestrutura quanto da Agricultura indicaram o Senhor João Simael para informações mais precisas sobre o local e seus moradores. Assim, o Senhor João Simael, além de participar como entrevistado também acompanhou a pesquisadora nas residências dos moradores entrevistados em Santa Rita Rural, configurando uma seleção de amostra do tipo bola de neve, em que um entrevistado indica pessoas passíveis de serem também ouvidas ao longo da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas, quando autorizadas pelos entrevistados, com o objetivo de evitar que alguma informação se perdesse, e foram consultadas quando houve dúvidas na transcrição dos dados obtidos (QUEIRÓZ, 1991). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Muitos autorizaram a divulgação dos nomes na pesquisa, mas optou-se por evitar tal exposição, de maneira a resguardar a privacidade de todos os entrevistados.

Na comunidade residem 150 famílias, dentre as quais 31 pessoas foram entrevistadas, pertencentes a núcleos familiares distintos. A definição do número de integrantes da pesquisa se deu a partir da constatação da repetição frequente dos modelos de família fixados em Santa Rita Rural, ou seja, quando houve configuração de saturação.

A comunidade se mostrou muito solícita ao colaborar na coleta de dados. Em todo o período de coleta houve recusa de apenas uma moradora. Não obstante a renúncia

em participar da entrevista, não houve qualquer demonstração de repúdio ao trabalho. Ao que tudo indica a timidez impediu sua participação, pelo temor de não saber responder aos questionamentos. A maioria, ao ser abordada e perguntada se desejava colaborar na pesquisa, antes de aquiescerem, dizia sempre: “se eu souber responder...” e após esclarecimentos acerca do tema, aceitavam participar.

Cabe ressaltar que foram utilizadas na pesquisa apenas 30 entrevistas, das 31 realizadas. Um dos questionários não foi contabilizado, visto que o casal indicou o filho para responder às questões, pois consideraram que ele estaria mais preparado para as respostas. No entanto, as informações prestadas foram a respeito do entrevistado e não do grupo familiar no qual se inseria como filho.

A maior parte das entrevistas foi realizada com mulheres, mas foi entre os homens que houve mais facilidade na coleta das informações. As mulheres se mostraram mais intimidadas com os questionamentos e algumas delas preferiam não responder a determinadas perguntas, como quando questionadas se tinham conhecimento de arranjos familiares “menos tradicionais” na comunidade.

Em algumas casas a entrevista foi presenciada pelo cônjuge ou companheiro, e às vezes outros membros da família se aproximavam para complementar as informações solicitadas. Se, por um lado, a aglomeração de pessoas contribuiu para maior conhecimento sobre o local pesquisado e as peculiaridades socioculturais lá presentes, por outro, pode ter suprimido informações acerca do objeto da pesquisa, pois algumas questões que versam sobre as relações privadas empreendidas pelos membros do núcleo familiar não são do conhecimento de todos os seus integrantes, e algumas delas não podem ser declaradas na presença deles. Isto, no entanto, não comprometeu o resultado da pesquisa.

Além da realização das entrevistas, a técnica de observação participativa foi também realizada, principalmente nos momentos em que a comunidade se reunia para os festejos, orações e novenas empreendidos na comunidade por ocasião do natal, e festejos religiosos posteriores a essa data, denominados “Folia de Reis”.

5.2 Caracterização Demográfica da Comunidade Santa Rita Rural

A caracterização demográfica da comunidade estudada propicia o entendimento de como as pessoas fixadas naquele espaço se organizam em família, pois o conhecimento do perfil demográfico que apresentam, a forma como eles se relacionam entre si e com o meio demonstrará o modo de vida do grupo social no qual a família se constitui e se estrutura.

O estudo demográfico tem por escopo os atributos sociais, culturais e econômicos da população, cujo objeto específico é a análise das populações humanas e suas relações com o meio no qual se inserem (ALVES, 2004). Por isso, é interessante o conhecimento prévio da população pesquisada para entender as formas pelas quais as pessoas, nesse contexto, se organizam em família.

A comunidade de Santa Rita Rural está situada no extremo sul do município de Montes Claros, Minas Gerais, integra o espaço rural do município, nas proximidades do Rio São Lamberto, faz divisa com o município de Bocaiuva e é dividida pela BR 135. Santa Rita Rural possui características e ruralidades próprias da agricultura familiar, conforme os critérios estabelecidos por Wanderley e Favareto (2013) os quais estão elencados no capítulo quatro deste trabalho.

O espaço na comunidade é produzido, conservado ou construído por agricultores familiares. Nele, a paisagem natural ou reconstruída pelos próprios agricultores coexiste com a produção de alimentos nos moldes apresentados por Carneiro (2012), características também acentuadas no capítulo quarto.

Segundo informações dos moradores, há na localidade uma preocupação com a proteção e conservação dos recursos naturais, como apregoado por Diegues (2000), principalmente quanto aos recursos hídricos, pois há escassez de água na região. Os próprios agricultores cuidam de promover barragens e proteger as nascentes para que não falte água para o consumo das famílias e para produção. Consideram os recursos naturais como bem coletivo e, por isso, há responsabilidade de todos no uso racional para que não falte para ninguém.

Santa Rita Rural conta com 150 famílias, das quais grande parte é responsável pela produção e abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros de porção significativa do

mercado e das feiras livres na sede municipal. Essas informações são fornecidas pelo município (SECRETARIA DE AGRICULTURA, 2018) e confirmadas pelo Senhor João Simael Ferreira da Silva, líder comunitário e especialista na comunidade, como ensina Brandão (1986).

O Senhor Simael é responsável pela criação das associações locais, tanto de moradores como de agricultores, com as quais pleiteia benefícios para a comunidade. Ele também é o responsável pela constituição da cooperativa para beneficiamento da produção dos moradores. Em razão da confiança e respeito que detém no local, foi ele quem conferiu legitimidade para que os demais membros da comunidade aceitassem e colaborassem com a realização desta pesquisa, além de ter acompanhado pessoalmente a coleta dos dados.

Pelas informações dos moradores mais antigos, concentrados em sua maioria às margens direita da BR 135, a comunidade é originária de duas famílias, Ferreira e Barbosa, que promoveram casamentos entre si e permanecem por mais tempo na comunidade, como o Senhor JFS, que tem 82 anos e mora na comunidade desde que nasceu.

A maioria dos entrevistados (75%) residiam em Montes Claros há pelo menos 10 anos. Dois terços do total nasceram no município, e 60% deles declararam sempre ter residido ali. Portanto, pode-se afirmar que a maior parte dos entrevistados já assimilou os hábitos e costumes locais, o que significa dizer que os arranjos familiares registrados expressam o espectro vigente na comunidade Santa Rita Rural.

Importante e fundamental ressaltar, porém, que em se tratando de uma amostra intencional, não estatisticamente representativa, as informações numéricas serão evitadas e, quando mencionadas, dizem respeito apenas ao universo amostral e não necessariamente ao conjunto da população residente na comunidade Santa Rita Rural.

A atividade principal desenvolvida na comunidade é tipicamente agrícola, pois os entrevistados se dedicam ao plantio de produtos como hortaliças, legumes e frutas. Alguns atuam também na criação de gado e na produção de alimentos como queijos, biscoitos e bolos, destinados ao município de Montes Claros e em menor

proporção, ao município de Bocaiúva, segundo informações dos próprios agricultores. Essas atividades são desenvolvidas por conta própria, ou para terceiros em troca de remuneração como fonte principal da renda familiar.

Embora haja a predominância de atividades típicas dos espaços rurais, observa-se em Santa Rita Rural traços da pluriatividade apregoada por Veiga (2001) no quarto capítulo deste trabalho. Representada, por exemplo, pelo artesanato desenvolvido pela família de uma entrevistada. Baiana, artesã, já está na comunidade há mais de 15 anos, e ela e a família produzem peças de barro na própria residência e as comercializam nas margens da BR 135.

A proximidade da comunidade com a área urbana favorece o mercado para os produtos produzidos pelos moradores nas atividades típicas das áreas rurais. Faculta ainda aos habitantes o desenvolvimento de atividades laborais na cidade, como é o caso de uma entrevistada que, com o seu companheiro, presta serviço de transporte escolar na cidade, além de nos intervalos dessa atividade prestar serviço como cabeleireira. Mesma situação de outra pessoa que apesar de já possuir a casa na comunidade há treze anos, na qual passava os finais de semana, após a aposentadoria do marido, há três anos, decidiu mudar-se em definitivo para o local, mas ainda de forma esporádica trabalha como faxineira na cidade. Dessa forma, essas pessoas aproveitam o melhor dos dois espaços, como apregoam Wanderley e Favareto (2013). Garantem o mercado de trabalho na cidade e aproveitam os benefícios da vida no campo podendo inclusive produzir o próprio alimento, como indicou a maioria dos entrevistados.

A comunidade de Santa Rita Rural se mostra muito tradicional em hábitos e costumes. Entre os pesquisados, a maioria se declara como católica e, conforme informações dos moradores, reafirmadas pelo próprio senhor Simael, os evangélicos vieram para a comunidade recentemente com a venda de parte das terras dos moradores antigos, e pelo que se pode constatar, estão concentrados à margem esquerda da BR 135. Não há em Santa Rita Rural igrejas evangélicas. Os que professam a crença protestante, ou se reúnem nas casas para orações e cultos, ou se deslocam para outras comunidades próximas nas quais estão fixadas igrejas de diversos cultos e denominações evangélicas.

A religiosidade dos moradores de Santa Rita é traço marcante e constitutivo de laços entre eles. Na igreja erguida as margens da BR 135 acontecem missas regulares celebradas por sacerdotes fixados na cidade que se deslocam para atender aos moradores. Além disso, promovem por si mesmos, reuniões, cultos, orações e novenas, como as que antecedem os festejos natalinos verificados durante a realização da pesquisa.

Ao que parece, a unidade religiosa promove grande interação entre os moradores da comunidade e propicia relações sociais totais nos espaços e momentos de encontro, sem distinção por características socioprofissionais e socioculturais, como definidas por Sabourin (2001). Nos festejos religiosos de Santos Reis comemorados entre os dias 24 de dezembro e 6 de janeiro, a comunidade se reúne diariamente para orações, confraternização e troca de experiências e informações que são úteis a todos os moradores.

Entre os entrevistados quase todos sabem ler e escrever embora a maioria tenha concluído somente o ensino fundamental (apenas um se declarou analfabeto). Nenhum deles estuda atualmente ou demonstrou interesse em continuar com os estudos. Embora não tenha sido objeto da entrevista, restou constatado em algumas residências que os filhos de alguns dos entrevistados estão cursando o ensino superior na cidade. Além disso, verificou-se que o filho de um dos entrevistados concluiu recentemente o mestrado em geografia.

Predominantemente, a renda mensal das famílias entrevistadas na comunidade Santa Rita Rural está na faixa compreendida entre um e dois salários mínimos mensais. Apenas dois entrevistados declararam que a renda da família supera dois salários mínimos mensais.

De maioria auto declarada parda, as pessoas demonstraram dificuldades na própria definição quando se auto definiam como brancas. Ainda assim, o número de declarantes de cor branca se igualou ao número de pessoas que se declararam como da cor preta. O entrevistado mais jovem declarou ter 22 anos, e o mais idoso tinha 82 anos. Entre os demais prevaleceram pessoas na faixa etária de 30 a 60 anos de idade.

Na sequência, valendo-se ainda dos dados demográficos coletados, serão apresentados os resultados acerca da organização familiar na comunidade Santa Rita Rural, para posteriormente evidenciar os arranjos familiares por eles empreendidos.

5.3 Organização Familiar dos Habitantes de Santa Rita Rural

A forma como as famílias se organizam e se estruturam é dinâmica, refletindo as transformações próprias da vida em sociedade. No resgate histórico sobre a família apresentado no segundo capítulo foram relatadas alterações regulares conforme o tempo e o local em que os diversos núcleos familiares foram descritos. Casamentos por grupos, poligamia, monogamia, casamentos entre pessoas do mesmo sexo e o mais recente conceito de família aos poucos conhecido e reconhecido, o poliamor, são arranjos adotados em conformidade com a organização social na qual esses modelos são inseridos e legitimados pelo próprio grupo social ao longo do tempo.

O Brasil adota formalmente o casamento monogâmico heterossexual como o modelo de família legitimado social e juridicamente. Contudo, outras formas de estruturação familiar vêm ganhando espaço na sociedade brasileira, propiciando a inserção de arranjos ou modelos variados entendidos como entidade familiar, compreendidas no conceito jurídico de família.

As últimas informações sobre arranjos familiares na área rural de Minas Gerais, do Norte de Minas e do município de Montes Claros referem-se àquelas coletadas no Censo Demográfico de 2010. Naquele ano, em Minas Gerais, 77,5% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes na área rural, que viviam em união conjugal, eram formalmente casadas, seja no civil e religioso (62,9%), somente no civil (11,1%), ou somente no religioso (3,5%). Outras 22,5% viviam em união consensual. O percentual de uniões consensuais era de 22,0% na área rural do Norte de Minas e de 29,0% no setor rural do município de Montes Claros (IBGE, 2010-2018).

O tipo de união predominante no rural, tanto do Norte de Minas quanto no município de Montes Claros, era o casamento no civil e religioso (62,0% e 49,7% respectivamente). Curiosamente, as uniões via casamento somente no civil eram bem mais comuns no rural de Montes Claros (21,3%) do que no rural do Norte de

Minas (16,0%) e mesmo em relação ao rural de Minas Gerais (11,1%) e do Brasil (14,1%) (IBGE, 2010-2018).

O casamento é fato relevante na comunidade Santa Rita Rural, pois está associado à própria formação da comunidade. Segundo os moradores mais antigos, a comunidade nasceu do casamento entre duas famílias lá há muito fixadas, o que retrata a observação de Strauss (1983), que coloca o casamento como relação de aliança que é firmada por grupos. E ao que parece, o casamento ainda é elemento importante na configuração das famílias naquele espaço.

Quando indagados sobre o estado civil, dois terços dos entrevistados se declararam na condição de casados e os demais se dividiram igualmente entre viúvos e aqueles que se consideravam solteiros, embora estivessem em união consensual. Como destacado anteriormente, a vida na comunidade Santa Rita Rural é pautada em hábitos tradicionais e com fortes vínculos religiosos. A maior parte das pessoas que integraram a pesquisa constituíram suas famílias mediante casamento civil e religioso. Entendem que agindo dessa forma estão fazendo o que é correto como afirmou uma das pessoas entrevistadas.

Com essa conduta atendem às exigências da legislação e cumprem o preceito de fé que os norteiam, como foi declarado pela maioria e expressado no relato de uma das pessoas entrevistadas: “Civil é obrigação. Como Católica, espero as bênçãos de Deus”. Outra entrevistada disse que “para constituir família é necessário uma base (religiosa)”, e por isso optou pela celebração do casamento em conformidade com a lei e com a religião.

A religião influenciou ainda o casamento religioso de uma das entrevistadas, que conviveu em união consensual com o atual marido por três anos. Mas quando veio a primeira e única filha do casal, quiseram obter para a ela o sacramento do batismo na igreja católica. Assim, decidiram oficializar a união mediante o casamento civil e religioso que era pré-requisito para o batismo da filha.

Os que optaram somente pelo casamento civil apontaram causas diversas para a escolha. Gravidez da esposa e urgência no casamento foi o motivo apontado por um entrevistado. Outra pessoa alegou que “roubou” a noiva para se casar e por isso não pode fazer a cerimônia religiosa. Um dos entrevistados informou que conviveu com a

esposa em união consensual por 9 anos antes de optar pelo matrimônio, e quando decidiu casar, elegeu o casamento civil, porque era mais simples a cerimônia. Houve ainda um relato que apontou como o motivo para a escolha, o casamento anterior do marido, realizado na igreja, o que gera o impedimento para a realização de novo matrimônio religioso.

O traço religioso nas famílias na comunidade pesquisada é tão significativo que motivou a separação de um casal após 35 anos de união. Eles estão separados de fato, sem a oficialização do divórcio há quase um ano, porque a esposa se viu às voltas com os evangélicos que se fixaram no entorno de sua residência. A alegação do marido foi que sempre que ele chegava do trabalho as pessoas estavam em sua casa fazendo orações com a esposa. A nova religião incorporada pelo cônjuge impediu o casal de seguir com os rituais católicos que faziam parte da rotina da família e acabou por abalar a solidez do casamento.

Não restou observado entre as famílias entrevistadas na comunidade Santa Rita Rural a fluidez nas relações apontadas por Galizoni (2007) quando pesquisou as famílias na zona rural do Jequitinhonha. Ao contrário, as relações são de certa forma, solidificadas pela crença religiosa, com vínculos estáveis e duradouros, características observadas mesmo entre aqueles que estão em segunda união. Metade dos entrevistados estava inserido em uniões com 16 a 45 anos de duração.

As infidelidades naturalizadas em alguma medida no Jequitinhonha, destacadas por Galizoni (2007) quando afirmou que havia na região a imposição de regras rígidas para as uniões conjugais, mas por outro lado havia também uma flexibilidade na aceitação de conduta diversa na vida prática, com a manutenção de relações extraconjugais e filhos havidos fora da união socialmente reconhecida, não são assumidas ou declaradas em Santa Rita Rural pelos moradores entrevistados.

A maioria dos integrantes da pesquisa declara não conhecer pessoas que vivem em duplicidade de famílias, ou que possuem mais de um companheiro ou companheira ou ainda negam a manutenção de namoro fora da união oficialmente declarada. E os filhos havidos fora da relação atual são de relações anteriores, conhecidas e reconhecidas pelo cônjuge ou companheiro, bem como pela comunidade em geral.

As famílias em Santa Rita Rural mantêm a tendência nacional e não têm muitos filhos. Com base nos dados dos Censos Demográfico de 1980 a 2010, no país houve uma redução significativa na taxa de fecundidade, comportamento seguido no Estado de Minas Gerais com uma queda ligeiramente maior que os índices nacionais. Em 2017, ainda com base em dados divulgados pelo IBGE, desta vez provenientes da Projeção da População do Brasil, realizada em 2013, em Minas Gerais as mulheres tinham, em média, 1,56 filho ao longo da sua vida reprodutiva (IBGE, 2017).

A redução da taxa de fecundidade é fenômeno mundial que vem se mostrando nos dois últimos séculos nos países desenvolvidos, seguidos por países em desenvolvimento e por aqueles considerados como subdesenvolvidos ainda que em padrões distintos. O fenômeno se acentuou no final do século XX, com quedas significativas no número de filhos por mulher (ALVES, 2004).

A queda nas taxas de fecundidade produz efeitos expressivos na estruturação das famílias, pois segundo Rodrigues (2017)³ estudar a fecundidade é estudar família, uma vez que “a fecundidade certamente é um dos fatores populacionais mais fortemente associados à constituição familiar, pois a reprodução demográfica e social de indivíduos e grupos dependem diretamente dos arranjos familiares.”

A maior parte dos entrevistados na comunidade Santa Rita Rural tem número reduzido de filhos, inclusive é a regra entre aqueles que mantiveram relações anteriores. A maioria (60%) optou por ter de um a dois filhos e os demais se dividiram igualmente entre as categorias de 3 filhos ou mais e de nenhum filho.

No que concerne ainda ao número de filhos observa-se, na comunidade pesquisada, que quando o entrevistado tem filhos de relação anterior, ou evita filhos na segunda relação, ou opta por número mais reduzido, como é o caso de Dona MRP que teve três filhos na primeira relação familiar que manteve e na segunda optou por não ter filhos. Uma das entrevistadas relatou que teve dois filhos da relação anterior e também não teve filhos da relação atual. Já outra pessoa entrevistada disse que

³ RODRIGUES, Roberto Nascimento. Montes Claros. 2017. **Apontamentos em aula em novembro de 2017**. Mestrado Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade Ambiente e Território. UFMG Campus Montes Claros.

teve dois filhos da relação anterior, tendo optado por ter apenas uma filha do atual marido.

Exatamente metade dos entrevistados mantém família com característica nuclear, existente no Brasil desde o período colonial, mas pouco difundida entre os historiadores, como apontado por Samara (1987). A família nuclear restringe o número de integrantes considerados como seus membros e é composta apenas pelo casal ou pelo casal e filhos.

Os sinais da existência de família extensa na comunidade são evidenciados, por exemplo, por um entrevistado que declarou que convive com a esposa e filhos, e vivem todos na companhia de sua mãe, e por outro cujo núcleo familiar abrange, além do casal, também os filhos e netos. Apesar dessas e outras famílias manterem traços característicos da família extensa advinda do modelo patriarcal colonial (HOLANDA, 2004), a que mais se assemelha a essa estrutura em número de pessoas é uma família de um entrevistado, que veio com a companheira e filho morar com os pais e irmãos na comunidade, e totalizam sete pessoas na mesma residência, sob a dependência do pai. Apesar de ele trabalhar como pintor, é o labor paterno que mantém toda a família.

Há na comunidade família constituída somente pela mãe e filhos, como, por exemplo, a de uma entrevistada, que após ficar viúva pela segunda vez, vive na companhia do filho da última união. Situação semelhante à de outra entrevistada, que também após a segunda viuvez mora somente com um dos filhos na comunidade, e de outra, que vive na companhia das filhas, após ter ficado viúva, há onze anos.

Há também famílias constituídas pela avó e netos, forma pela qual se estrutura a família de uma entrevistada, que apesar de ter tido três filhos, nenhum mora com ela, e, após a separação, vive em Santa Rita Rural na companhia da neta, ou de outra, que convive com a neta e a filha, após a viuvez. Menos comum é a família de um entrevistado que, após a separação, convive e cria sozinho os dois filhos do casal.

As formas de estruturação das famílias em Santa Rita Rural propiciam arranjos familiares diversos, apesar de a maioria optar por constituí-las mediante o

casamento. Uniões estáveis e famílias monoparentais são alguns dos modelos de família também evidenciados pelos entrevistados e demonstrados nos dados até o momento destacados. Contudo, outros arranjos mais complexos também são realidade naquele espaço e constituem o foco da abordagem contida no próximo item.

5.4 Arranjos Familiares Plurais em Santa Rita Rural

Como visto anteriormente, a forma como as famílias são estruturadas em Santa Rita Rural se mostra tradicional, o que pode ser atribuído à religiosidade dos moradores do local e também ao estilo de vida adotado naquele espaço, que hegemonicamente, é da agricultura familiar. Apesar do modo tradicional de viver e constituir famílias, há uma forma plural na configuração dos arranjos familiares fixados naquela comunidade. A maioria dos entrevistados optou por constituir família mediante casamento, seja ele apenas civil ou religioso, ou civil e religioso, mas há outros meios assentados na comunidade pelos quais as famílias se constituem ou se estruturam.

Os modelos plurais apregoados pela Constituição de 1988 são encontrados na comunidade, principalmente aqueles expressamente citados na legislação brasileira. Não obstante o padrão apresentado na área pesquisada, outros arranjos, apesar de minoritários, estão também presentes e merecem análise e comentário.

5.4.1 Famílias matrimoniais

Conforme evidenciado no segundo capítulo desse trabalho, fatores sociais, econômicos, culturais e religiosos ditam a dinâmica da família na sociedade. A constância ou as mudanças nos formatos das famílias variam impulsionadas por esses fatores. A prevalência de um ou alguns formatos de família em detrimento de outros poderá delinear o perfil social das famílias em determinado meio, como se observa em Santa Rita Rural, zona rural de Montes Claros.

A hegemonia da família matrimonializada pode ser atribuída à religiosidade e ao tradicionalismo nas relações firmadas pelos habitantes de Santa Rita Rural, daí a predominância do casamento entre os entrevistados. Além da tradição e da fé que

nortearam a maioria das escolhas pelo matrimônio, quando as pessoas decidem constituir famílias firmadas no casamento elas se percebem como detentoras de direitos em virtude disso. A maioria dos entrevistados declarou com facilidade o regime de bens adotado no casamento, responsável por regulamentar os direitos de natureza patrimoniais que regulam a relação matrimonial.

Quando questionados acerca dos direitos que decorrem da união familiar que empreendem, os entrevistados se mostraram coerentes com os direitos decorrentes do regime de bens escolhido para nortear a relação matrimonial. Além disso, foi por alguns apontados direitos não apenas relativos aos bens, como também direitos de natureza pessoal, como é o caso dos alimentos, citados por uma das entrevistadas que afirmou ter direito a essa prestação caso houvesse a ruptura do matrimônio.

Dessa forma, o casamento amplamente regulado na legislação brasileira gera para as pessoas que optam por esse arranjo familiar a segurança e a certeza de que quando casadas passam a deter direitos em virtude dessa situação, como declararam majoritariamente os entrevistados casados, residentes na Comunidade Santa Rita Rural. Por outro lado, com uma única exceção, os entrevistados que estavam em união estável desconheciam as prerrogativas conferidas a eles pela legislação brasileira, por comporem uma entidade familiar.

Nesse aspecto, os moradores de Santa Rita Rural que participaram da pesquisa confirmaram a própria justificativa para o presente trabalho. Aventou-se por ocasião do projeto que as pessoas casadas se percebiam como sujeitos de direitos, ao passo que as pessoas que estavam em união estável não tinham a mesma percepção acerca de seus direitos, e nas áreas rurais essa condição poderia ser agravada pela dificuldade no acesso à informação.

Segundo a Constituição de 1988, as uniões consensuais, sem a chancela do Estado, passaram a constituir entidade familiar, denominadas união estável, e são assemelhadas em direito àquelas constituídas pelo casamento. Essa prerrogativa não era do conhecimento dos entrevistados que viviam em união consensual em Santa Rita Rural.

5.4.2 Uniões estáveis e famílias reconstituídas

Quase todas as famílias constituídas pela união estável na comunidade foram estabelecidas a partir de uniões anteriormente desfeitas, seja pelo entrevistado ou por seu companheiro. Esse fato configura outro arranjo familiar, denominado, segundo a literatura jurídica, família recomposta ou reconstituída. A família reconstituída é aquela decorrente de união anterior das pessoas nela envolvidas e pode ser reconstituída ou pelo casamento ou pela união estável. Na comunidade Santa Rita Rural observa-se a existência da família reconstituída tanto pelo casamento quanto pela união estável.

A reconstituição das famílias pelo casamento acontece, na comunidade Santa Rita Rural, pela viuvez anterior. Contudo, parte significativa das famílias reconstituídas se deu mediante união estável, como é o caso de um entrevistado, que não buscou o divórcio da primeira esposa e mantém união estável com a companheira atual. Mesma situação de outro entrevistado, que já convive com a companheira por período superior a 11 anos. Outra pessoa entrevistada, apesar do divórcio do companheiro, com quem tem uma filha, optou pela formação da nova família mediante união estável, mas guarda o desejo de oficializar a união pelo casamento.

Na união estável, reconstituída ou não, os entrevistados demonstraram maior dificuldade em se reconhecer como titular de direitos. Um deles, por exemplo, declarou-se como casado, embora conviva em nova união com sua companheira com quem já tem uma filha. Quando questionado acerca de direitos decorrentes da união, apontou que só reconhece direitos decorrentes do casamento e não da nova união que mantém há 8 anos.

Dessa forma, apesar de a Constituição de 1988 equiparar a união estável ao casamento, prevendo os mesmos direitos para ambas as formas de união, e da proximidade que a comunidade guarda com a cidade, o que poderia gerar um maior fluxo de informações e consequente conhecimento acerca dos direitos que lhes dizem respeito, os moradores da comunidade Santa Rita Rural, quando convivem em união estável, não se percebem como detentores de direitos em virtude dessa relação.

Situação diversa foi encontrada em uma família também reconstituída, porém pelo casamento. A entrevistada, em segundo casamento, declarou que se percebe como detentora de direitos com o novo casamento, e informou que tudo o que construir juntos pertencerá a ambos, pois se casaram no regime da comunhão parcial, e o que foi por ela adquirido na relação anterior não pertence ao marido atual.

Em síntese, restou confirmada a hipótese apresentada como justificativa para a realização deste trabalho: na união estável como é mera situação fática, e não há um ato formal para sua constituição, não está incorporada nas pessoas que optam por esse modelo familiar a percepção de que são titulares de direitos em virtude dessa relação, notadamente nos espaços rurais pelos motivos anteriormente evidenciados.

5.4.3 Família monoparental e homoafetiva

Foi verificada a existência da família monoparental na comunidade Santa Rita Rural nas duas situações, tanto a constituída por genitores e filhos, como também a composta por avó e neta. Há também na comunidade a presença de família monoparental formada por pai e seus filhos. Apesar de existente no Brasil desde o período colonial a família monoparental só obteve o reconhecimento jurídico com a Constituição de 1988, mas falta-lhe uma regulamentação específica, com legislação benéfica, que favoreça ao genitor que fica responsável pelo cuidado e criação dos filhos, ou mesmo dos avós que prestem igual assistência aos netos nas mesmas condições.

A família homoafetiva, reconhecida no Brasil mediante decisão judicial em 2010, vem se firmando aos poucos na sociedade brasileira como entidade familiar, mas nenhum dos entrevistados em Santa Rita Rural declarou fazer parte desse tipo de arranjo familiar, embora metade deles tenha dito que conhecem pelo menos uma família formada por pessoas do mesmo sexo residindo na comunidade.

Ferreira (2008), quando estudou uma sociedade camponesa no interior do Ceará, relatou as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como forma de iniciação sexual dos rapazes, como mecanismo de prazer ou simples diversão entre os seus moradores, sem, contudo, se referir à constituição de famílias por pessoas do

mesmo sexo. Na pesquisa realizada o autor relata que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo acontecem com o conhecimento de todos, porém sem a declaração expressa dos envolvidos. Os homens da comunidade mantêm uma espécie de pacto tácito sobre as práticas homossexuais, por alguns mantidas somente antes de se casarem, por outros mesmo após o casamento, na segurança de que o segredo não será por ninguém declarado.

Não obstante as relações tradicionais mantidas na comunidade Santa Rita Rural, os que noticiaram a existência das famílias homoafetivas anteriormente existentes naquele espaço, o fizeram de forma muito natural sem qualquer manifestação discriminatória ou escandalizada. A narrativa não sofria qualquer alteração em relação às outras questões que respondiam na entrevista.

De toda forma, restou demonstrado o caráter multifacetado da família instituída na comunidade Santa Rita Rural. A predominância do casamento por razões religiosas e culturais não excluiu a possibilidade de arranjos familiares diversos do casamento, com características plurais nos moldes regulados pela Constituição de 1988.

O que parece peculiar, e que caracteriza a família nuclear da comunidade, ou confere a ela status particular de família extensa, é a maneira como as pessoas definem os membros da sua família. Quando indagados acerca de quais as pessoas considera como família, grande parte dos entrevistados informou que família, além dos vinculados pelo parentesco, são também os amigos e vizinhos.

Surpreendente também foi o número de pessoas que apontam o Senhor Simael como membro de sua família. Parte significativa dos entrevistados o consideram como integrante da família, pelo apoio, acolhimento e carinho com que recebe e trata a todos na comunidade, bem como pela disponibilidade que apresenta para auxiliar na solução dos problemas e amparar a todos em suas necessidades. Inclusive, reconhecem que ele cede, quando necessário, de forma gratuita, parte de suas terras para que alguns moradores, que estão em estado de necessidade, possam produzir e tirar delas o sustento de suas famílias.

Segundo informação na comunidade “não há ninguém rico, mas também não há ninguém miserável”, pois quando alguém passa por dificuldades todos se reúnem para ajudar. Com essas informações confirmam a função da solidariedade e afeto

incorporados à família na contemporaneidade, com a finalidade de promoção da realização e crescimento individual, além de demonstrarem que as relações socioafetivas influenciam na definição que eles têm de família.

Assim, família é mesmo os que se ligam pelo afeto na busca da realização pessoal e do suprimento das necessidades de cada um dos membros que a integram!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é elemento social dinâmico com características multifacetadas, descrita na literatura como agrupamento de pessoas com finalidades diversas fixadas ao longo da história da humanidade. A união de pessoas pelo parentesco ou pela promoção de aliança é responsável pela reprodução social da ideologia, do trabalho e da cultura dos indivíduos que compõem a sociedade na qual está inserida.

No Brasil, desde a apropriação do seu território pelos portugueses vários arranjos familiares foram estabelecidos, ainda que a forma oficial de constituir família reconhecida pelo Estado tenha sido exclusivamente o casamento religioso trazido pelos colonizadores. Como a religião, a legislação brasileira legitimou somente a família constituída pelo casamento, apesar da variedade de modelos já existentes no país. Famílias formadas pela união consensual e informal, famílias constituídas de forma paralela, famílias constituídas por um dos genitores e sua prole foram por séculos ignoradas na história do Brasil, sem qualquer reconhecimento ou garantia de direitos.

Na contemporaneidade foi reconhecida juridicamente como entidade familiar a união de pessoas que se vinculam pelo parentesco e pelo afeto com a finalidade de juntas, produzir o crescimento individual e buscar a felicidade e o bem-estar de todos. Com esse reconhecimento, foram legitimados diversos modelos de família até então ignorados pela legislação brasileira. Assim, famílias formadas pelo casamento, união estável, com a presença de um dos genitores e sua prole, ou sem a presença de genitores, unidas pelo parentesco, pessoas em nova união que constituem novas famílias, convivem com outros arranjos familiares ainda não naturalizados, como as uniões de pessoas do mesmo sexo, as famílias paralelas e o poliamor.

Os novos arranjos familiares têm ganhado relevância no país a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Com a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental permeando as relações, repercutiu inclusive no modo de vida em família. Os princípios constitucionais da igualdade, liberdade, do consenso, solidariedade e afetividade introjetados pelos brasileiros facultaram maior autonomia

para constituição das famílias no país e possibilitaram as pessoas buscarem direitos relativos à forma como se organizam em família.

Embora a pluralidade de arranjos familiares seja muitas vezes associada ao ambiente urbano, ela compõe também o cenário da área rural e, nesse contexto, deve ser contemplada tendo em vista a diversidade dos espaços rurais vigentes. A heterogeneidade das áreas rurais passa pela divisão fundiária e alcança o modo de vida estabelecido pelas pessoas nesses espaços. As questões socioculturais e as relações empreendidas nos diversos locais influenciam na forma de organização familiar.

A variedade de espaço rurais no Brasil encontrada na contemporaneidade trás ruralidades mais ou menos acentuadas na maneira como as pessoas estabelecem o seu modo de produzir o espaço e reproduzir a si mesmos. Nos vários contextos rurais, com características e estilos de vida diversos, famílias são constituídas também por modelos diferentes em observância às peculiaridades do local no qual estão inseridas e são responsáveis por moldarem o espaço, ao mesmo tempo em que são moldadas pelo local de fixação.

Embora em alguns espaços rurais se identifique a fluidez nas relações familiares, no universo amostral pesquisado as famílias se mostram de certa forma solidificadas pelo modo tradicional de viver, demonstrados inclusive nas formas de organização familiar que adotam. A maioria das pessoas entrevistadas optou por constituir a família mediante o casamento. Além disso, escolheram cumprir a regra legal estabelecida, como também consolidaram a relação por laços religiosos, entendendo que dessa forma estariam em conformidade com o que determina o Estado brasileiro e também obedeceriam aos preceitos da fé que professam.

As pessoas que decidiram formar uma nova família após a ruptura de outras pré-constituídas, na maioria, optaram por organizá-las mediante uniões estáveis, sem a chancela do Estado. Algumas famílias estão organizadas com a presença de apenas um dos genitores e sua prole a partir da viuvez ou pelo desfazimento de casamentos ou uniões anteriores.

A família paralela, comum em outros espaços rurais e naturalizados no Brasil colônia, não foi identificada na comunidade pesquisada. Não foi admitida a

existência pelos moradores como arranjo estabelecido para si, nem mesmo houve a indicação de que algum membro da comunidade optasse por mantê-la.

Também não foi identificado entre os moradores de Santa Rita Rural o poliamor, presente em outros espaços rurais na medida em que o marido recebe uma mulher como esposa oficial, e posteriormente recebe também pelo afeto a sogra, após a viuvez, ou a cunhada desamparada, e convive com todas como família.

Apesar de a comunidade Santa Rita Rural conservar modo de vida tradicional e ter no casamento a principal forma de constituição das famílias lá fixadas, restou identificada a pluralidade de arranjos familiares representados pelas famílias constituídas pela união estável, famílias reconstituídas e famílias monoparentais, reconhecidas pela Constituição de 1988 como entidades familiares dignas de proteção do Estado.

No entanto, a proximidade com a sede municipal não alterou a percepção dos moradores quanto aos direitos que possuem quando se organizam em família, como era a hipótese inicial aventada como um fator motivador da pesquisa. As famílias constituídas pelo casamento entendem que possuem direitos de natureza pessoal e patrimonial, mas os que convivem em união estável não têm a mesma percepção enquanto sujeitos de direitos.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de intensificar a cientificação de que as entidades familiares são detentoras de direitos específicos, com a finalidade de proteção do grupo familiar. Na medida em que as pessoas se percebem como sujeitos de direitos, passam a buscá-los, como aos poucos tem acontecido nos centros urbanos. E estudos que tenham por objeto o núcleo familiar e os direitos dele decorrentes nos espaços rurais poderiam contribuir para a visibilidade e alteração dessa realidade. Também por isso, o resultado final da pesquisa será apresentado na comunidade Santa Rita Rural, ocasião em que será promovida uma roda de conversa a fim de fornecer à população informações acerca dos seus direitos legais, como previsto na Constituição de 1988.

Embora os moradores tenham a percepção do núcleo familiar a que pertencem e a forma como se estruturam, a consideração do que seja família é mais ampla do que

a mera relação de sangue ou com a relação que mantém com cônjuges ou companheiros.

A grande lição na forma como os moradores de Santa Rita Rural estabelecem o modo de viver é a percepção de que todos que estão convivendo no mesmo espaço, com os mesmos objetivos de empreender uma vida com dignidade, solidariedade e afeto, são considerados como membros de uma mesma família, e todos estão unidos para a promoção do bem-estar de todos na comunidade, como são os objetivos traçados pela entidade familiar como fundamento implícito na norma constitucional, e já interiorizado pela sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, foi sintomático verificar que as pessoas entrevistadas consideram os vizinhos como integrantes do seu próprio núcleo familiar, de maneira a configurar na comunidade uma única e grande família extensa. Muitos, aliás, foram específicos em apontar o líder comunitário como ente familiar por ser responsável direto pelo auxílio e promoção da vida com dignidade dos demais membros.

Família, na comunidade Santa Rita Rural, parece ser mesmo constituída por aqueles que se ligam pelo afeto e juntos buscam atingir a felicidade!

Felicidade!... Elemento distintivo dos membros da comunidade Santa Rita. Presença marcante em todos os lares por onde a pesquisa se estendeu.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e vida doméstica. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, cap. 3, p. 83-154.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. *In*: ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al.* (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Ed. UFRRJ, 1987. p. 53-66.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Questões demográficas: fecundidade e gênero**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

AMORES livres: sobre a série. GNT [Site], [2015]. Disponível em: <http://gnt.globo.com/series/amores-livres/>. Acesso em: 7 set. 2018.

ARIÉS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. *In*: ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al.* (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p. 103-113.

BITTENCOURT, Daniela. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa [Site], 23 jan. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Saber de classe e educação popular**. *In*: _____. O ardil da ordem. Campinas: Papirus, 1986.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 8 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6515-26-dezembro-1977-366540-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. São Paulo: Saraiva, 2014a.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2014b.

BRASIL. **Lei nº 8.971, de 29 de janeiro de 1994**. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. São Paulo: Saraiva, 2014c.

BRASIL. **Lei nº 9.278, de 9 de maio de 1996**. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2014d.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2014e.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. São Paulo: Saraiva, 2014f.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Julgamento afasta diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório**. STF [Site], 10 maio 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=342982>. Acesso em: 20 set 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudo das Populações**, v. 6, n.1, p. 1-23, 1989.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In*: CARNEIRO, Maria José (coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. cap. 1, p. 23-50.

CARVALHO, Débora Cristina de; FARAONI, Alexandre. **Sociologia**: ser protagonista. São Paulo: Edições SM, 2010.

CASTRO, Hebe M. Matos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**: império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2, cap. 7, p. 337-383.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHIODI, Rafael Eduardo; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; AUGUSTO, Hélder dos Anjos; SAMPAIO, Reginaldo Arruda. Água, agricultura e políticas públicas: um estudo sobre agricultores familiares irrigantes no Norte de Minas Gerais. **Revista**

Econômica do Nordeste, v. 46, n. 4, p. 79-96, 2015. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/605/480>. Acesso em: 15 de set. 2017.

CRISTIANI, Cláudio Valentim. O Brasil Colônia. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cartórios são proibidos de fazer escrituras públicas de relações poliafetivas**. CNJ [Site], 28 jun. 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87073-cartorios-sao-proibidos-de-fazer-escrituras-publicas-de-relacoes-poliafetivas>. Acesso em: 7 set. 2018.

CORRÊA, Mariza. Repensando família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 5-16, 1981.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniella Adil Oliveira de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial? **Caderno de Estudos Culturais**, v. 4, n. 8, p. 1-21, 2012. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3528/2808>. Acesso em: 15 set. 2017.

DEL DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999. 55 p.

DEL DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 678 p.

DEL DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 608 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Diegues. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos Diegues (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2000. cap. 1, p. 1-46.

D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa. In: DEL DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 1993. 302 p., v. 5.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 749 p., v. 5.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 215 p.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de família: elementos críticos à luz do novo código civil brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: direito de famílias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jus Podium, 2014. 968 p., v.6

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. Salvador, Jus Podium, 2014.

FERNANDES, Florestan. A família patriarcal e as suas funções econômicas. **Revista USP**, v. 29, p. 74-81, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25622/27362>. Acesso em: 6 maio 2018.

FERREIRA, Paulo Rogers. **Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas**. São Paulo: Hucitec, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. Recife: Global, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 778 p., v.6.

GALIZONI, Flávia Maria. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007. 122 p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GILLET, Francesca. **A mulher quer registrar uma união civil com a irmã**. UOL [Portal] 4 de out. 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/bbc/2018/10/04/a-mulher-que-quer-registrar-uma-uniao-civil-com-a-irma.htm> Acesso em 5 out. 2018.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: história, território e memória do sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de (org.). **Além dos territórios: para um diálogo entre etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 97-131.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 6, 648 p.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1, 570 p.

GUANZIROLI, Carlos E. *at al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004. 220 p.

IBDFAM. **Família poliafetiva e especialistas reagem à decisão do CNJ**. IBDFAM [Site], 28 jun. 2018. Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6674/Fam%C3%ADlia+poliafetiva+e+especialistas+reagem+%C3%A0+decis%C3%A3o+do+CNJ>. Acesso em: 7 set. 2018.

IBGE. **Minas Gerais**: panorama, pesquisas [e] história e fatos. IBGE [Site], 2010-2018a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em: 2 jan. 2019.

IBGE. **Montes Claros**: panorama, pesquisas [e] história e fatos. IBGE [Site], 2010-2018b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 2 jan. 2019.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **Temas conjugais**: um diálogo entre os costumes e as leis. São Paulo: Paulistana, 2013.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOBO, Paulo. **Direito civil**: Famílias. São Paulo: Saraiva, 2017. 438 p.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos no arquipélago da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo femininos. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: república: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, cap. 5, p. 367- 422.

MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>. Acesso em: 7 set. 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n4/a11v45n4.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2017.

MONTE-MÓR, Roberto. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In*: FELDMAN, S. E. Fernandes (orgs.). **O Urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA: ANPUR, 2007. p. 93-114.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. **Aspectos gerais**. PMMC [Site], [2017]. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos-gerais>. Acesso em: 2 jan. 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim. A nova família e a ordem jurídica. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 407-425, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a17n37.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002. 590 p.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. S009-S024, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a01v52s1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

NOGUEIRA, Jenny Magnani de O. A instituição da família em a Cidade Antiga. *In*: WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA Laura de Melo e (org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1, cap. 1, p. 13-39.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

OLIVEIRA, Nelson de. **Reforma agrária na transição democrática**: abertura de caminhos à submissão institucional. São Paulo: Loyola, 2001.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família**: uma abordagem psicanalítica. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PEREZ, Tatiana Spalding; PALMA, Yáskara Arrial. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 30, p. e165759, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e165759.pdf>. Acesso em: 8 set. 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. *In*: DEL DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 607-639.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Tao, 1991.

RODRIGUES, Joelza Esther. **História**. São Paulo: FTD, 2014. 240 p.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, p. 37-61, 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/185/181>. Acesso em: 10 out. 2017.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 3, p. 561-582, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00561.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. *In*: ALMEIDA, Ângela Mendes de *et al.* (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. p. 25-36.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 89 p.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984. 252 p.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1997.

STRAUSS, Claude Levi. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983.

UNIÃO estável entre três pessoas é oficializada em cartório de Tupã, SP. G1 [Portal], 23 ago. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2012/08/uniao-estavel-entre-tres-pessoas-e-oficializada-em-cartorio-de-tupa-sp.html>. Acesso em: 29 out. 2018.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudet; FAVARETO, Alisson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para a tipologias territoriais e a elaboração de políticas. *In*: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (org.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. Parte 3, p. 413-472.

WOORTMANN, Ellen Fenterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**. Brasília: Ed. UnB, 1997. 192 p.

WOLKMER, Antônio Carlos (org.). **Fundamentos de história do direito**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil**: direito de família. 7. ed. São Paulo: Método, 2012. v. 5.

VEIGA, José Eli da. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

ANEXOS

I: ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Objetivos: Identificar os arranjos familiares existentes na Região do Pentáurea, zona rural de Montes Claros, e verificar se há conformação com a pluralidade familiar apregoada pela Constituição de 1988.

Ficha cadastral do Informante e outras informações:

1. Nome da pessoa: _____
2. Sexo: _____
3. Qual é sua idade, mês e ano do seu nascimento? _____
____/____/____
4. A sua cor é:
() Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena () não declarada
5. Tem religião? () sim () Não
6. Qual a sua religião ou culto?

7. Local de Residência:
8. Nasceu neste município?
() Sim e sempre morou () Não () Sim, mas morou em outro município
Há quanto tempo mora sem interrupção neste município?

9. Frequentou a escola? () Sim () Não. Sabe ler e escrever? () Sim () Não
10. Se sim, qual curso?

() Classe de alfabetização	() Alfabetização de jovens e adultos
() Regular do ensino fundamental	() Educação de jovens e adultos (EJA)
() Supletivo de ensino fundamental	() Regular do ensino médio
() Superior de graduação	() Especialização de nível superior
() Mestrado	() Doutorado
11. Qual é a série que frequentou? _____

12. Frequenta escola atualmente? () Sim () Não . Se sim, qual curso?

- | | |
|-------------------------------------|--|
| () Classe de alfabetização | () Alfabetização de jovens e adultos |
| () Regular do ensino fundamental | () Educação de jovens e adultos (EJA) |
| () Supletivo de ensino fundamental | () Regular do ensino médio |
| () Superior de graduação | () Especialização de nível superior |
| () Mestrado | () Doutorado |

13. Trabalha por conta própria? () Sim () Não

14. Se sim, qual é a ocupação que exerce no trabalho?

15. Nos últimos 30 dias, durante pelo menos 1 hora, trabalhou remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, etc.)? () Sim
() Não

16. Se sim, qual é a ocupação que exerce no trabalho?

17. Onde o trabalho é executado?

() No local da moradia () Nas proximidades da moradia () outra Região () outro Estado

18. Se não, nos últimos 30 dias, durante pelo menos 1 hora, ajudou sem qualquer pagamento, no trabalho remunerado de membro da família? () Sim () Não

19. Nos últimos 30 dias, durante pelo menos 1 hora, trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos membros da família? () Sim () Não

20. Qual a renda familiar:

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| () menos que um salário mínimo | () de três a quatro salários mínimos |
| () de um a dois salários mínimos | () acima de 5 salários mínimos |

21. Qual é o seu estado civil?

- | | |
|-------------------|--|
| () Casado(a) | () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente |
| () Divorciado(a) | () Viúvo(a) |
| () Solteiro(a) | () Outro |

22. Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)?

() Sim () Não, mas já viveu antes () convivência esporádica

23. Qual é a natureza da união?

- | | |
|---------------------------------|------------------------|
| () Casamento civil e religioso | () Só casamento civil |
| () Só casamento religioso | () União consensual |

24. Porque? _____

25. Se casado no civil ou em união estável, qual o regime de bens adotado?

26. Qual a data do nascimento do Cônjuge/Companheiro (ou idade)?

____/____/____

27. Qual a data da união/casamento ou tempo de convivência? ____/____/____

28. Já conviveu ou convive em outra união? () Sim () Não () Não, mas tem um(a) Namorado (a)

29. Seu companheiro/conjuge já manteve ou mantém outra união? () Sim () Não

30. Mantém namoro com outra pessoa? () Sim () Não

31. Se, sim? () recente () de longa data

32. Tem filhos da relação atual? () Sim. Quantos? ____ Idade ____ () Não.

33. Tem filhos de outras relações?
() Sim. Quantos? ____ Com quem Residem? ____ () Não

34. Seu companheiro/cônjuge tem filhos de outras relações:
() Sim. Quantos? ____ Com quem Residem? ____ () Não

35. Quem você considera membro de sua família?

36. Quantas pessoas moram em sua casa? _____ Quem são elas?

37. Você mora em mais de um local? () Não
() Se, sim. Por que?

Onde?

38. Há outras pessoas que você considera como família?

39. Qual a data em que a família passou a residir nesse local ou por quantos anos já mora?

____/____/____

40. As terras são próprias? () sim () não

41. Conhece alguém na comunidade que possui família diferente da sua? (Com filhos de outra união. Com mais de uma união, etc). () Sim () Não

42. Conhece alguém na comunidade que tem família formada por pessoas do mesmo sexo?

() Sim () Não

43. Você entende que, por conviver com cônjuge/companheiro possui direitos em decorrência disso? () Sim () Não Quais?

II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: Pluralidade familiar constante na Constituição de 1988: realidade na zona rural de Montes Claros?

O motivo que nos leva a estudar o problema é que as transformações nos arranjos familiares no Brasil vêm ocorrendo há algumas décadas, impulsionadas pelas mudanças no comportamento sociocultural que moldam valores e interferem na relação entre as pessoas e pouco se tem notícia acerca das formas de constituição de família na zona rural, se há uma pluralidade de arranjos ou se conta exclusivamente com a forma matrimonializada. A pesquisa se *justifica* na medida em que as várias formas de constituir famílias vem sido privilegiadas com a atribuição de direitos e correspondente proteção do Estado. Entretanto, na zona rural, como a informação não chega com tanta velocidade como nas cidades, alguns núcleos constituídos sequer tem conhecimento dos direitos que lhes estão disponíveis. Assim, a presente pesquisa tem como *objetivo* Identificar os arranjos familiares existentes na Região do Pentáurea, zona rural de Montes Claros, e analisar as possíveis causas de predominância de um ou vários arranjos lá existentes.

Os procedimentos de coleta dos dados necessários à pesquisa serão a partir da aplicação de questionários e entrevistas com as famílias fixadas nessa região. A expectativa é que cada núcleo familiar ou membro disponível a participar da pesquisa, seja demandado em uma única oportunidade.

Os interessados em participar da pesquisa não serão submetidos a qualquer risco e/ou constrangimento, inclusive podem optar por serem ou não identificados no trabalho. E estarão livres para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios e terá a garantia do sigilo nas informações prestadas, as quais serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Declaração

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

Permito a gravação da entrevista: () sim () não

Permito a divulgação do nome:

() sim nome completo () sim somente as iniciais () não

Montes Claros, 29 de dezembro 2018.

Participante

Testemunha

Cyntia Mirella Cangussu Fernandes Sales

Pesquisadora

Roberto do Nascimento Rodrigues - Orientador